

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Histórias de Quartel
Um Estudo de Masculinidades com Oficiais Fora da Ativa

Juliana Cavilha Mendes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social

Orientadora
Prof.a Dr.a Miriam Pillar Grossi

Florianópolis, abril de 2002

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi escrita a muitas mãos. Mãos de meus informantes que gentilmente cederam seu tempo, suas histórias, suas memórias e que sem eles este trabalho não teria sido possível.

Agradeço à Prof.a Dr.a Miriam Pillar Grossi, que foi incentivadora e mestra, ensinou-me a pesquisar e acreditar neste trabalho.

Aos meus colegas e amigos do Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade: Camila Pinheiro Medeiros, Silvana Bittencourt, à querida Rita Muller, Flávia Motta pelas excelentes observações, Ari Sartori, Flávio Tarnovski pelas suas sempre boas observações e seu ouvido atento, Bernadete Grossi pela sua atenção e bons conselhos, à Rozeli Porto que muitas vezes cedeu seus ouvidos aos meus relatos emocionados durante o trabalho de campo, à Suzi, querida colega sempre disposta a ajudar no que precisasse.

Aos professores Ana Luiza da Rocha e Theophilos Rifiotis que participaram da banca do projeto, agradeço as valiosas contribuições.

Às professoras Sonia Maluf, Ilka Boaventura Leite e ao professor Oscar Calaviaz que me auxiliaram com textos e sugestões.

Agradeço a Felipe que, desde sempre, acreditou e me fez acreditar em meus sonhos e na pesquisa, que para ele também seria um desafio, pois também estaria sendo investigado.

A meus pais e meus irmãos que sempre ficam em planos mais distantes, compreendem a ausência nas festas familiares e em momentos de confraternização. À Isadora, minha amada sobrinha, que sem saber me acalentou num dia de tristeza com sua inocência infantil.

Agradeço também à querida Micheline que se mostrou uma sincera amiga.

Agradeço à Luciana Hartmann pelas leituras e comentários.

À Denise, pelo muito de aprendi sobre mim mesma.

À Ângela Sacchi, pelas valiosas revisões e correções, ao longo deste mestrado.

Agradeço à Rita Machado, pela grande ajuda no título.

À Samara Bernardino com sua ascendência militar, sempre me deu boas dicas, inclusive assessorando numa solenidade que fomos assistir no quartel.

Ao Luis e a Fátima funcionários do PPGAS, pela atenção nas questões burocráticas.

À CAPES pela bolsa.

A todos vocês: Muito Obrigada!!!

RESUMO

Nesta pesquisa investigo a noção de masculinidade em homens que foram socializados no universo militar e que hoje se encontram aposentados.

Foram privilegiados para este trabalho 5 oficiais superiores do Exército Brasileiro, formados e socializados em academias militares, espaços onde as normas de conduta e hierarquia contemplam o ideal hegemônico de masculinidade.

Pretendi analisar como estes homens com idade entre 60 e 80 anos, que experienciaram a ditadura militar, foram socializados num ambiente obrigatoriamente homosocial e certamente submetidos a valores de uma família tradicional, ressignificam o ser masculino hoje e quais seriam as estratégias para conviver no meio civil após a aposentadoria do Exército.

GLOSSÁRIO

AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras

ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

EsPCEX – Escola Preparatória de Cadetes do Exército.

NPOR - Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva

Baixa – Deixar o serviço ativo.

Formatura – Reunião de todos ou parte dos integrantes de uma determinada fração ou unidade militar, pode destinar-se a conferir o efetivo (faltas), transmitir informações ou constitui-se em uma solenidade.

Ordem Unida – treinamento coletivo de marchas, continências e posturas militares

Olhava para o espelho, ia de um lado para o outro, recuava, gesticulava, sorria, e o vidro exprimia tudo. Não era mais um autômato, era um ente animado. Daí em diante fui outro. Cada dia, a uma certa hora, vestia-me de alferes, e sentava-me diante do espelho, lendo, olhando, meditando: no fim de duas, três horas, despia-me outra vez. Com este regímen, pude atravessar mais seis duas de solidão, sem os sentir...

Machado de Assis
O Espelho

SUMÁRIO

Introdução.....	01
1. A construção do objeto.....	01
2. O trabalho de campo.....	08
3. Da metodologia.....	12
4. As histórias e as memórias.....	15
Capítulo I – A Vida Militar	
Parte I – A história de cada um dos informantes: Romeu, Antônio, Bastos, Edevaldo, Tarley e Vargas.....	19
a. Romeu.....	19
b. Antônio.....	24
c. Bastos.....	28
d. Edevaldo.....	30
e. Tarley.....	33
f. Vargas.....	34
Parte II – O Exército Brasileiro, sua missão de educar e sobre a ascensão aos postos no Exército.....	38
a. O Exército Brasileiro.....	38
b. A missão de educar.....	38
c. A ascensão dos militares.....	39
Parte III – início na Escola Preparatória, seguindo para a AMAN, das transferências e dos cursos, até as batalhas e suas glórias.....	40
a. A Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEx.....	40
b. Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN.....	43
c. Transferências, cursos e promoções.....	46
d. Batalhas e glórias.....	50
Parte IV – Dos trotes na AMAN e nas Escola Preparatória aos rituais no quartel.....	52
a. Os trotes na Escola Preparatória e na AMAN.....	52
b. Os rituais militares.....	57
Parte V – A escolha, o casamento e a vida nas vilas militares.....	64
a. A escolha pela vida militar.....	64
b. O casamento como uma condição fundamental para a carreira militar.....	67
c. A vida que acontece nas vilas militares.....	72
Capítulo II – O Homem Hegemônico Militar.....	77
Parte I – Gênero : Dos estudos sobre a mulher ao debate em torno da masculinidade hegemônica.....	77
a. Os estudos sobre a mulher e o conceito de gênero.....	77
b. O debate em torno da masculinidade hegemônica.....	84

Parte II – A construção da hegemonia masculina no Exército.....	89
a. O Exército como instituidor da masculinidade hegemônica.....	89
b. O Exército - um espaço de formação da virilidade no corpo do militar	93
c. O aspecto civilizatório do universo militar.....	94
d. Os corpos masculinos domesticados.....	96
e. A Educação Física no Exército.....	98
Capítulo III – “O Pijama”: A Terceira Idade para o Militar.....	101
3.1 Velhice – questões teóricas.....	101
3.1.1 A terceira idade.....	102
3.2 A Aposentadoria.....	104
3.2.1 Aposentadoria no Exército.....	106
3.2.2 A Despedida do militar.....	107
3.2.3 A Saída do universo militar: “engatinhando no mundo civil”.....	109
3.3 Gênero e velhice.....	110
3.4 O fim de uma história.....	114
Considerações finais.....	116
Referências bibliográficas.....	122

INTRODUÇÃO

1. A construção do objeto

O mundo militar era um universo distante para mim, desconhecido e assustador, pela história da ditadura militar ainda presente em nossas memórias. Foi a partir de minha própria história de vida que fui ‘iniciada’ no universo militar. Não sou filha de militar, tampouco alguém em minha família fazia parte da instituição militar. De fato, conheci este universo quando ainda era aluna de graduação em Ciências Sociais e, junto com outros colegas, demonstrava um certo rancor ou antipatia por esta instituição.

Foi em 25 de agosto de 1996, data em que se comemora o Dia do Soldado, que pela primeira vez coloquei “os pés” num batalhão do Exército¹. Na época, ainda um pouco desconfiada e com preconceitos. Nessa solenidade do Dia do Soldado fiquei apenas a apreciar o minucioso ritual que então acontecia frente aos meus olhos. Esse batalhão me inspirou sobremaneira, não pude evitar ali a procura de um objeto para uma futura pesquisa, visto que nesse período estava concluindo minha monografia sobre masculinidade². Desde aquele momento tornei-me presença constante nos rituais militares³. Durante esse período, que vai desde 1996 até 2001, com algumas interrupções, estava próxima desse universo pelo fato de meu companheiro fazer parte dele, na qualidade de oficial do quadro temporário.

Naquela monografia de conclusão de curso, em Ciências Sociais, concluída no ano de 1996, estava interessada em investigar o imaginário masculino com a pergunta: o que levaria um homem da nossa cultura a manter relações sexuais com

¹ Neste momento iniciava o relacionamento com meu companheiro. O convite para ir ao quartel pareceu-me inusitado a primeira vista. A ida ao quartel era um sinal de uma aceitação do ethos militar, de fato uma prova de que eu aceitava aquele universo. Como será melhor explicitado no capítulo primeiro, a participação da ‘mulher’, ‘esposa’, ‘namorada’ nestes rituais além de presença obrigatória, ajudam a construí-lo.

² Interessante acrescentar que nesse período as teorias sobre masculinidades ainda eram muito recentes, e teóricos como Connel, Vale de Almeida e Kimmel estavam elaborando suas pesquisas. Esses estudos chegaram ao Brasil em meados de 1997. Desse modo, não lancei mão desses pesquisadores naquele trabalho, porque, de fato, desconhecia-os completamente.

³ Houve alterações em meu relacionamento durante toda a trajetória de meu trabalho de campo: inicialmente, ele - que era tenente -, pertencia ao efetivo do Exército e estávamos elaborando a condição de morarmos juntos, o que veio a acontecer durante o próprio trabalho de campo. Atualmente ele não mais pertence ao efetivo do Exército, visto que atingiu o limite máximo de tempo de serviço, que atualmente é de 8 anos e 8 meses para o Quadro de Oficiais Temporários. Assim, na elaboração dessa dissertação não era mais companheira de militar.

outro homem? Esta pesquisa foi realizada com um método experimental comum à psicologia, mas pouco utilizado na antropologia. Uma metodologia que consistia basicamente em pequenas histórias em quadrinhos que tinham como pano de fundo uma prisão. As histórias tinham o seu final escolhido pelos sujeitos que respondiam aos testes. Eram 4 (quatro) os finais passíveis de serem escolhidos. Após aplicação dos testes em 271 alunos da Universidade Federal de Santa Catarina, cheguei à conclusão - aqui apresentada a grosso modo - de que os homens estavam mais atentos à construção de sua masculinidade e, também de que, para os entrevistados, ter relações com outro homem, numa posição ativa, apenas viria a reforçar a sua virilidade. Esta pesquisa foi realizada sob a orientação do prof. Dr. Dennis Werner.

Após a conclusão da graduação tive a oportunidade de morar em Paris por cerca de 1 ano, sendo que no período em que lá fiquei - 1998/1999 - acompanhei alguns seminários oferecidos pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Frequentei os seminários dirigidos por Françoise Zonabend e Jean Jamin sobre Etnografia e Autobiografia e também os seminários de Emmanuel Delveaux sobre as teorias do parentesco e as realidades etnográficas.

Inicialmente minha proposta era investigar as mulheres, esposas dos militares, mas, em 2001, já cursando o mestrado em Antropologia Social, decidi finalmente fazer o trabalho de conclusão da disciplina “relações de gênero” sobre a velhice masculina. Foi a partir desse trabalho que resolvi mudar meu objeto de investigação e centrar meu olhar sobre os aposentados militares, dando continuidade aos trabalhos que já tinha feito sobre masculinidade.

Dessa maneira posso dizer que aprendi a ver o universo militar com os “olhos de dentro”, participando de inúmeros rituais militares e festas, assim como pela própria convivência com outros militares. Em minha pesquisa, no entanto, optei pelos oficiais que já estavam distantes do dia-a-dia dos quartéis. Na verdade, estava sendo iniciada nesse universo da mesma forma que meus informantes aposentados se iniciaram na vida civil. Como bem afirmou um de meus informantes, eu “*engatinhava* no meio militar”, enquanto ele “*ainda engatinha* no meio civil”. De fato, toda a proximidade com os sujeitos de minha pesquisa implicou certo envolvimento afetivo e emocional, o que certamente impôs obstáculos no processo de “estranhamento”. Sentia

receio de não conseguir atingir o “estranhamento” necessário a este objeto que me era familiar. Foi um processo difícil e não posso negar que vivi muitos conflitos que assolaram minha tranquilidade. Clifford Geertz nos ensina, em seu texto sobre o ponto de vista do nativo, que as pessoas não estão imunes a ter repulsões, no sentido de não aceitar certas coisas vividas em campo. O antropólogo não é neutro, ele tem valores, ele sente, e nem sempre poderá controlar totalmente suas subjetividades.

Não é o “acaso” que faz com que cada pesquisador escolha um objeto e trilhe um caminho diferente da sua procura, pois, segundo Míriam Grossi,(1992:15), “cada caminho reflete a forma individual e subjetiva do encontro de si mesmo a partir do encontro com o outro”. Mariza Peirano (2000:85) observa a pesquisa de campo como sendo o modo privilegiado do conhecimento antropológico que permite o encontro com o “outro”.

Para a devida realização desta pesquisa foi necessário, como já abordei, um treinamento em meu olhar, visto que minha aproximação com este campo impedia um estranhamento. Para esta difícil tarefa, contei com os trabalhos de Malinowski (1983), que me auxiliaram a apurar o olhar antropológico. Este pesquisador nos exemplifica como deveria ser uma pesquisa de campo, que não se assemelha com o ‘investigador’ questionando ‘informantes’. Nesta perspectiva, Laplantine, (1999), observa que Malinowski não nos ensinou apenas a olhar:

Ele nos ensinou também a escrever, restituindo as cenas da vida cotidiana seu relevo e sua cor. Não podemos desprezar a subjetividade deste pesquisador, afinal conhecemos os Trobriandeses através de seus olhos formado pela história individual de pesquisador. Ele escreveu que para alcançar o homem em todas as suas dimensões é preciso dedicar-se à observação de fatos sociais aparentemente minúsculos e insignificantes, cuja significação só pode ser encontrada nas suas posições respectivas no interior de uma totalidade mais ampla.” (p. 85)

A grande atitude de Malinowski, na verdade a mais difícil e maior tarefa do antropólogo, foi ter conseguido através da escrita, fazer ver e ouvir aos seus leitores aquilo que ele mesmo tinha visto, ouvido, sentido⁴.

Desse modo, inseri-me no campo, fazendo parte da “comunidade militar”. Como quem havia me indicado o primeiro informante era um Tenente do Batalhão,

⁴ Gilberto Velho (1994) também aponta que o narrar um evento é uma das tarefas mais difíceis para um antropólogo: “Quando um antropólogo faz uma etnografia, uma de suas tarefas mais difíceis, como sabemos, ao narrar um evento, é transmitir o clima, o tom, do que está descrevendo. A sucessão dos fatos no tempo, o número de participantes, a reconstituição das interações, são etapas fundamentais mas, quase sempre, fica-se com a sensação e/ou sentimento de que falta algo crucial” (1994:13).

todos queriam saber qual era minha relação com esse militar. Inicialmente dizia ser sua noiva, e assim deixava prontamente de ser “estrangeira”, não oferecendo mais “perigos”.

Contudo, isso não me surpreendeu, pois já vivera semelhante situação de campo em pesquisa anterior, realizada no presídio de Florianópolis, em que fui aceita pelas detentas por estar em companhia da freira que realizava um trabalho de assistência. Neste sentido concordo com Elisete Schawde,(1992), quando observa que em estudos das camadas médias ou de povos indígenas, surge a necessidade de *construir* (grifo meu) a relação com o objeto, estabelecendo condições de aproximação e distanciamento do pesquisador. No caso de grupos indígenas, a aproximação envolve, desde o início, um contexto de diálogo com vários interlocutores (políticos indígenas, grupos de apoio, outros antropólogos).

Uma estratégia⁵ de aprofundamento da relação de que lancei mão foi a devolução das transcrições para os informantes, uma forma de retribuir a confiança em mim depositada. Alguns as devolviam para que fizesse a devida correção, outros ficavam espantados com o volume de páginas, e outros, ainda, achavam que o texto estava com muitos vícios de linguagem. Semelhante estratégia adotou Ecléa Bosi quando entregava as entrevistas aos seus informantes para que eles pudessem retocá-las e melhorá-las e assim como aconteceu com os sujeitos entrevistados em minha pesquisa havia nos informantes “uma plena consciência de que estariam realizando uma tarefa”(1979:3). É uma confiança que se estabelece entre pesquisadora e pesquisado, como diz Elisete Schawde, (1992:45): “Para todo estrangeiro o primeiro passo a fazer é conquistar a confiança através do reconhecimento”, e a autora continua, apontando que a sedução do informante é importante nessa etapa da pesquisa: “A escolha de um objeto de pesquisa é vivida com dificuldades por todos os pesquisadores, todos descobrem que ‘para descobrir o outro’ no sentido de encontrar, de conhecer, é preciso seduzi-lo⁶”. Penso que esta sedução toma formas variadas dependendo do grupo estudado e do nível de identificação da antropóloga com seus informantes.

⁵ Questionada pela banca de defesa do projeto sobre a ausência do anel de noivado resolvi como estratégia de campo colocar uma aliança. E com o último informante, com o anel no dedo, ouvi o seguinte comentário: *até no Exército eles moram juntos sem estar casados!!*.

⁶ Rozeli Buffon (1992), também desenvolve esta categoria da sedução em sua pesquisa com homens de classe média.

Mas a pesquisa sobre os militares aposentados acontecia também pela legitimidade de ser pesquisadora da Universidade que estava estudando os militares aposentados. Para ilustrar esta observação, certa vez, ao encontrar um dos informantes em uma mercearia próxima à minha casa, ele falou em voz alta para que todos os que ali estivessem pudessem ouvir, visto que ele é razoavelmente conhecido nas imediações: *esta é moça que se preocupa com os militares aposentados!*

No contexto deste trabalho, passei a ser “um deles”. Todos os meus informantes me perguntavam: *afinal, o que tu queres saber*⁷? Apesar de não vivenciar negações verbais de entrevistas como relata Piero Leiner, (1997), em sua pesquisa no Exército, vivi negações simbólicas, veladas. Situação vivida, por exemplo, com o Coronel Vargas, que, depois da primeira entrevista gravada em fita cassete, alegando falta de tempo, resolveu responder às perguntas por escrito ou o que acontecia com o Coronel Edevaldo, que marcava hora e local, e não aparecia, mas em vista da proximidade de nossas residências, sempre o ‘encontrava’ pelo condomínio. Depois de um tempo percebi que relembrar as suas experiências de quartel estava se tornando um tanto doloroso para ele. Vim a saber, por ele mesmo, que durante o período das entrevistas seu pai havia falecido. Entendi, então, o porquê de sua ausência nas últimas entrevistas marcadas.

Durante a pesquisa de campo observei que havia me tornado um tanto disciplinada e sobremaneira rígida. Refletindo melhor, penso que a cobrança exagerada de disciplina e a minha intolerância com relação ao atraso ou mesmo à falta dos informantes na data combinada para entrevistas, talvez fosse uma estratégia de sobrevivência em campo para angariar respeito e credibilidade por parte dos informantes. Observo esta intolerância quanto ao não cumprimento dos horários como atributos masculinos, sobretudo militares. Houve também por parte da pesquisadora uma masculinização, observada como uma estratégia de sobrevivência em campo. Para melhor esclarecer este ponto lanço mão de A. Van Genep, (1978: 46), quando observa que o indivíduo identifica-se de uma maneira ou de outra com aqueles que encontra.

⁷ De acordo com Bertaux-Wiame (1985), não é raro que uma entrevista comece com esta pergunta. A pergunta não significa que eles não têm nada a dizer, mas apenas uma precaução verbal ritualizada para o pesquisador não se arrepende, caso ele não ache a vida do pesquisado ‘interessante’. Segundo a autora, é uma frase que subentende: “Tant pis, je vous ai prévenue, ma vie ne présent aucun intérêt mais maintenant que je vous l’ ai dit, je peux vous la raconter.” (1985:49)

Assim, sempre chegava exatamente na hora marcada, com todos os ‘apetrechos’ de campo e, na maioria das vezes, eles sempre estavam me esperando.

De fato, somente o Coronel Romeu e o Coronel Antônio - os informantes mais idosos - é que nunca desmarcaram uma entrevista. Pelo contrário, eles sempre achavam que deveríamos conversar mais e mesmo após o período da pesquisa de campo. Em novembro, Coronel Antônio ligava para minha casa, pois havia se lembrado de mais algumas coisas para contar. Por sua parte, Coronel Romeu me apresentava aos seus familiares, quando eu estava em sua casa, como “*esta é Juliana, minha amiga*”.

Na metodologia escolhida, tenho ciência de que minha condição de gênero não me facilita a abordagem de certas questões, bem como também é acompanhada de estranhamento que, inicialmente, não me possibilitavam entender certas gírias ou certas atitudes inerentes ao meio masculino militar, tanto em nível de gênero quanto etário. Cito como exemplo, um informante, Coronel Romeu, que apesar de quase nunca mencionar a questão da sua idade avançada, paradoxalmente, às vezes lamentava: “Ah...meus vinte anos...”. sentimento que traduzo como uma forma de melancolia. Penso que isto acontecia, talvez, pelo fato de que, como pesquisadora, jovem e mulher, despertava nele, um senhor hoje doente, o “homem viril” que ele fazia questão de afirmar que um dia foi. Neste caso remeto-me a Buffon (1992), na sua pesquisa sobre o homem sensível. Pela lógica dessa pesquisa (de Buffon), o jogo da sedução aqui poderia ser interpretado enquanto uma reação a essa situação, ele idoso, e eu uma mulher jovem, porque essa sedução – ou tentativa de - seria uma maneira de inverter os papéis – penso na oposição binária do passivo/ativo, forte/fraco. Afinal, fui eu quem havia tomado a iniciativa de lhe falar e era ele quem ficava me esperando. Essa sedução seria, na verdade, a possibilidade dele se recolocar no papel masculino – no ativo – um papel que ele se acostumara a ocupar por tantos anos. Como bem escreveu Buffon (1992), esta seria uma reação que representaria o meio possível – no contexto de nossas conversas - de ele tomar o controle da situação, colocando em xeque o meu estatuto de pesquisadora, como quando ele me olhava e dizia, no intervalo entre um assunto e outro: “O que você faz para ser tão linda? Ah! meus vinte anos”.

A formação antropológica nos dá subsídios que exigem um distanciamento crítico de nossa cultura. No encontro com culturas que são para nós mais distantes é que somos obrigados a modificar o olhar que se tinha sobre si mesmo. Aliás, quando presos a uma única cultura, somos não apenas cegos à dos outros, mas míopes quando se trata da nossa. A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar diante da nossa dificuldade em fixar a atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos evidente.

Geertz quando remete à publicação do diário de Malinowski, observa que revelou-se aos olhos da antropologia uma profunda questão: que só é possível conhecer a maneira como um nativo pensa, sente e percebe, buscando sensivelmente pensar, sentir e perceber o mundo como o próprio nativo. Configura-se aí uma questão puramente epistemológica, sendo necessário que os antropólogos vejam o mundo do ponto de vista dos nativos.

Gilberto Velho nos fala que a possibilidade de vida social se encontra nas diferenças: “Pode-se dizer que a própria possibilidade de vida social reside na interação das diferenças, com a conhecida problemática antropológica da troca e da reciprocidade”. (1999:44)

Assim, como escreveu Lévi-Strauss, (p. 16): “Em uma ciência em que o observador é da mesma natureza que o seu objeto, o observador é, ele mesmo, parte de sua observação”. Continuando nesta perspectiva com Goffman (1979), foi que percebi os militares, meu “objeto”, como tal, independentes e auto-suficientes. Os militares são representantes de um modelo independente e auto-suficiente, mas é preciso fazer uma ressalva quanto aos militares que não estão na ativa.

2. O trabalho de campo

A minha entrada enquanto pesquisadora nesse universo aconteceu por intermédio de meu companheiro, como já expliquei acima. Foi ele a quem pedi nomes e telefones de coronéis aposentados há mais de cinco anos⁸, residentes em Florianópolis.

⁸ Os oficiais que estão fora da ativa por um período superior a cinco anos estão automaticamente desobrigados de atuarem em eventuais necessidades, como revoltas armadas que exijam a presença do Exército. Durante o período que antecede estes cinco anos eles podem ser convocados a qualquer momento. Para esta pesquisa priorizei os oficiais efetivamente distantes das obrigações do Exército.

Ele teve acesso aos arquivos e então me trouxe, escritos em letra minúscula, num pequeno papel que ainda guardo, três nomes de coronéis. Naquele momento, senti que se aproximava o tão temido e apaixonante trabalho de campo que aprendemos com Malinowski⁹ nosso mestre da etnografia.

O primeiro, e que se tornou o mais importante informante, Coronel Romeu¹⁰, recebeu-me prontamente em sua casa, local em que todas as entrevistas¹¹ foram realizadas, após uma conversa telefônica em abril de 2000. Fiquei aflita pela facilidade com que ele me concedeu a entrevista, afinal estava esperando falar com um Coronel da Reserva, e imaginei que encontraria alguma dificuldade do outro lado da linha, meu imaginário sobre o Exército, que estaria baseado nos princípios de hierarquia e de respeito começou a diluir-se neste momento inicial da pesquisa. Do Coronel Romeu cheguei ao Coronel Vargas, o segundo informante. Em agosto de 2000, ao lhe dizer que havia sido indicado por Coronel Romeu, ele falou: *Se Romeu indicou, então é coisa boa*. E assim também foi receptivo à minha pesquisa. Nesse momento percebi que estava entrando numa teia de relações, numa rede de oficiais militares reformados, que era, sobretudo, uma rede de oficiais da mesma arma, visto que os dois eram coronéis da Infantaria. As entrevistas com Coronel Vargas foram realizadas em seu local de trabalho, numa sala comercial no centro da cidade de Florianópolis/SC. Porém, em determinado momento de nossas entrevistas, este oficial preferiu responder por escrito. Faço uma leitura de que suas respostas representam a instituição de que ele faz parte. Esse oficial freqüenta assiduamente as “solenidades” do Batalhão de Florianópolis, e seus laços com o Exército Brasileiro, apesar de muitos anos já na reserva, continuam estreitos.

Paralelamente à primeira entrevista com Coronel Vargas, também entrei em contato com um General que estava na reserva havia pouco tempo, cerca de dois anos. Fui recebida, após um contato telefônico, em seu confortável apartamento nas

⁹ Bronislaw Malinowski. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril, vol. XLIII.

¹⁰ Para sigilo de pesquisa, todos os informantes tiveram seus nomes alterados. Em março de 2002, quando estava na fase final da pesquisa, telefonei ao Coronel Antônio para confirmar suas transferências e na ocasião lhe informei seu nome fictício para a pesquisa e ele não gostando do nome escolhido resolveu optar por Antônio por que o achava “mais bonito”.

¹¹ Foi com Romeu que estabeleci maior contato, nossas conversas aconteceram entre maio de 2000 e março de 2001. O trabalho de campo efetivamente foi entre fevereiro e agosto de 2001.

proximidades da avenida Beira Mar Norte¹² em Florianópolis. Gravei entrevista inicialmente com o General e depois com sua esposa que também fez depoimentos riquíssimos sobre a vida de “esposa de militar”. Apenas uma única entrevista foi realizada com este informante, em razão de seu pouco tempo de afastamento do Exército, visto que na defesa do projeto ficou estabelecido que as entrevistas seriam com oficiais reformados, ou seja, aposentados há mais de cinco anos. Visto a riqueza do encontro com General Tarley e sua esposa Helena, resolvi utilizar a entrevista, apesar do fato de ter sido realizada apenas uma, motivo pelo qual faltaram muitos dados, como detalhes sobre as cidades em que eles moraram entre outros itens.

O quarto informante não era Coronel, tal como havia decidido na defesa do projeto desta pesquisa o recorte de entrevistas com oficiais coronéis. Este informante foi indicado por sua filha, que é também pesquisadora da área das Ciências Humanas, durante uma conversa informal no núcleo de pesquisa do qual faço parte, oportunidade na qual ela perguntou-me detalhes sobre a pesquisa e informou que seu pai era Major aposentado do Exército e que certamente teria interesse em cooperar. Ela forneceu o número do telefone e então liguei para conversarmos sobre a pesquisa. Capitão Bastos¹³ foi reticente no início da conversa telefônica, perguntando quem havia entrevistado. Respondi que tinham sido o Coronel Vargas e Coronel Romeu, e ele respondeu: *Você só entrevistou peixe grande, eu sou peixe pequeno, eu não tenho nada a lhe dizer*. Observei que a hierarquia dos postos, que até este momento da pesquisa era-me desconhecida, fazia-se agora presente com este informante na sua afirmação de que não teria nada a acrescentar. Deste modo, percebi como seria de suma importância a entrevista com este informante, pois, ele atuaria como contraponto às outras entrevistas. O contato com este informante aconteceu no início de março de 2001, prolongando-se até julho do mesmo ano. Capitão Bastos foi Soldado, não cursando a Academia Militar, como relatarei mais tarde.

Conheci o quinto informante, Coronel Edevaldo, numa reunião de condomínio organizada para eleição do síndico no mês de agosto de 2001. Nesta reunião, ele se candidatou a sub-síndico de seu prédio (são vários blocos) e, não havendo concorrentes,

¹² Este bairro é considerado um bairro de classe média alta em Florianópolis/SC.

¹³ Bastos não gostava de ser chamado de Major, pediu-me para chamá-lo de Capitão. Explicou-me que havia se aposentado nesse posto, mas nunca o havia exercido. Para esta pesquisa, respeitando um desejo do informante vou chamá-lo de Capitão e não de Major, posto este assumido na reserva.

foi eleito. Percebi nele um informante. Após alguns efêmeros contatos realizados nas reuniões do condomínio, de que me tornei assídua freqüentadora, pedi seu telefone na portaria do condomínio, telefonei para sua casa e me apresentei formalmente. Expliquei minha pesquisa e citei os nomes dos outros coronéis entrevistados. Ele não os conhecia, pois contou-me que é da Arma de Cavalaria¹⁴ e que havia morado muitos anos no Rio Grande do Sul. Ele

citou casos, segundo ele, ‘engraçados’, de sua passagem por um batalhão na capital paulista, sobre o asfaltamento do quartel financiado por Paulo Maluf, na época prefeito da cidade. Ficamos aproximadamente 40 minutos no telefone e ele entusiasmou-se com a pesquisa. Então, marcamos uma entrevista para a mesma semana em minha casa. Nunca fui a sua casa, assim como nunca fui à casa de Coronel Vargas, tampouco conheço sua esposa. Em contrapartida, as entrevistas com Coronel Romeu e Capitão Bastos haviam sido efetuadas em suas residências.

Foi através do Coronel Edevaldo que cheguei, em julho de 2001, até o Coronel Antônio, sexto e último informante. O pai de Edevaldo, que foi General de Brigada, havia sido instrutor do Coronel Antônio, e eles (Antônio e Edevaldo) eram companheiros de Arma. Faziam parte de um clube da Cavalaria que se reunia mensalmente. Numa dessas reuniões Coronel Edevaldo¹⁵ comentou com seu amigo a respeito de minha pesquisa e ele se prontificou a receber a “pesquisadora”. Novamente fiz um contato telefônico e conversei com sua esposa, que já estava sabendo de meu trabalho. Como ele não estava em casa naquele momento, liguei à noite e então conversamos, agendando a conversa para o dia seguinte, um sábado, às 10 horas da manhã.

Realizei visitas regulares a casa destes informantes. Neste mesmo período, paralelamente as visitas, fiz etnografias¹⁶ dos rituais que são rotineiros na vida de um militar, como por exemplo: o ritual de aposentadoria (A Despedida), o Dia do Soldado,

¹⁴ Nesta pesquisa observei que os militares de Armas diferentes não se conheciam, em contrapartida, os militares da mesma Arma se conheciam ao menos pelo nome. Posso atribuir que as Armas se constituem isoladamente, diferenciando-se das outras, e estão em constante competição, estimulada na AMAN, por exemplo sob a forma dos jogos (olimpíadas internas) entre as Armas.

¹⁵ Em dado momento da pesquisa, perguntei ao Coronel Edevaldo se ele poderia indicar algum colega também Coronel para a pesquisa – achando que ele não atenderia ao meu pedido. Para minha surpresa numa manhã em que saía apressada para a aula de teoria antropológica, sou abordada, na portaria do prédio pelo Coronel que me entregou um pequeno papel onde constavam nome e telefone de um colega disposto a participar da pesquisa.

¹⁶ Estas etnografias foram efetuadas no 63º Batalhão de Infantaria, em Florianópolis/SC.

o Dia da Bandeira, a Troca de Comando, entre outros. Estas etnografias se tornaram mais intensas ao longo da realização do mestrado.

As entrevistas realizadas nas casas dos próprios entrevistados, caso de Coronel Antônio e Capitão Bastos, eram antecedidas de uma conversa acompanhada pelas esposas, as quais ao perceber que a entrevista começaria se retiravam. Neste momento da pesquisa estas esposas sempre indagavam pelo meu marido – embora já soubessem que ele era Tenente -, o que ele fazia, a qual Batalhão ele pertencia. Estas mulheres me contavam histórias da sua experiência na vida

militar, das extenuantes mudanças, das casas em que haviam morado, das excessivas transferências de escola dos filhos e filhas e finalizavam com conselhos sobre como eu deveria proceder em determinadas situações. Os “maridos” ficavam ao lado ouvindo os relatos de suas esposas e interagindo quando perguntados ou quando se faziam necessários. O primeiro contato telefônico e a primeira entrevista estabelecia entre a pesquisadora e a esposa do pesquisado, uma relação de confiança entre mulheres e também possibilitava a continuidade dos trabalhos. Também no caso de Coronel Romeu, que era viúvo, havia uma mulher presente, a empregada doméstica Kelly, que fazia as vezes de “dona de casa”, nos servindo café, fatias de bolo e, algumas vezes até almoço quando a conversa se prolongava.

Os outros dois informantes foram entrevistados em locais distantes de suas casas, caso do Coronel Edevaldo que vinha até a minha residência e Coronel Vargas cujas entrevistas foram realizadas em seu local de trabalho.

Conheci a esposa do coronel Edevaldo numa padaria próxima a minha casa, quando ela estava acompanhada deste que nos apresentou. A esposa do Coronel Vargas apenas conheci por telefone, quando ligava para marcar entrevistas explicava quem era e o que estava fazendo. Por fim, elas sabiam de quem se tratava e por que razão eu os procurava, e posso dizer que este contato por mais efêmero que tenha sido, também possibilitou a continuidade das entrevistas.

3. Da metodologia

Para esta pesquisa privilegiei o método de investigação que me permitiria estar próxima subjetivamente dos informantes - o que penso não conseguiria através de questionários objetivos - de seus interesses e, mais ainda, de suas memórias. Como já possuía uma relativa aproximação com o ethos militar, acreditei que o método histórias de vida me contemplaria com o que procurava, suas memórias e suas histórias de militares.

O método história de vida escolhido para a pesquisa é definido como fazendo parte de um amplo quadro de história oral, que são os relatos de contadores, os poetas, as narrativas de ficção, entre outras.

Este método tem ocupado cada vez mais um espaço de prestígio nas ciências sociais. Tal método, além de outras razões benéficas, estabelece um diálogo ou uma conversação entre o sujeito da pesquisa e o pesquisador (Debert, 1986).

A história de vida é conceituada diferentemente por vários autores. Para Queiroz (1991) a história de vida é traduzida no relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, em que ele tenta reconstituir os acontecimentos que vivenciou e, por sua vez, transmitir a experiência que adquiriu. Queiroz também estabelece diferenças entre história de vida e autobiografia, em que a autobiografia existe sem a interferência de um pesquisador, o narrador sozinho e arbitrariamente decide manipular suas lembranças e os meios de registro. Neste mesmo sentido nos fala Bertaux-Wiame¹⁷ (1985:48), quando observa que a memória autobiográfica corresponde à expressão mais individualizada da memória. Esta autora aponta que os relatos de vida são uma produção oral de um texto, esclarecendo que entre a memória e a transmissão das lembranças intervém uma série de mediações que inscrevem sua própria lógica no processo do relembrar, pois: “Podemos ter as lembranças mas não ter as palavras para dizer; ou ainda, podemos ter as palavras para dizer e não corresponder de fato ao que existe em nossa lembrança” (1985:47).

Por sua vez, Peixoto (1994) e Pollack (1985:37), argumentam que as histórias de vida devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução de

¹⁷ Bertaux-Wiame (1985), escreve sobre os *récits de vie*, que traduzo similarmente a histórias de vida.

identidades, que é através desse trabalho de reconstrução de si mesmo que o indivíduo define o seu lugar social e suas relações com o grupo.

Bourdieu (1996), no entanto, é um pouco mais reticente, considerando que o falar de ‘história de vida’, é pressupor que: “A vida é uma história”, e que sendo uma vida é construída como um conjunto de acontecimentos da existência de um indivíduo e assim concebida como uma história¹⁸.

Observa Barros (1994), que nas histórias de vida os relatos são condensados nos momentos das mudanças nas suas trajetórias de vida. Como, por exemplo, o casamento, as mudanças territoriais, o nascimento dos filhos, o casamento dos filhos, a morte da(o) companheira(o) e, segundo a autora: “Todos estes pontos são tratados com detalhes e coloridos de acordo com a compreensão que cada um tem de sua própria biografia” (1994:142). Ecléa Bosi também argumenta neste sentido que a memória é dividida em “marcos, pontos onde a significação da vida se concentra” (1979:337), como mudanças de casa, morte de parentes, casamentos, formaturas. Acrescenta ainda que, os acontecimentos coletivos, como festas de Natal, são mais recordados do que aqueles vividos individualmente, como festas de aniversários. Estes acontecimentos dividem nossa história em períodos.

Suely Kofes (1994), que utilizou o método de histórias de vida em sua pesquisa com empregadas domésticas e patroas, diz que as histórias de vida são consideradas fontes de informação, no sentido de que falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata: ora como evocação, quando transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito; ora como reflexão, quando o próprio entrevistado faz uma análise da experiência vivida. Como aponta Adriana Piscitelli (1992), a história de vida oferece um lugar privilegiado à experiência vivida, pois trabalhamos com as experiências dos sujeitos a partir de seus próprios pontos de vista, dando-lhes um sentido e uma interpretação.

Uma das características das histórias de vida são os seqüentes avanços e recuos da memória, que respondem a uma lógica própria do narrador, em que cabe ao pesquisador a não-intromissão nesse momento de reflexão do então narrador. É nesse

¹⁸ Este autor ainda argumenta que a produção de uma história de vida precisa desta ilusão retórica em razão de uma herança literária que não se deixa abandonar.

sentido que a empatia na relação pesquisador e "sujeito" da pesquisa é fundamental, afinal, nada é mais pessoal que contar a sua vida. Essa autora declara que, entre a memória e a transmissão concreta da lembrança, intervêm uma série de mediações que inscrevem sua própria lógica no processo de rememoração. Pensar seu passado, segundo Bertaux-Wiame, é manifestar um duplo movimento de antecipação imaginativa do passado, mas também do futuro. Sabemos bem que as marcas deixadas no momento de uma situação vivida produz versões diferentes quando cada pessoa a relembra. Essa versão diferenciada dos sujeitos resulta num duplo trabalho interpretativo: do momento em que se vive o acontecimento, e do momento em que se lembra desse acontecimento, ou seja, a mobilização e a concentração são dois momentos essenciais no processo de trabalho da memória.

O relembrar de sua vida pressupõe em narrativas nem sempre lineares dos acontecimentos, daquilo que o sujeito considera significativo e que diz respeito às relações com seu grupo, sua profissão, sua camada social. Nos relatos autobiográficos existe sempre a preocupação de dar um sentido à história que está sendo contada, uma coerência, além do que uma experiência que deve ser compartilhada com o pesquisador. Pollack (1985:37) observa também que ao contarmos nossa vida a outro sujeito, tentamos estabelecer uma certa coerência de ligações lógicas com acontecimentos e de uma continuidade pela ordem cronológica. Neste aspecto Bourdieu (1996) observa que sobre a coerência do lembrar:

“É provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento autobiográfico. Essa propensão a tornar-se ideólogo de sua própria vida, selecionado em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência (...). conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido.” (1996:184).

A coerência da história do sujeito também é estabelecida e construída em razão do momento, sendo também destinada a um outro sujeito, no caso, o “escutador” (Bosi,1979). Mas, muito além, o sujeito é o proprietário de suas lembranças e ele as articula livremente.

4. As histórias e as memórias

Ecléa Bosi (1994) coloca que o homem “velho”, que já viveu sua vida, quando lembra do passado não está “apenas descansando” por um momento, mas que ele está se ocupando consciente e atentivamente do seu próprio passado. Mas o pensar seu passado é manifestar um duplo movimento de ir ao passado, mas também de pensar no futuro. (Bertaux-Wiame,1985)

O indivíduo, ao longo de sua trajetória, possui várias idades, etapas que estão conformadas de acordo com a interpretação da cultura em que está inserido e que, por sua vez, dão sentido às experiências nas suas trajetórias de vida. Segundo Alda Brito da Motta (1999), a vida social é estruturada em um conjunto de relações que, articuladas dinamicamente, têm um sentido. Afirma que o determinante desses sistemas de relações são as classes sociais, o gênero, as idades/gerações e as raças/etnias. O que me leva a pensar que o lugar ocupado pelo sujeito é determinante para a estrutura da memória. (Bertaux-Wiame,1985:53)

Assim, como o bom ângulo é essencial para uma fotografia, é a situação presente que influi sobre o modo como percebemos o passado. Nesse sentido, Ecléa Bosi (1994:46) afirma que: "a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo "atual" das representações". Poderia, apressadamente, concluir que o presente cria o passado que recria o presente pela mediação da memória, onde acontecimentos de ontem são reinterpretados por esse sujeito hoje. É esse movimento de ir e vir da memória que desenvolvi nesta pesquisa com meus sujeitos de investigação. No processo

de lembrança a minha função foi de fazê-los lembrar de seu passado, de sua vida militar, de sua carreira, suas promoções e até transferências.

Nas conversas com Coronel Romeu observei uma riqueza e abundância de dados nas histórias de sua vida. Nas horas que passei naquela saleta de carpete verde, de estantes entulhadas de livros, entre histórias da infância, adolescência, viagens, fui mergulhando na vida daquele senhor e olhando esse mundo através de seus olhos, e foi assim que ele me apresentou seu mundo, uma visão que remeto ao que escreveu Myriam Lins de Barros (1999): “A visão que se tem, então, do passado é dada pelo jogo

entre esconder e revelar, deixando entrever traços antigos que ora sobressaem, ora são esmaecidos pela pátina do tempo”.

Ricoeur (1995:119) coloca que: “o contar já é ‘refletir sobre’ os acontecimentos narrados”. Nessa perspectiva, acredito que o antropólogo em campo tem como objetivo buscar os sentidos, os significados da narrativa, interpretar não somente o que foi dito, mas em que momento tal coisa foi dita, tentando colocá-las num contexto mais amplo de trajetórias pessoais e coletivas.

Em certo momento da pesquisa, seguindo uma sugestão da banca de defesa do projeto, tentei construir a memória desses indivíduos no plano do diálogo¹⁹, à medida que eu devolvia para esses informantes minhas interpretações acerca do que eles me contavam. Penso que é um método menos oneroso na questão do reconstruir a memória do indivíduo com tão pequenos fragmentos oferecidos. Sendo assim, eu me coloquei como alguém que interpretava a interpretação do outro, tornando a memória um jogo de tempos, porque eu, enquanto pesquisadora, estava ali para entender esses tempos, esses fragmentos. E como pertenciam a um ethos, remeto a (1985:35) quando afirma que: “Todo relato de vida faz aparecer estreitas ligações entre a memória individual e a memória coletiva, entre um destino singular e o destino do grupo.”

Jerome Bruner (1986) aponta que os antropólogos são os intérpretes das histórias de seus informantes, que esta história não é objetiva, mas impregnada de subjetividade. A narrativa é uma forma de falar da experiência humana, partilhando uma experiência na tentativa de buscar um sentido. Bruner diz ainda que o que permite ao antropólogo dar sentido ao caos que é uma situação de campo, é o fato de que as estruturas narrativas servem como diretrizes interpretativas que nos mostram o que constituem dados e impõem uma forma de construir a situação de campo, de modo que ela deixe de ser estranha para tornar-se familiar. Neste caso, especificamente, são os diversos fragmentos da história de vida de uma pessoa, dos quais o antropólogo passa a ser o narrador.

Ao trabalhar com histórias de vida, as fotos são um importante instrumento de análise. Durante o trabalho de campo, pedi a Coronel Romeu que mostrasse fotos da

¹⁹ Segundo Crapanzano (1988:60): “O diálogo é um modo cultural e historicamente definido de conceber certas transações verbais e tem enquanto tem uma força retórica considerável”.

sua época de “milico”²⁰, e ele rapidamente trouxe uma pequena caixa empoeirada, remexeu e apresentou uma foto em que ele está fardado com trajes de gala e outra em que está vestido como um atleta. Coronel Romeu, então, contou que tinha sido um grande atleta e que havia conquistado alguns títulos, como o de campeão de boxe, de luta livre e de esgrima. Nesse instante levantou-se e, desajeitado, encenou o *touché*. Falou também da sua habilidade no voleibol e no basquetebol: *Eu era forte, tinha músculos, era ágil, um verdadeiro atleta. Eu tinha o peito estufado, como o de um pombo*. Coronel Antônio também fez demonstrações de sua habilidade na esgrima e no hipismo, apresentado-me como se puxa a espada quando se está cavalgando. Não posso deixar de citar que sua esposa foi elemento importante nessa demonstração, visto que ela lembrou o marido em que lado ficava a espada. Nestas narrativas observa-se que quando a vida está inserida num determinado tempo da trajetória, os significados são reelaborados e é a própria narrativa que reconstrói a realidade. Como nos ensina Halbwachs (1990) o tempo lembrado não é a permanência do passado, mas viver no presente com valores socialmente "re-significados".

Nesta dissertação pretendo observar como vivem os militares que se aposentam, que estratégias de sobrevivência eles lançam mão para atuarem no universo distante daquele universo militar que os socializou e de que maneira é reelaborada a sua masculinidade.

No capítulo primeiro abordarei a vida militar propriamente dita. Inicialmente apresento a história²¹ de cada um dos militares que participou desta pesquisa, seguido de um quadro dos informantes. Na continuação do capítulo apresento a trajetória militar de acordo com os informantes.

No segundo capítulo, por sua vez, apresento uma discussão teórica sobre as masculinidades hegemônicas e subalternas e de que maneira estas masculinidades são elaboradas no universo militar.

No capítulo terceiro, realizo uma revisão teórica sobre velhice e terceira idade, uma abordagem na aposentadoria direcionada aos militares, bem como seu distanciamento com o universo militar.

²⁰ Uma categoria nativa, “milico” se refere ao Militar das Forças Armadas.

²¹ Após a história de cada informante, exceto Tarley, há um mapa que indica as cidades e países nos quais moraram ao longo da carreira militar.

CAPÍTULO I – A VIDA MILITAR

Neste capítulo busco estabelecer pontos em comum com as histórias dos quatro oficiais Coronéis, com o General e com o Major que foram entrevistados. Traçarei as trajetórias de vida de cada um, evidenciando deste modo os pontos fortes de suas carreiras militares a partir do que me foi contado, o início, o porquê da escolha da vida militar, as excessivas mudanças, a vida nas vilas militares, entre outros momentos de suas trajetórias.

Desse modo, este capítulo constituir-se-á de cinco partes, a seguir mencionadas.

A parte I abarca a história de cada oficial entrevistado, finalizando com um quadro que reúne informações pertinentes a sua carreira militar.

Na parte II abordarei a instituição Exército, uma instituição com a missão de ensinar, e como se dá o processo de ascensão na carreira.

A parte III tratará do início da vida militar na Escola Preparatória, a ida para a Academia Militar das Agulhas Negras, a vida militar em si, com suas transferências, cursos e promoções na carreira, terminando com as batalhas que incorporam o cotidiano de militar.

A parte IV compõe-se inicialmente da descrição de trotes na AMAN e na EsPCEEx narrados pelos informantes. Segue com o relato de um informante sobre o cotidiano de um quartel, finalizando com o desenvolvimento de alguns rituais intrínsecos ao universo militar, observados durante o trabalho de campo.

A parte V enfatiza inicialmente a escolha pela carreira, em seguida a escolha da esposa e termina com a descrição da convivência nas vilas militares.

Parte I - A história de cada um dos informantes: Romeu, Antônio, Bastos, Edevaldo, Tarley e Vargas.

a. Romeu

Você está me fazendo lembrar de coisas, que nem eu mais queria me lembrar, olhe o que você está fazendo comigo Juliana... (Romeu)

Romeu nasceu na cidade do Rio de Janeiro - em 19 de novembro de 1920. Quando o entrevistei tinha 80 anos.

Oriundo de família militar, seus avós maternos e paternos foram generais do Exército e almirantes da Marinha, bem como vários de seus tios, inclusive um de seus irmãos. Seu pai era Coronel de Infantaria, seu avô foi o predecessor do Marechal Cândido Rondon. Eram quatro filhos: três meninos e uma menina. Romeu era o terceiro dos quatro irmãos.

O pai de Romeu ficou viúvo quando ele tinha 6 anos. Após o falecimento de sua mãe, seu pai foi transferido para o Estado do Pará e, como não poderia ir para lá com os 4 filhos, viu-se obrigado a deixá-los com os familiares. Romeu e outro irmão ficaram com a avó paterna e seus outros dois irmãos com seus respectivos padrinhos.

Descreveu sua infância no Méier, zona norte do Rio de Janeiro. Sua avó possuía uma grande casa de dois andares, com muitos quartos, de imenso jardim com árvores, cavalos, passarinhos, macacos, gato, cachorro. Seu pai, cada vez que vinha visitá-los, trazia um animal de presente. Na casa, segundo conta Romeu, havia muito espaço para brincadeiras, era o ponto de encontro da garotada da vizinhança e dos irmãos que o visitavam, continuando assim até a adolescência. Nas suas histórias, Romeu me fez ver uma infância alegre, livre, com crianças correndo pelas escadarias da casa da avó. Não me falou, entretanto, de seu avô, exceto pelo orgulho de pertencer a essa linhagem.

Em épocas de carnaval, que era sua festa preferida, se fantasiavam de mulher – ele, seus irmãos e amigos vizinhos - com as roupas da avó. Dizia que *ser carioca é ser boêmio*. Conta que uma vez, já Tenente, morando em Florianópolis, gozou suas férias no carnaval e foi para o Rio de Janeiro sem avisar ninguém. E lá estava ele, de

madrugada, divertindo-se, dançando no meio da rua, quando sua madrasta – que também estava no Rio - olhou pela janela do hotel, viu-o e chamou seu marido, pai de Romeu: *Olhe aquele moço, parece o Romeu!!!* Seu pai veio até a janela e disse: *Não, não, vem, vem...* Seu pai havia reconhecido o filho que dançava às 5 horas da manhã. Romeu conta que estava completamente bêbado e que acordou de manhã na casa de uma linda enfermeira.

Morou com a avó até a adolescência, quando prestou concurso, em 1941, para a Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN – que era ainda situada no Rio de Janeiro. Conta que havia 2.000 candidatos para 100 vagas e que passou em boa colocação. Em 1944 formou-se como Aspirante e, em plena Segunda Guerra, voluntariou-se para a Força Expedicionária Brasileira. Conta que se alistou porque, além de ser solteiro, muitos amigos já tinham ido e era bom ter no currículo, mas que finalmente não embarcou para a guerra.

Romeu nunca me disse por que escolheu a Infantaria, talvez por uma questão de linhagem, já que seu pai havia sido General oriundo da Arma de Infantaria. No decorrer de seus relatos e ao contar suas histórias deixou clara uma intervenção política de seu pai em quase todas as suas mudanças e transferências de cidade. Sua família sempre o acompanhava, sua esposa e seus cinco filhos, um deles falecido em seus braços. Conheceu sua esposa na primeira cidade onde serviu, em Florianópolis, pois seu pai o atraiu para a ilha dizendo: *Vem para cá, aqui tá cheio de galega bonita, tá cheio de praia, vem pra cá...* Romeu conta que assim que chegou em Florianópolis, foi até o Batalhão e pegou o cavalo do Comandante - seu pai - para um passeio pelo seu novo local de moradia. Logo no primeiro dia conheceu uma *linda moça de origem alemã*, em pouco tempo já estavam namorando, noivaram, e em seguida se casaram. Este oficial conta que: *ela era muita tímida, recatada, mas me acompanhava em todos os lugares, afinal eu sou carioca, sou boêmio...* Conta que ela e as irmãs - futuras cunhadas - eram conhecidas como *as meninas do Romeu*. Como se ele tivesse demarcado um território com as cunhadas e futura esposa. Conta-me que seus amigos diziam: *Não mexam com aquelas meninas, elas são do Romeu*.

Namoraram, noivaram, e em 1947 Romeu foi transferido para uma cidade que faz fronteira com o Paraguai, lá ficando até 1949. Esse período foi marcante para

Romeu, pelas festas de três dias que ele e seus companheiros faziam, sempre insistindo que sua boêmia era devida à sua origem carioca, afirmando que *homem precisa mais você sabe...*, fazendo referência à sexualidade masculina em comparação com a feminina, mas ele ainda estava solteiro. Ele e a moça de origem alemã, jovem, de “boa família”, classe média e bonita, casaram-se na cidade de Curitiba, pois: *naquela época era muito longe para vir...* Pela distância que tornava o trajeto longo e difícil, para aquela cidade foram noivos e familiares. Após o casamento, seguiram juntos para onde servia o noivo. Sucederam-se inúmeras transferências e promoções.

Em 1952, cursou a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército) no Rio de Janeiro, na Praia Vermelha. Como Major foi para Maceió/AL e, em 1964, voltou para Santa Catarina, onde foi Subcomandante do mesmo Batalhão em que seu pai havia sido Comandante. Foi promovido a Tenente-Coronel em Blumenau/SC, em plena ditadura militar.

Em 1966, Romeu pleiteou sua volta à cidade de Florianópolis/SC, desta vez no comando do Batalhão. Houve um sério desentendimento com um superior, que não lhe quis dar o posto. Nessa época, o então General Castelo Branco decretou uma lei estabelecendo que os Tenentes-Coronéis com mais de 25 anos de serviço poderiam ir para casa ou “vestir o pijama²²” com posto e vencimentos de Coronel. Foi então, aproveitando a oportunidade, que se aposentou. Mas após alguns meses de conversas, de visitas e de almoços em sua casa ele me revelou que decidiu ir para a reserva, na verdade, pelo fato de não ter ganho a função de Comandante do mesmo Batalhão onde seu pai o fôra: *Briguei com o homem lá e não quis mais saber, pedi baixa... Não quis nem saber, fui trabalhar como Delegado da Polícia Federal de Santa Catarina. Soube que eles queriam um Coronel para este cargo e me apresentei...*

E assim ele foi procurado para exercer a função. Contou ainda que era um cargo de confiança, sem vencimentos. Nesse cargo Romeu permaneceu de 1967 até aproximadamente 1972. Depois foi convidado para ser Chefe do Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Governador Ivo Silveira e em seguida Secretário Adjunto de Segurança Pública do Governador Colombo Salles e nos governos de Konder Reis e de Jorge Bornhausen. Dessa forma, Romeu passou quatro mandatos de governo estadual

²² Gíria militar que significa aposentar-se. Esta expressão será analisada em capítulo posterior.

em cargos que envolviam poder e controle. Contou que sempre utilizava os carros oficiais com motoristas que vinham buscá-lo e o deixavam em casa após o trabalho, fazendo com que seu carro novo tivesse ainda baixíssima quilometragem.

Mesmo afastado do universo militar, Romeu relatou que continuava muito ligado a esse universo e que na sua casa de praia - com campo de futebol, quadra de vôlei, cancha de bocha, piscina - continuava reunindo a “família militar”, seus ex-companheiros de farda. Contou que muitas vezes um governador queria conversar com determinado Coronel ou General e pedia que Romeu marcasse em sua casa um churrasco e que convidasse tal pessoa. Conta que o fez inúmeras vezes. Certa vez, segundo sua filha, haviam 34 carros estacionados perto de sua casa de praia. *Eu tinha poderes, eu conhecia pessoas naquela época...*

A área onde hoje se localiza sua casa pertencia ao pai de sua esposa, uma grande área dividida em lotes para casas em que toda sua família ainda mora, cunhadas, filhos, netos .

Os filhos de Romeu são engenheiros, e ele os identifica pela profissão; as filhas são casadas, mas ele as citava pela profissão do marido. A esposa de Romeu suicidou-se há 8 anos, ele ficou muito sozinho desde então, sente muitas saudades da companheira e passa seus dias em uma saleta repleta de livros, jornais e revistas. Muito solícito, emprestou-me livros, queria trocar ... falou-me em certa ocasião de estudantes que moraram ao lado de sua casa e que estavam sempre conversando com ele, tendo inclusive emprestado a eles muitos livros, e que acabaram indo embora e nunca os devolveram. Ele não se importou com isso, para ele era importante a troca, a conversa, e principalmente a companhia. Muito sozinho, certa vez quis me dar a chave de sua casa para que eu pudesse entrar e sair quando quisesse. Romeu teve um sério problema de saúde no início de 2001, sendo levado para o hospital às pressas. Após esse episódio, ele se tornou mais dependente da família e se disse muito esquecido. As últimas vezes que conversamos ele, em tom de desabafo, contou-me que estava tomando vários remédios por dia e que havia emagrecido muito, que não tinha mais vontade de sair de casa, nem de ler, que era seu passatempo favorito. Em maio de 2001, Romeu suicidou-se com um tiro de revólver na cabeça. A notícia de seu falecimento me deixou muito abalada, e foi muito difícil transformar esse acontecimento em um “dado antropológico”.

Romeu

- 1- Rio de Janeiro/RJ
- 2- Florianópolis/SC
- 3- Foz do Iguaçu/PR
- 4- Blumenau/SC
- 5- Maceió/AL

- 6 – Florianópolis/SC
- 7 - Rio de Janeiro/RJ
- 8 – Blumenau/SC
- 9 – Curitiba/PR
- 10 – Blumenau/SC

b. Antônio

Como eu te disse agora, eu estou ficando com a memória... Ele diz assim, o Bastos Tigre: "Entra na velhice com cuidado, pé ante pé, sem despertar rumores que despertem lembranças do passado..." (Antônio)

Antônio nasceu em 12 de março de 1933 no Distrito de Alegrete, Rio Grande do Sul, de pai brasileiro com bisavô italiano e mãe brasileira descendente de antigos sesmeiros da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Tem cinco irmãos - quatro homens e uma mulher, ele é o penúltimo na fratria.

Seu pai era um criador de gado, um grande proprietário rural, que faleceu em 29 de junho de 1939, "bem moço" ainda, com 41 anos, após a queda de um cavalo. Antônio descreve as lembranças de sua infância, quando no entardecer seu pai e os peões cavalgavam nos fundos do campo onde ficava sua casa. Contou que muito bonito era o cavalo que derrubou seu pai, era um animal muito agitado, que se assustou, derrubando-o. Seu irmão possui ainda a foto desse cavalo. A família não sabe se ele já estava doente, o fato é que após a queda ele faleceu. A morte do pai foi marcante para este menino, que teve de abandonar o campo aos 6 anos de idade com toda a família e ir para a cidade, seguindo um desejo do pai de que todos os filhos estudassem. O pai dizia que queria ter um filho médico, um advogado e um militar.

De seu pai, Antônio possui os livros de aritmética do curso superior do Antônio Trajano e os livros de homeopatia, orgulhando-se de terem a assinatura, a letra bonita e os desenhos que ele fez na contracapa do livro. Segundo Antônio, seu pai era muito instruído e conhecido "doutor" da vizinhança, a quem prestava serviços gratuitos de auxílio médico.

Antônio, uma vez na cidade, fez a escola primária e o ginásio no mesmo colégio, formando um grande vínculo com colegas e professores. Recentemente se encontraram para comemorar os 50 anos de formatura do ginásio. Ao terminar o colégio, em 1949, Antônio decidiu ir para a escola militar porque seu irmão mais velho tinha se alistado voluntariamente para ir à guerra - acabou não embarcando. Assim, foi para Porto Alegre de trem com um amigo, que havia comprado uma cabine no trem e o

convidou para viajar com ele. Ele já havia viajado de trem quando ia para a fazenda da avó nas férias. Ele e o amigo se separam na estação, ele foi para uma pensão com seu irmão e a turma de Alegrete, e o amigo para casa de um tio, médico famoso em Porto Alegre.

Antônio fez os exames para ingressar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Porto Alegre, e conta que passou bem. Havia aproximadamente 800 candidatos para 90 vagas, ele passou quase em vigésimo, disse que foi uma surpresa. Apesar das provas serem difíceis e da resistência de alguns familiares à sua ida - pois eram grandes as despesas com deslocamento e estadia - ele passou nos primeiros testes, sendo avisado por uma professora de matemática, mãe de um grande colega.

Quando já estava em Porto Alegre cursando a Escola de Cadetes, Antônio conheceu - no dia de seu aniversário - aquela que viria a ser sua esposa, Lara, que estava estudando numa escola em Porto Alegre. Antônio ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras no final de 1951 e em 1954 foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Cavalaria. Ele conta que acha coincidência ter escolhido a Cavalaria, afinal seu pai falecera após o tombo de um cavalo. Finalmente, ele foi classificado para o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, o chamado Dragões da Independência, que, segundo ele, era na época sediado no bairro São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Seguiram-se inúmeras mudanças de postos, de cidades e residências. Lara também era filha de fazendeiros. Casaram-se após a formatura na AMAN e três filhos nasceram desse casamento, uma menina e dois meninos, a filha é médica e os filhos são engenheiros.

Antônio se considera uma pessoa reservada e de hábitos simples, por isso sempre preferiu as unidades de Cavalaria sediadas nas cidades do interior gaúcho. Sempre praticou esportes como hipismo, pólo, esgrima e tiro, participando como representante de sua unidade nas competições militares. Antônio iniciou as faculdades de História e de Engenharia, não pôde concluí-las pelas excessivas mudanças que a carreira militar lhe impôs.

Solicitou a aposentadoria do Exército em 1978, em virtude de um problema de saúde que o levou a um transplante da córnea. Após sua recuperação, trabalhou

durante 7 anos como gerente regional de uma seguradora ligada ao universo militar, aposentando-se finalmente por idade.

Antônio hoje se dedica a explorar as genealogias da família, sendo dedicado pesquisador. Ele, auxiliado por sua esposa, procura e investiga documentos, pois deseja deixar para os filhos a sua história e a de sua família.

Antônio

- 1 – Porto Alegre/RS
- 2 – Resende/RJ
- 3 – Rio de Janeiro/RJ
- 4 - São Gabriel/RS
- 5 – Palmas/PR
- 6 – Quaraí/RS
- 7 – São Gabriel/RS

- 8 – Rio de Janeiro/RJ
- 9 – São Gabriel/RS
- 10 – Porto Alegre/RS
- 11 – Egito
- 12 – Porto Alegre/RS
- 13 – Rosário do Sul/RS
- 14 – Florianópolis/SC

c. Bastos

*Passei estes vinte anos dando instrução, ensinando soldado praticamente. Ensinando soldado desde a montagem do mosquetão até bater continência. Tudo, tudo... Por incrível que pareça, peguei no Exército soldado que não sabia o nome dele... Isso não é há muito anos atrás, lá pelos anos de 1950.
(Bastos)*

Bastos nasceu em 11 de junho de 1928, gaúcho de São Luiz Gonzaga, filho e neto de fazendeiros. Bastos é o penúltimo de 11 irmãos. Os irmãos mais velhos receberam apoio financeiro do pai e seguiram a vida de fazendeiros. Seu pai, após ter feito um mau negócio em Mato Grosso, não pôde ajudar os filhos mais novos a seguirem o caminho por ele já trilhado.

Bastos, então com vinte anos, ingressou na unidade do Exército em Santo Ângelo no ano de 1948, como Soldado, tendo servido no mesmo quartel até 1968. Diferentemente dos outros informantes, não cursou a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), fez todos os cursos na própria unidade e ao fazer as provas foi aumentado na graduação e nos postos. Casou-se com uma conterrânea, filha de fazendeiros, teve dois filhos e adotou uma menina, filha de um compadre. Em meados de 1958, Bastos resolveu voltar a estudar; saía do trabalho e à noite ia para escola. Formou-se contador, na escola que ajudou a fundar. Quando foi promovido a Tenente, foi transferido para Santiago/RS, cidade em que ficou durante dez anos, servindo num hospital.

Como Capitão foi transferido para Santa Maria/RS, lá encerrando sua carreira militar em janeiro de 1981, como Major. Segundo ele, não levaria mais vantagem nenhuma ficando na mesma função, afinal seu tempo de serviço chegara ao fim, tinha na época 53 anos. Bastos conta que logo que se aposentou, levantava-se pela manhã e procurava pelo seu coturno e sua farda, queria vesti-los, mas não os encontrava, pois os havia dado de presente aos companheiros. Mora em Florianópolis há 16 anos. Após sua aposentadoria, foi durante muitos anos palestrante nos centros espíritas e atualmente dedica-se a leituras da religião espírita.

Bastos

- 1 – Santo Ângelo/RS
- 2 – Santiago/RS
- 3 – Santa Maria/RS
- 4 – Florianópolis/SC

d. Edevaldo

Eu considero a vida militar talvez por ser um tripé do ser humano, em que o ser humano se apoia neste tripé: a lealdade, a sinceridade, a honestidade. Com este tripé você tem tudo. A lealdade com o companheiro, com o seu semelhante, a sinceridade, a maneira de ser, na maneira da falar, na maneira de pensar e a honestidade baseada no regulamento, em normas.
(Edevaldo)

Nascido no Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 1945, filho de militar Coronel da Infantaria. Acredita que optou pela profissão seguindo os passos do pai. Ele e os irmãos sempre estudaram em colégios militares. O irmão mais novo fez o Colégio Naval, mas não seguiu a carreira, cursou Filosofia e hoje é professor na USP. O irmão mais velho fez colégio militar, fez a preparatória, em seguida foi para o Colégio Naval, mas não quis seguir a carreira militar. O filho de Edevaldo também não quis, segundo ele, “essa vida de cigano”.

Em 1964 foi aceito na Escola Preparatória de Cadetes, em Campinas, ingressando em seguida na AMAN, onde já era bem conhecido como chefe de torcida. Formou-se Aspirante da Arma de Cavalaria na AMAN em 1971 e foi então transferido para uma cidade na fronteira com o Uruguai, no Estado Rio Grande do Sul. Após a formatura na AMAN, casou-se com uma moça de Niterói. Segundo ele, ela não tinha nenhuma noção do que era a vida de um militar, aprendeu com ele. Seu primeiro filho nasceu em Santo Ângelo/RS. Após o nascimento, a família foi transferida para Amambaí, em Mato Grosso, para onde foi como Primeiro Tenente, sendo depois promovido ao posto de Capitão.

Com aptidão para o ensino, Edevaldo sempre foi convocado para organizar unidades-escola do Exército. Ficou no Rio Grande do Sul até 1978, quando foi para o Rio de Janeiro fazer a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - a EsAO. Considera o Exército uma verdadeira escola, que, segundo ele: *É uma pedra bruta que é lapidada na hora, ali em dez meses, onze meses, você deixa ela ali um cristal aperfeiçoado.*

Após a EsAO, Edevaldo foi transferido para Brasília/DF. Ele conta que conheceu quase todas as principais cidades brasileira, e morou em muitas delas. Mesmo com todas as mudanças que fez, Edevaldo classifica a vida militar como sendo: *"Mas*

olha é uma vida boa. Você conhece todo mundo, conhece hábitos, costumes, nestas viagens²³ que a gente faz. Faz amizades... olha até hoje...”

Em 1992, quando era Comandante de Batalhão em São Paulo, lembra de uma passagem que foi muito marcante. Durante uma solenidade que comemorava os 50 anos de uma turma de 1942, soube de dois oficiais que não tinham se encontrado durante todo este período. Segundo Edevaldo, eles se abraçavam e choravam muito; ele então ficou preocupado com a saúde dos dois antigos colegas e solicitou ao médico do Batalhão que ficasse próximo para atendê-los caso necessitassem.

Este informante compara a vida militar a um tripé baseado na honestidade, nos regulamentos disciplinares e na sinceridade, que possibilita ao militar falar o que sente com educação, sem nunca deixar de fazê-lo. Conta que sempre levantou a voz para seu comandante quando não aceitava certas coisas, mas que baixara muitas vezes a cabeça quando percebia que estava errado.

Edevaldo possui dois filhos, um rapaz, que não quis seguir a vida militar, escolheu a engenharia como profissão, e uma filha, que é casada com um filho de militar da Marinha, e que também não seguiu o caminho trilhado pelo pai.

Edevaldo está aposentado desde 1995. Aposentou-se antes do previsto, pois não havia mais funções na cidade onde ele gostaria de morar definitivamente. Conta que, segundo sua esposa, ainda está “engatinhando no meio civil”, porque deixava por conta dela toda a administração da família e a educação dos filhos. Atualmente, Edevaldo se reúne regularmente com os ex-colegas de farda, freqüentando o Círculo Militar. Ele não exerce nenhuma função remunerada, mas assumiu o cargo de sub-síndico do prédio onde mora.

²³ Grossi (1990:51) em pesquisa realizada em conventos nos fala que a vocação em ser freira não é apenas uma escolha da família mas que há também: “Um importante projeto individual de ascensão social por parte das meninas que vão para o convento. A vida da freira é vista não só como uma possibilidade de independência do pai, mas como uma vida cheia de aventuras, de descobertas e de viagens, fantasia reforçada pelas histórias, lidas nos conventos, de missionários na África, na Ásia”.

Edevaldo

- | | |
|---------------------|------------------------|
| 1 – Campinas/SP | 8 – Curitiba/PR |
| 2 – Resende/RJ | 9 – Rio de Janeiro/RJ |
| 3 – Livramento/RS | 10 – Rosário do Sul/RS |
| 4 – Santo Ângelo/RS | 11 – Curitiba/PR |
| 5 – Rio Negro/PR | 12 – Rio de Janeiro/RJ |
| 6 – Passo Fundo/RS | 13 – Brasília/DF |
| 7 – Amambaí/MS | 14 – Florianópolis/SC |

e. Tarley

O lugar é horroroso. Mas você pinta das cores mais bonitas para você, azul, rosa ... quando você está saindo já está vendo tudo cinzento, marrom (risos)... a cor do lugar mesmo. Então eu acho assim, que você tem que tirar o melhor daquele lugar, o melhor proveito. E tem uma outra coisa, se você está bem com a família, se a família está bem você está bem. Lógico, se você tem uma profissão e se você deseja exercer esta profissão, aí a coisa complica um pouquinho...

Helena, esposa do General Tarley.

Tarley é nascido em Aracaju/SE em 20 de setembro de 1937, filho de dentista que queria ser militar, sua mãe tinha horror à vida dos militares. Talvez uma vontade de seu pai foi transmitida aos seus quatro filhos homens que, coincidência ou não, assumiram a vida militar, dois na Marinha e dois no Exército. Filho caçula, saiu de casa aos 15 anos de trem em direção a Salvador/BA, onde fez a Escola Preparatória. De Salvador seguiu de barco para o Rio de Janeiro, onde cursou a AMAN, e ingressou na vida militar. Tinha certeza da carreira que escolhera, então, aos vinte anos já era oficial.

Casou-se aos 33 anos, com uma moça nascida em São Paulo, formada na escola normal, que era professora e tinha 30 anos. Tarley conta que esperou conhecer a mulher certa, e ter certeza de que ficaria com ela a vida toda. Não gostava de seus amigos que se casavam muito rápido e então se separavam com a mesma rapidez, com 1, 2 e 3 casamentos, Não era isso o que queria para si.

Em 45 anos de profissão fez ao todo vinte mudanças. Cursou e formou-se em engenharia no próprio Exército. Fez nos Estados Unidos o Curso de Estado-Maior, com oficiais de 1957. Sua família o acompanhou na viagem.

f. Vargas

Eu fui para Suez, viver naquele deserto desgraçado lá, para economizar dinheiro para poder ter alguma coisa, para comprar apartamento... (Vargas)

Vargas nasceu em Blumenau, tem 76 anos. Seu pai era funcionário público federal do Ministério da Agricultura. Em função da profissão do pai, morou em várias cidades do país.

Em Florianópolis, quando estava estudando no Colégio Catarinense²⁴, sentiu-se atraído pela carreira militar quando viu colegas ingressarem na Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre. Em 1944 decidiu também ingressar nela. Em 1946 foi para Resende cursar a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). Vargas acredita que a disciplina exigida no Colégio Catarinense o influenciou na escolha pela vida militar, mas esse também era um desejo de seu pai. Ele é o único militar de sua família. Conta que seu pai tinha dificuldades para criar os filhos e que por isso o incentivara na escolha dessa profissão. Eram cinco filhos – quatro homens e uma mulher – e Vargas é o mais velho.

Em 1949, foi declarado Aspirante e seguiu para Blumenau. Casou-se em 1951 com uma moça nascida em Florianópolis, ela também era filha de funcionário público. Ele tinha 25 anos e ela 22 anos. Em 1952 nasceu a primeira filha do casal. Vargas foi promovido a Primeiro Tenente no final de 1952 e então transferido para Resende, cidade em que ficou até ser promovido a Capitão em 1954, quando então foi para Curitiba. A família apenas instalara-se quando foi chamado para servir em Florianópolis, seguindo-se uma transferência para o Rio de Janeiro. Como as condições de moradia no Rio, segundo contou Vargas, estavam acima de suas posses, a família resolveu ficar em Curitiba. Em 1958 cursou a Escola de Aperfeiçoamento, que o habilitou a ir até Coronel e comandante de Batalhão. Em 1961, também no Rio de Janeiro, fez a Escola de Comando do Estado Maior do Exército, curso que o habilita a atingir o generalato. No fim de 1964 terminou o curso e, por opção, escolheu ir para Campo Grande, Mato Grosso, no período em que Mato Grosso era um Estado só, com a capital em Cuiabá. Vargas viajou com a família – esposa e agora já com os três filhos -

de fusca, do Rio até Bauru/SP. Levaram tudo o que podiam no carro e chegando em Bauru colocaram-no no trem, tendo amanhecido em Campo Grande após uma viagem de 21 horas.

No final de 1965 Vargas candidatou-se para ir ao Egito, no chamado Batalhão de Suez. Eram apenas duas vagas para o Brasil, ele era Major na época e conseguiu passar nos exames que foram realizados em São Paulo. Sua família voltou para Curitiba e ele se deslocou até Recife para organizar a tropa. Passou o ano de 1966 no deserto, época em que entrou em conflito com o Gabinete do Exército no Brasil. Vargas nessa época voltou a morar no quartel em São Paulo, e relatou que essa fase foi muito difícil, pois estava novamente longe da família, que continuava em Curitiba. Em seguida foi selecionado para o Batalhão de Ponta Grossa, no Paraná. Em meados de 1968, Vargas candidatou-se a uma vaga no curso de Inteligência, nos Estados Unidos, mas, em razão do conflito que tivera com o Ministro quando estava em Suez, acreditou que não teria chances. Mesmo assim fez os testes e foi o único habilitado entre todos os candidatos, pois falava fluentemente o inglês e possuía todos os atributos requeridos para o preenchimento da vaga oferecida. Seguiu então para Forte de Holabird, perto de Baltimore, Estado de Maryland, nos Estados Unidos. Dessa vez a esposa não quis acompanhá-lo, queria economizar dinheiro para comprarem uma casa. Suportou o frio e a solidão e, segundo ele, não viu outra saída senão ficar estudando para ganhar tempo. Quando terminou o curso, recebeu o certificado de melhor aluno. Voltou como Comandante do Batalhão de Ponta Grossa, sendo depois transferido para Brasília e em seguida para o Rio de Janeiro.

Em 1974, surgiu um velho amigo dos bancos escolares de Resende. Esse amigo não era militar. Ele disse a Vargas que seu chefe, presidente de uma grande empresa, procurava um Coronel para a função de seu assistente. Em 1975 Vargas pediu a baixa do Exército, mesmo contra todos os apelos dos colegas de farda, para ocupar a vaga de assessor de presidente. Ficou trabalhando nessa empresa durante quinze anos, aposentando-se por idade aos 60 anos.

²⁴ Tradicional colégio de padres católicos de Florianópolis/SC.

O filho mora no Rio de Janeiro e é engenheiro, formou-se em engenharia e em matemática em Ponta Grossa. A filha mais velha é bioquímica e a outra psicóloga, ambas formadas em Curitiba, cidade onde moram.

Vargas, aposentado, assumiu funções em uma organização ligada às Forças Armadas, atuando como secretário. Também escreve artigos para jornais e revistas.

Vargas

1 – Porto Alegre/RS	9 – Rio de Janeiro/RJ	17 – Rio de Janeiro/RJ
2 – Resende/RJ	10 – Curitiba/PR	18 – São Paulo/SP
3 – Blumenau/SC	11 – Rio de Janeiro/RJ	19 – Ponta Grossa/PR
4 – Resende/RJ	12 – Curitiba/PR	20 – Baltimore / EEUU
5 – Curitiba/PR	13 – Rio de Janeiro/RJ	21 – Ponta Grossa/PR
6 – Florianópolis/SC	14 – Campo Grande/MS	22 – Brasília/DF
7 – Curitiba/PR	15 – Recife/PE	23 – Rio de Janeiro/RJ
8 – Ponta Grossa/PR	16 – Suez - Egito	24 – Curitiba/PR

Parte II – O Exército Brasileiro, a sua missão de educar e sobre a ascensão aos postos no Exército

a. O Exército Brasileiro

Exército Brasileiro é uma instituição nacional, permanente e regular. Um poder público que possui em seus efetivos aproximadamente 200.000²⁵ indivíduos no serviço ativo, sob uma rígida cadeia hierárquica, que está estabelecida pela Constituição Federal, em seu artigo 142, caput:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na *hierarquia* e na *disciplina*, sob a autoridade suprema do Presidente da República, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (Grifos meus)

Segundo contam os informantes, o Exército Brasileiro teve a sua origem na Batalha de Guararapes, onde índios, negros e portugueses juntos constituíram a instituição.

b. A missão de educar

O Exército elabora para si a missão de ensinar, de instruir o indivíduo que nela ingressa. Um exemplo da civilização desempenhada nos quartéis vem da França, no período da segunda metade do século XIX. Foi uma época em que o Exército realizou uma importante obra de alfabetização da população masculina, afinal, muitos jovens vestiam a farda sem nunca ter freqüentado a escola. Esta experiência culminou na construção - em 1816 - das primeiras escolas nos quartéis, sendo que quinze anos mais tarde os cursos para analfabetos (principalmente os Soldados) passaram a ser obrigatórios. Neste período, as possibilidades educativas do Exército não se restringiam à alfabetização, “a reflexão sobre a educação militar sublinhava a função nacional que

²⁵ Fonte: www.exercito.gov.br

ela exercia”²⁶. Na França de 1891, apontava-se um oficial como um professor nas artes militares, na higiene e na economia. “O Exército tinha freqüentemente uma função educativa indireta e involuntária”²⁷.

A obrigatoriedade do serviço militar no Brasil foi instituída em 1908, sendo que neste período o recrutamento se fazia mediante o sorteio militar, permanecendo o alistamento obrigatório até os dias atuais.

c. A ascensão dos militares

Cinco dos informantes foram aceitos no Exército por terem já cursado a Academia Militar das Agulhas Negras –AMAN. Após o término do curso, que melhor explicarei na parte seguinte, ele assume o posto de Aspirante. A ascensão aos postos seguintes²⁸, acontece em razão da “antigüidade”, ou seja, existe um tempo mínimo em que o oficial deve permanecer ocupando o posto. Melhor explicando, ele permanece no posto de Aspirante por alguns meses, não chegando a 1 ano; como Segundo Tenente o militar fica no posto aproximadamente por 1 ano e meio; passando, em seguida, ao posto de Primeiro Tenente, o qual ocupa por aproximadamente quatro anos, até chegar ao posto de Capitão, desde o qual as promoções são efetuadas combinando os fatores merecimento e antigüidade. O que é preciso salientar é que até o posto de Capitão as promoções são quase automáticas, quando então são inseridos no círculo hierárquico de oficiais superiores, que compreende respectivamente Major, Tenente-Coronel e Coronel. O tempo no posto para estes oficiais é de normalmente seis anos em cada posto, dependendo não exclusivamente de sua atuação, mas de diversos fatores como a Arma a que pertencem, os cursos que realizaram e o ano de sua formação na Academia. A promoção ao posto de General reveste-se de uma série de fatores diferentes dos demais postos, implicando num tempo variável de permanência, assim como demanda avaliação dos cursos realizados, do perfil profissional de cada um, disponibilidade de vagas conforme a formação original do oficial. Os postos de Marechal, Almirante e

²⁶ História dos Jovens, vol. 2, A Experiência Militar, p. 33. Companhia das Letras, 1996.

²⁷ Idem.

²⁸ Apresento na página 47 um quadro dos postos e graduações das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica).

Marechal-Mor, vale salientar, só acontecem em períodos de guerra, oportunidade na qual é escolhido para ser o Comandante das Forças Nacionais na Guerra um dos generais combatentes²⁹ mais antigos. Esta regra vale para o Exército, pois desconheço a regra de ascensão a estes postos na Marinha, ou Aeronáutica.

De outro modo, a ascensão daqueles militares que não cursam a AMAN, como é o caso de Capitão Bastos, acontece primeiramente como Soldado, prosseguindo com a realização de cursos para Cabo que são efetuados na própria unidade e para Sargento que, atualmente são realizados em escolas específicas. A ascensão destes a postos de oficial, como Segundo Tenente (o posto de Aspirante se dirige aos Cadetes recém formados da AMAN), segue a mesma regra para todos, ele avança nos postos por antigüidade e merecimento até o posto máximo, que é o de Capitão.

Na aposentadoria, ou seja, na passagem para a reserva remunerada, o militar ascende no posto. Exemplo é o Capitão Bastos, que foi aposentado como Major, mas não ocupou o posto de Major. Mesmo os informantes coronéis, que no período em que se aposentaram ocupavam o posto de Tenente-Coronel, ascenderam ao posto de Coronel. No caso deles, existe uma diferença curiosa na nomeação. Não chama-se um Tenente-Coronel de ‘Tenente-Coronel’, mas apenas de ‘Coronel’, por isso, na aposentadoria eles são reconhecidos como tal.

O Exército é uma instituição que atrai, segundo os informantes, porque oferece casa, comida, instrução e, para muitos, uma profissão, além de ser, ainda segundo os informantes, uma instituição atraente por ser “democrática”, aceitando todos aqueles que quiserem se alistar, independente de sua origem étnica, social ou religiosa.

²⁹ As Armas combatentes são: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia.

Parte III – Do início na Escola Preparatória, seguindo para a AMAN, das transferências e dos cursos até as batalhas e suas glórias

a. A Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEEx

Para ser admitido numa EsPCEEx, segundo meus informantes, o aluno deve ser submetido a testes físicos e provas que lembram o vestibular. É uma escola que prepara os alunos para ingressarem na AMAN e que equivale ao curso de segundo grau. Na época em que meus informantes entraram na vida militar, essas escolas estavam localizadas nas principais capitais, mas hoje essa formação está centralizada em uma única EsPCEEx, em Campinas/SP.

Para muitos deles, a entrada na EsPCEEx foi o primeiro contato com a vida militar. Para outros – filhos de militares – era apenas mais uma etapa de sua trajetória, como no caso de Coronel Edevaldo:

O científico eu fui fazer, na época, a Escola Preparatória de Campinas em 1964, depois da revolução ia ser fechada, ia ser extinta porque... por questão de economia. Ai fizeram... na cidade de Campinas não sei quantas mil assinaturas. E o Castelo Branco, que era presidente na época, depois da revolução reativou a escola. Mas como não deu tempo para fazer vestibular para a preparatória eles fizeram uma convocação com os Colégios Militares, para alunos de colégios militares que se interessavam em ir para lá. E eu fui nessa turma. Era um grupo grande de Cavalaria. O Colégio Militar do Rio tinha todas as Armas, Cavalaria, Infantaria, Artilharia.

É neste universo que estes alunos serão civilizados. Utilizo aqui o conceito de civilização de Norbert Elias (1995) que diz respeito a uma grande variedade de fatos, como o nível de tecnologia, o tipo de maneiras, o desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as idéias religiosas e os costumes, com o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo.

A ida para a Escola Preparatória dos informantes que não possuíam tradição militar na família foi contada de maneira semelhante, no sentido de terem sido motivados por colegas ou familiares. Para Coronel Vargas:

E eu então, também atraído por alguns companheiros daqui da época do Colégio Catarinense, que foram em 1943 para a Escola Preparatória de Cadetes em Porto Alegre, fui só em 45, dois anos depois. Entrei lá na Escola Preparatória e em 46 eu estava lá em Resende/RJ.

E para Coronel Antônio:

Me desloquei para Porto Alegre de trem, veja bem, viajou para Porto Alegre também, que é daquela turma que tu viste na fotografia, o pai dele era riquíssimo...

Bom... estudei bastante, cheguei lá, um dos meus irmãos já estava estudando em Porto Alegre, tinha uma pensão lá que hoje é um hotel, bem simples, lá se localizava a turma de Alegrete. Então eu viajei com esse amigo meu.. Fiz os exames, passei bem até..., olha, parece que, olha eu não sei se isso que eu me lembro, mas eu acho que eram uns 800 candidatos. (...) Olha vaga só contando ali os aprovados que eu tenho a relação. Mas devia ser... acho que umas 80 vagas. Eu acho que eu passei em 20 e poucos, foi uma surpresa. E tinha... eu tinha uma professora³⁰ minha de matemática... que ela gostava, toda a família era de nadadores, tanto é e mãe deste.... Mãe deste capitão de mar e guerra que era, já foi para a Marinha, tu vê já eram todos nadadores, uma família de gente que gostava de natação.

Antes de eu ir para a escola e ela me disse: Olha tu fostes chamado para a escola!! E ela me deu a notícia lá, foi interessante. E eu me lembro que uns dos meus irmãos estava lá e a mamãe deu um ataque que ia embora... eu tinha 15 anos, ainda não tinha completado 16...

Nestas falas de Coronel Vargas e Coronel Antônio observa-se que a escolha pela vida militar não foi decidida isoladamente, mas principalmente foi despertada a partir das interações com os amigos e a família, mesmo sendo esse desejo distante da realidade que os cercava, pois, por exemplo, parentes e amigos de Antônio diziam a sua mãe que ela estaria *jogando dinheiro fora*, que ele não iria passar, pois os testes eram muito difíceis. No caso de Antônio, a escolha pela carreira de militar diz respeito também a um projeto de seu falecido pai, que já havia planejado ter um filho militar.

Nesse sentido, Velho (1999) observa que, quanto aos projetos, é preciso reconhecer que não existe um projeto individual e “puro”, sem uma referência ao outro ou ao social. Os projetos são construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas.

A vida militar propriamente dita, mesmo para aqueles que são oriundos de famílias de militares, tem início na escola preparatória, em que o aluno deve escolher seu “nome de guerra”. Nome pelo qual será reconhecido e conhecido pelos colegas militares ao longo de toda sua vida militar e, normalmente, também civil. Esse nome, por sua vez, não pode ser um apelido informal, deve ser seu primeiro nome, ou o nome da família. Pelo estabelecido, um aluno com o nome de João de Souza somente poderá escolher como nome de guerra o ‘João’, o ‘De Souza’, ou ainda, caso hajam outros

³⁰ Esta professora que deu a notícia da aprovação ao Coronel Antônio era mãe de militares. Penso que ela já sabia do resultado dos testes mesmo antes de ter sido divulgado pelos meios normais (rádio, jornais e televisão).

militares com o mesmo nome, será ‘J. Souza’ (Jota Souza). Esta nova determinação o torna membro de uma nova comunidade, tal como sugere Gilberto Velho:

Em grande parte das sociedades tribais, das tradicionais e das complexas o agente empírico é basicamente valorizado enquanto parte de um todo – linhagem, família, clã. E ainda, segundo o mesmo autor, “a manipulação do nome, o nome “artístico”, a supressão de sobrenomes, os apelidos etc., são formas de enfatizar ou marcar a individualidade, de sublinhar a particularidade. (1999:25)

É também nesse momento que o jovem estudante tem seu cabelo cortado à “maneira militar”, ou seja, muito curto, especialmente na parte sobre as orelhas. São as normas para a passagem ao novo universo que observam o corte de cabelo, a ausência de bigodes ou barba, assim como a retirada de brincos ou piercings. A cabeça, ou seja, o corte de cabelo, assim como a higiene corporal, constituem-se em pontos nodais submetidos ao controle diário da instituição.

Pitt Rivers (1992:27) escreve que a honra: “Goza de uma ligação privilegiada com o corpo, utilizado para simbolizar suas diferentes facetas”. Cada parte do corpo possui, como o próprio autor descreve, “um valor honorífico”, então, a cabeça, o tronco, as “partes vergonhosas”, as mãos, possuem valores atribuídos de honra diferenciados. No caso da cabeça, Rivers observa que: “Isso aparece de maneira evidente nos rituais honoríficos ou de desonra, nos rituais de consagração ou de dessacralização: a cabeça tem um papel preponderante, seja ela coroada ou decepada” (1992:28). Esses estudantes, antes civis, agora novos militares, ao entrarem na escola militar têm o cabelo raspado e, em seguida, recebem uma boina de estudante, que indica possuírem agora um novo “status”. Estes dois atos nos fazem pensar tanto no decepamento (raspar os cabelos), quanto no coroamento (boina).

b. Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN³¹

A AMAN tem sua origem em 1792, com a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho. Foi a primeira escola militar criada nas Américas, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Conde de Resende, aquele que deu seu nome à cidade

³¹ A partir de agora, para falar deste Estabelecimento, usarei somente a sigla AMAN.

onde hoje a AMAN se encontra.³². É o único estabelecimento de ensino de nível superior responsável pela formação básica do oficial da ativa do Exército Brasileiro. Segundo Castro (1999), diante da necessidade de aperfeiçoar a formação do oficial para um exército que crescia e se operacionalizava, foi criada a Escola Militar de Resende em 1º de janeiro de 1944, no município de Resende, que passou a chamar-se, em 1951, Academia Militar das Agulhas Negras.

Todos os informantes, exceto Capitão Bastos, cursaram essa escola e se intitulam “militares de academia”. Os candidatos a essa escola eram selecionados em três fontes principais: na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) localizada em Campinas, nos Colégios Militares (CM) e num Concurso de Admissão (CA). Atualmente a única maneira de entrar para a AMAN é via EsPCEEx, para a qual é realizado um concurso anual de âmbito nacional. Ao ser matriculado, o candidato passa a estar sujeito à legislação militar. Três dos informantes entrevistados fizeram a escola na época em que o curso tinha duração de três anos, o que vigorou desde sua fundação até o ano de 1967. Após remodelação, o curso atualmente tem duração de quatro anos.

Os alunos vivem em regime de internato e recebem gratuitamente alimentação, uniformes, serviços de lavanderia, assistência médica e dentária, além de um soldo equivalente a 1 salário mínimo. Ao final do 2º ano o aluno deve escolher a Arma: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Material Bélico ou Intendência. Após a escolha da arma ocorre a separação das matérias específicas para cada arma. (CASTRO, 1999)

É nessa academia que os alunos vivem um processo de socialização profissional. Durante o período que lá ficam devem aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar (CASTRO, 1990). Até 1944 a Escola Militar de Realengo – hoje AMAN - era localizada no Rio de Janeiro, no bairro de mesmo nome. Coronel Romeu, informante “mais antigo³³”, cursou a academia quando ainda era situada no Rio de Janeiro, assim como Coronel Vargas, que a cursou em 1946, e que conta: *No meu tempo era Escola Militar de Realengo. AMAN foi mais tarde. Eu até voltei lá depois, como Tenente, para ser instrutor de cadetes. Ai já era AMAN.*

³² <http://www.aman.ensino.eb.br>

³³ Termo militar para designar aqueles que estão há mais tempo neste ou em determinado universo, utiliza-se mais moderno (para o mais recente, menos graduado) e mais antigo.

As experiências são diferenciadas para aqueles que não pertencem a famílias de militares, como é o caso do Coronel Vargas. Este informante aponta, ao ser interrogado sobre a experiência de integrar o universo militar sem qualquer vínculo familiar:

Para mim não houve nada de anormal não pertencer a uma família de militares, principalmente porque o exército é extremamente aberto e não leva em consideração tal condição. As oportunidades são as mesmas para todos, onde levam a melhor os que melhor se dedicam e se preparam intelectual e fisicamente.

A minha entrada neste universo apresentou alguma turbulência ligeira logo no início, até entender o estilo rigoroso de ensino; quando tal aconteceu, em pouco tempo, tudo ocorreu muito bem.

Em contrapartida, Coronel Edevaldo, quando indagado sobre a AMAN, respondeu:

É um mundo novo, para quem vem do meio civil, é um mundo novo, o cara tem coisa ali que ele nunca imaginou. Quem vem do meio militar, de colégio militar, preparatória, tem uma noção, quem é filho de militar também tem uma noção, mas quem vem do meio civil mesmo, não tem laço nenhum com a vida militar. O cara fica desorientado, é um mundo novo para ele, tudo é novidade. Tem muita coisa ali que ele nunca imaginou ver e vai ver ali, gírias e tudo...

E continua:

Eu fui um cara meio visado na academia. Porque eu já era meio conhecido. Eu tinha uma fama, uma certa fama... de pé frio, na preparatória. Pé frio no sentido de queimar os perus de outra Arma. Na preparatória nós não temos Arma e eu já era peru³⁴ de Cavalaria, então quem não era de Cavalaria ficava... e eu começava: -Ah!!! Vocês vão perder... não sei o quê... Eu fui chefe de torcida quase que o tempo todo no meu tempo, desde o colégio militar, a preparatória. E quando cheguei na academia.... - Ah... você que é o Edevaldo, não sei o quê, peru de Cavalaria!!! Então quem não era da Cavalaria me botava na lança. Botar na lança que a gente chama é pendurar.

Os alunos são “civilizados” no universo militar, aprendem a viver num mundo antes desconhecido. A escola se apresentará para eles semelhante ao “Tratado de Erasmo” estudado por Norbert Elias (1994), que consistia numa espécie de livro de boas

³⁴ Interessante analisar nesse depoimento a palavra “peru”, quem é o peru? O que significa ser peru de cavalaria? Quando interroguei um dos informantes sobre o que é “ser peru” ele respondeu: *é aquele que pleiteia algo, deseja algo que ainda não possui, é aquele que fica “piruando” alguma coisa que ainda não tem.* Mas peru também, na denominação ocidental brasileira, numa linguagem popular significa o órgão genital masculino e é assim reconhecido pelos homens. Existe uma brincadeira muito conhecida no nordeste brasileiro de que participam três ou quatro pessoas: o jogo utiliza uma bola e tem como objetivo deixar um deles sem ela, e aquele que procura a

maneiras direcionado aos filhos da nobreza. O aluno cadete deve fazer uma distinção entre “o antes e o depois”, “aqui dentro e lá fora”. Como se tudo que viesse de fora fosse impuro e então desvalorizado. Nesse sentido, Mary Douglas, refletindo sobre religião, observa: “Acredito que idéias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressões, têm como sua função principal impor sistematização numa experiência inerentemente desordenada.” (1966:15)

Gluckman (apud Velho, 1999:31) observa que mesmo nas sociedades urbanas modernas podem ser encontradas *pockets of social relations* em que há papéis *multiplex*. O autor menciona conventos, mosteiros ou um *college universitário* como tipos de instituições em que essa experiência mais típica de sociedade de pequena escala é encontrada. Poder-se-ia mesmo pensar no Exército como uma instituição individualizadora dessa ordem.

Finalmente, a carreira militar não se resume apenas aos quatro anos da academia, ela consiste ainda de várias outras etapas. Uma das mais comuns e obrigatória é o oficial cursar, quando no posto de Capitão, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e, alguns anos mais tarde, já no posto de Major ou Tenente-Coronel e mediante concurso de admissão, ingressar na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Ambas são cursadas no Rio de Janeiro e obrigatórias para quem aspirar ao generalato. Nenhum dos entrevistados, exceto General Tarley, atingiu o generalato. Além de Tarley, somente Coronel Vargas teria os requisitos básicos para tornar-se General, visto que possuía o curso que permite atingir o posto.

c. Transferências, Cursos e Promoções

A mobilidade é um atributo importante e um pré-requisito para a carreira de um militar, pois eles são para tal preparados, para suportar as excessivas mudanças, bem como suas esposas:

Tenente casado, lá no Leblon, casado no Rio de Janeiro, na praça Saens Peña, com aluna do Instituto de Educação, lá no pelotão da fronteira.

bola é chamado de peru. Assim, peru é aquele que quer ficar com a bola, que a procura e só deixa de ser peru quando a conseguir, enquanto ele não a possui, continua sendo peru.

Que é isso, Mossoró é metrópole!!!!. Manda para Cucuí, para a Cabeça do Cachorro. Para aqueles pelotões todos que tem lá isolados na fronteira... aí ela vai com ele, virar professora de índio, durante 2 anos... ela vai, ele vai, não está gostando do negócio, mais vai... É militar, ele foi preparado para isso.

As transferências implicam num acréscimo salarial em forma de ajuda de custo e gratificações que reforçam o orçamento da família.

Ele vai...ganha mais, tem mais gratificações por que é fronteira, dá para fazer um pé de meia, não tem onde gastar, não tem nada disso... então vai trazer algum dinheirinho, isso é verdade. Mas é um fim de mundo. Eu fui para Suez, viver naquele deserto desgraçado lá para economizar dinheiro para poder ter alguma coisa, para comprar apartamento.

Coronel Vargas compara o comprometimento do militar com outras profissões que também exigem mobilidade:

Mas o camarada da Receita Federal não vai, o camarada do Banco do Brasil não vai...não vai ninguém, o cara fica pulando de lá e pra cá, não vai ninguém, ministério nenhum da saúde, nem... o projeto Calha Norte está aí para provar isto. Os quartéis foram construídos, eu estive lá, com as dependências reservadas para estes ministérios, não apareceu ninguém... então quem faz este negócio de saúde é o médico que foi parar lá, um Tenente médico recém-formado.

Os chamados oficiais de academia possuem uma mobilidade territorial elevada em comparação aos oficiais QAO (Quadro Auxiliar de Oficiais) - aqueles que foram praças e não cursaram academia. – Estes são militares com baixa mobilidade, ou seja, praticamente não se deslocam territorialmente em comparação a um oficial de academia que, entre cursos e mudanças, faz em média 20 deslocamentos durante sua carreira militar. Segundo Coronel Edevaldo: *Mas olha, é uma vida boa. Você conhece todo mundo, conhece hábitos, costumes, nestas viagens que a gente faz. Faz amizades...olha até hoje.*

Essa mobilidade é de certa maneira incentivada e vivida como um ganho pelo quadro de não-oficiais. Capitão Bastos conta que, quando perguntado por seu irmão Neri, se não teria se arrependido de ter escolhido a vida militar, responde:

Se fosse para mim viver a vida que tu (dirigindo-se ao irmão Neri) viveu, ter todo dinheiro que tu tens. Eu ia ser Sargento de novo e levar a vida que eu levei. Porque eu conheço Brasília, eu viajei, eu passei com a minha família, eu fui... eu conheço Argentina, o Uruguai, o Paraguai, eu tive em Assunción, tive em tudo quanto é capital... e você nunca saiu daqui, só trabalhando, a vida inteira... Foi a Brasília uma vez porque eu levei ele de carro, fomos junto.

Existe uma forte relação de companheirismo, uma espécie de confraria entre os militares. É comum serem recepcionados quando chegam em outra cidade por um militar que lhes mostra a cidade e seus pontos principais, chegando mesmo a recomendar colégios para matricular os filhos e outras ‘dicas’. Estas escolas são tradicionais, católicas e reconhecidas por possuírem uma disciplina rígida, ou seja, simbolicamente, uma extensão da hierarquia do quartel para a escola, como é o caso do Colégio Catarinense, em Florianópolis, e do PIO XII, em Brasília.

Coronel Vargas declara as dificuldades dos deslocamentos e relata que:

Na época, Mato Grosso era um Estado só, com a capital em Cuiabá. Campo Grande era a maior cidade, maior que Cuiabá. Fui de fusquinha... do Rio até Bauru, eu, a mulher e os três filhos. Levamos tudo que deu, porque o resto ia encaminhar encaixotado... e quando chegou em Bauru, colocamos o fusquinha em cima de um trem e dormimos. No dia seguinte saímos 6 da manhã, não... 8 horas da manhã saímos de Bauru. Levamos 21 horas até chegar em Campo Grande... Chegamos lá de manhã cedinho, 5 da manhã... coisa assim...

O companheirismo na instituição é premissa do militar, como pode ser observado no depoimento de Coronel Vargas:

Aí tinha um companheiro esperando na estação. Isso é uma das coisas que o militar faz. Você chega numa cidade, tem um te esperando para levar para tal lugar, para ver onde é que é. Você vai. Sai do Rio de Janeiro para ir para um lugar destes e tem um militar para esperar. A tia da minha esposa lá no Rio dizia que lá só tinha jacaré e cobra. Essas coisas... Eu fui em 65. Eu terminei em 64 o Estado Maior e em 65 eu fui para lá. Passei o ano todo de 65 lá correndo aquele Mato Grosso todo de avião da Força Aérea Brasileira, avião da FAB.

As transferências são tidas como problemáticas principalmente quando os filhos entram em idade escolar. Segundo os informantes, são os filhos dos militares os que mais sofrem com essa rotatividade excessiva de colégio. Coronel Edevaldo chama estas freqüentes transferências de “espinhos”:

Os espinhos da vida militar são as transferências constantes, mudanças de colégio. Fábio teve uma época, ele só teve mesmo...os dois só tiveram, terminaram o curso no mesmo colégio, aqui no Catarinense. No final do ginásio e o 2º grau. Até Brasília era pingando, cada ano num colégio, fazia um curso no Rio, depois era transferido para Brasília, saía de Rosário do Sul, no interior do Rio Grande do Sul, ia para o Rio fazer um curso, ia para Brasília. E eu sempre me preocupei muito - eu e ela - com a educação das crianças, eu e ela. Então isso que pecou um pouco...

Então, esses espinhos que a vida nos impôs em algumas situações, nessas horas nem existem mais, tal os pontos positivos que são muito maiores que os pontos negativos...

Essas transferências contínuas, por exemplo, você leva, eu peguei, para mim até foi bom. São 27 cidades que eu conheci e tenho um filho numa cidade, uma filha noutra cidade, então você faz um círculo de amizades, chega na cidade, passa a ser conhecido, de alguma forma passa a ser conhecido, vai para outra... então, para efeito assim de... de ponto negativo, que seriam os espinhos, estas mudanças constantes, por exemplo, nós fomos montar a casa agora eu estou sofrendo as conseqüências, porque agora que... quando eu fui para a reserva vi que escolhi isso aqui para ficar e mais até então sempre morando em vila militar, casa alugada... pulava de um galho para outro, a maior parte morando em vila, em própria residência do Exército. Então a gente nunca... nunca montou.... nunca teve móveis... uma casinha.

Posso observar neste item que a família militar possui padrões de classe média conhecidos na sociedade brasileira, só que com algumas implicações que lhe são peculiares: primeiramente, porque essa família está sempre “em trânsito”, considero-a mesmo um ethos nômade e, também, por estar permanentemente em mudança para cidades que nem sempre oferecem uma boa infra-estrutura, como bons colégios, nem boas opções de lazer, como restaurantes e cinemas.

Também é um padrão peculiar pela questão da casa, o ter uma casa para morar. Quando lhes é possível morar nas casas das vilas militares, a mudança torna-se menos problemática. A família do militar mora em casas alugadas, emprestadas, cedidas pela União. A esposa só terá uma casa verdadeiramente sua quando o marido se aposentar, até então ela apenas está numa casa, ela não tem uma casa. Como o observado no depoimento de Helena:

Então ela não é preparada para isso, ela sai da casa dos pais, protegida, aquela coisa toda e é jogada numa selva, literalmente numa selva, porque você não mora em nenhum lugar... As vezes mora num lugar onde tem cinema e teatro, outras não têm nada disso.

Assim o é também em relação aos móveis e a outros fatores, como as voltagens dos eletrodomésticos, que variam de acordo com as diversas regiões de um mesmo país.

d. Batalhas e glórias

O oficial, em seu dia-a-dia dentro de um Batalhão, vivencia uma “eterna preparação” para a guerra, em que “o inimigo” pode estar muito próximo, a seu lado mesmo. São treinamentos diários, acampamentos, testes de sobrevivência, testes físicos, competições internas com modalidades esportivas diversas: tiro, arremesso de granada, corrida e natação com mochila e equipamentos (fuzil, faca, cantil à tiracolo), entre outras. Estar sempre pronto e sempre alerta é uma cobrança constante para aqueles que pertencem ao Exército, uma cobrança que ascende conforme a posição que o indivíduo ocupa na rígida escala hierárquica. O estabelecimento de um inimigo simbólico que está sempre pronto para atacar é o que sustenta essas e outras atividades em que a demonstração de força e habilidade são determinantes.

De todos os oficiais entrevistados, como já descrevi anteriormente, apenas Coronel Vargas fez curso de Estado-Maior, que habilita ao generalato e ao comando de grandes unidades. Foi ele oficial, o único entrevistado, que comandou e participou de um revolta armada em Suez, no Egito, na década de 60. Conforme seu relato:

Quando chegou o fim de 65 eu me candidatei para ir para o Egito, o Batalhão de Suez. Era major... eram duas vagas no Brasil inteiro. Era Major que não acaba mais fazendo concurso e consegui. Eu e um amigo meu, um velho companheiro de Recife. Ele fez o exame lá em Recife, eu fui a São Paulo fazer o exame na sede de alto comando, teve gente que fez o exame em Porto Alegre, Rio, Fortaleza. No fim eu e ele... Minha família voltou para Curitiba e eu sai de Campo Grande para Recife para organizar a tropa. Não sei se você viu a televisão hoje, a nova tropa indo para Timor Leste, esta nova tropa está saindo daqui do Rio Grande do Sul. E a nossa foi formada de cabos e soldados lá em Recife, era só pessoal do Norte, do Acre até Alagoas. Só que os sargentos e oficiais não. Este meu amigo era de Pernambuco. Ficamos lá durante dois meses e meio preparando, organizando a tropa toda para ir embora lá para o Egito, Suez, na Faixa de Gaza.

Eu falava inglês, inglês era a língua comum lá. Tinha polonês, dinamarquês, tinha sueco, brasileiro, escocês, italiano. Mas lá os árabes não queriam saber de inglês nem de francês.(...) era tudo diferente, o recrutamento, mulher lá não tem vez nenhuma, não tem a mínima chance. Eu já fui sabendo das coisas. Além da parte militar que a gente iria conviver com as tropas dos outros países, e procurar também entender um pouco das coisas do mundo neste aspecto, tinha esta outra parte histórica e social e que a gente iria aprender. E aprendemos muito. Passei todo o ano de 66 lá.

As vantagens observadas na vida privada:

E aí a única coisa boa foi a patroa que foi até o Recife/PE dar um tchau, voltou e fiquei um ano lá e ela aqui em Curitiba/PR. Bem verdade, fui juntando minhas férias, fui juntando, juntando. Então mandei buscá-la e

fomos passear na Europa durante um mês. Passei este ano de 66 lá no deserto.

Quando estava lá no Egito, Coronel Vargas entrou em conflito com o Gabinete do Ministro no Brasil.

É uma briga complicada, de técnica profissional. Começaram a colocar Oficiais de outras armas dentro do batalhão para ganhar dólar e eu reclamei. O ministro não gostou, porque ele tinha decidido que seria assim. E não é assim...(...) quando chegou lá queria colocar oficiais de outras armas. Eles sabiam (os oficiais das outras Armas), sabiam até mais do que o necessário. Mais do que um oficial para comandar um pelotão... mas é coisa simples.... mas é só por causa do dinheiro, dólar. Aí eu encenquei, não gostei, falei, escrevi, xinguei... não gostaram... Bom, eu sei que não deram resposta. Já era Tenente-Coronel, eles tentaram impedir a minha promoção a Tenente-Coronel lá no gabinete do ministro, mas não conseguiram.

Coronel Vargas relata que sua promoção a Tenente-Coronel quase ficou comprometida pela discussão com o Gabinete do Ministro na época.

E aí apareceu um concurso para fazer um curso nos Estados Unidos em 69. Eu vou contar em detalhes porque é interessante até para ver que na vida militar nem tudo é tão certinho. Como eu tinha tido uma encenca lá em Suez, estava brigado lá com um pessoal do gabinete do Ministro da Guerra. Eu estava lá em Ponta Grossa/PR. Apareceu em meados de 68 para fazer o curso nos Estados Unidos, a possibilidade de concorrer a uma vaga no curso de Inteligência - ARAPONGA como chamam . Bom, eu vou ver como é que está o meu nome aí, se melhorou, aí me candidatei, fiz todo o processo e mandei. Mas nunca responderam... Pensei: - Deus me Livre, tô sujo mesmo, tô mal de vida...

A desavença do Coronel Vargas com um alto representante do Ministério do Exército o coloca na posição de transgressor de uma hierarquia que estabelece a ordem. Ele, na época, ocupava o posto de major, portanto inferior ao seu opositor, mas, em contrapartida, Coronel Vargas foi imbuído de poderes ao ser designado para comandar um grupo no Canal de Suez, e isso lhe deu uma força simbólica que o levou ao enfrentamento com esse funcionário do Ministério. A discussão provocou uma desordem, ele havia ultrapassado seus limites ao negar uma proposição estabelecida pelo Ministério, a sujeira então aparece como um símbolo dessa desordem. Coronel Vargas estava “poluído” pela sua contravenção, pelo seu desrespeito ao sagrado poder de seu superior.

Parte IV – Dos trotes na AMAN e na Escola Preparatória aos rituais militares no quartel

a. Os trotes na Escola Preparatória e na AMAN

O trote aplicado na AMAN ou na Escola Preparatória é semelhante ao realizado nas universidades brasileiras, só que com outro enfoque e com regras mais definidas (CASTRO, 1990). O novo cadete ou novo aluno é submetido a esse, digamos, ritual de purificação. O trote é um ritual de passagem³⁵ aceito pelas instituições militares - mesmo que declarem o contrário -, segundo relatam os informantes.

Coronel Antônio era um “paisano”, oriundo de família de fazendeiros, como já dito aqui, sem nenhum contato com o universo militar. A experiência do trote foi marcante para esse oficial, como ele mesmo relata:

Ah! não te contei dos trotes da EPPA!!! Era horrível aquilo, viu... horrível... e tinha uns... alunos, se chamava aluno, mas para o mundo civil a gente era cadete porque tinha todos aqueles uniformes bacanas, que é igual ao da academia, depois mudou na EPPA, na Escola Preparatória só não tinha espadim de cadete... Na AMAM eu não levei muito trote... Mas em compensação lá na escola tinham três, tinham três companhias. Companhias... são comandadas por capitão e lá uma era misturada, primeira, segunda e terceira, isso na EPPA, então aquilo facilitava a gente ser empregado dos veteranos... tinha umas coisas que até hoje não entendo...

O trote como um ritual de iniciação na Escola Preparatória de Cadetes possui regras definidas, como o horário em que aconteciam, a duração do trote, quem os aplicava, bem como as regras que definiam o seu término. Como é observado no depoimento de Coronel Antônio:

Era só no primeiro semestre, Ah! o limite do trote era o Baile do Adeus. Baile do Adeus era quando ia o pessoal do terceiro ano da EPPA - eu digo EPPA porque era a preparatória - era o Baile do Adeus então era o limite. Olha, eu não sei o que ocorreu comigo porque eu levei trote... depois do Baile do Adeus, era um rapaz alto, forte, assim ele me fez fazer máxima e mínima. Sabe o que é máxima e mínima?

O depoimento do Coronel Edevaldo demonstra que o período eleito para o desempenho dos trotes era a noite, pois durante o dia eles estavam demasiado ocupados com os afazeres da academia:

³⁵ Segundo Van Gennep (1981), significa uma cerimônia que acompanha uma mudança de lugar, de estado e de situação, permitindo abandonar um estatuto para adquirir outro.

*Porque à noite é que corria solto o trote.
Do segundo em diante. O calouro lá é o 2º ano, aqui no meio civil o calouro é o chamado primeiro ano, lá o primeiro ano é chamado de bicho. É bicho, bicho, bicho. Aí quando você recebe o espadim, que é em agosto do 1º ano, aí cessa todo tipo de... no 2º semestre já não existe muito trote. O trote é só ali, aquela fase de adaptação, depois você entra na aula aí tem, começa aqueles exercícios, manobras, acampamentos, aí o cara se desliga um pouco. Mas trote mesmo leva... o que... talvez 40 dias, no máximo.
É praticamente toda noite. Mas depois vai amenizando, intenso mesmo, trote brabo, aquela de pegar, é ali as duas primeiras semanas só.*

A classificação e a intensidade dos trotes estão relacionados, de acordo com estes depoimentos, pois as diferenças estão presentes nos uniformes dos alunos, como descreve Coronel Edevaldo:

*Quando você ainda está com o uniforme de origem, quem vem de colégio militar tá com aquele uniforme daqui, quem vem da preparatória também, o civil fica de calça e camisa. Depois que recebe os uniformes, é dividido por companhia - no básico é companhia - cada um vai para sua companhia e aí pronto, já recebe os uniformes de cadete, aí já ameniza bastante.
É, aí é tudo igual, a gente não sabe a origem, realmente cai aí. Por isso que eu digo, na segunda semana, no final da segunda semana praticamente cai por causa disso. Essas duas primeiras semanas de adaptação, o cara tá esperando o resultado do exame psicotécnico, então começa agrupar.*

Nesta fala em que o informante explica o motivo de levar um trote em período não mais “permitido” de acordo com os códigos internos, o que sugere que ele havia infringido alguma norma do grupo e que por isso estava sendo “castigado” com o trote.

Tinha a carreira de camas e a gente vinha rastejando, subindo por cima de uma e baixava por outra... horrível aquilo, eu tinha que agüentar... porque eu tinha dado o golpe..

Estes trotes com regras bem desenhadas, previam a prática da violência corporal.

*Estes trotes aconteciam...
Não, lá (na EPPA) era sempre... nos intervalos de aula... nos alojamentos, no segundo e terceiro ano foi bom porque separaram as companhias...
Então o trote que eu te falei, duas coisas que eu nunca me esqueci, era... Eu não sei o porquê, um cadete, um do segundo ano que era mais perto da minha cama, ele me deu uma rastejante de costas, sem camisa, no escuro, em mim e em outro, o outro chorou e eles ficavam brabos porque eu sempre... sempre brabo, não mostrava... então isso era ruim para mim, era ruim porque os caras me castigavam, mas eu não aceitava aquilo.*

Talvez a sua intolerância com o trote se deva ao fato do Coronel não se subalternizar diante de seus colegas, que de acordo com as regras do trote lhe eram superiores. Estavam no segundo e ou terceiro ano da AMAN, por isso sua resistência e conseqüentemente a insistência de seus colegas em lhe aplicarem o trote, como observado neste seu depoimento, quando é obrigado a realizar serviços considerados femininos:

Bom, o trote lá na EPPA era horróroso, viu... a gente lustrava sapato... a gente rastejava pelo chão, e eu fui dos poucos que levou muito trote... que tinha uns que aceitavam e se humilhavam, e eu sempre de cara feia, não aceitava...

É... então rol de roupa, arruma a cama...

Aí é que está, era muito difícil você reagir, porque daí todos os veteranos caíam em cima ...

Olha... uma vez um saiu na briga com um veterano, foi brabo . Ele foi humilhado assim... ele era mais forte, era parêlho com o que brigou, pois o outro era mais forte... aí até... batiam, bateram nele, eu nunca me esqueço...

Coronel Vargas sobre o seu trote na AMAN conta que:

Antigamente, na Escola de Realengo, ocorria muito trote individual, ao que ouvi contar. Com a mudança para Resende eles foram diminuindo, também em razão de provocarem algumas reações que levavam ao desforço³⁶ pessoal. O meu trote aconteceu nessa fase e as reações foram pequenas, pois os próprios veteranos se preocupavam em evitar exageros. Duas coisas, pelo menos, não aconteceram: desmoralizar a pessoa do calouro e raspar a cabeça com aplicação de tintas.

Ainda com esse informante que considera:

O trote sempre foi uma instituição nas escolas militares e tinha uma finalidade básica de integrar o “bicho” (calouro) ao ambiente da comunidade. Assim sendo, predominava o trote mais coletivo, com brincadeiras e com um jogo de futebol sem bola, reger uma orquestra com músicos sem instrumentos e outros neste estilo.

O trote possui diferentes percepções, neste último depoimento observa-se que ele existe para unir o grupo, funcionando como uma espécie de confraternização, em que a violência não é empregada, mas ela é percebida diferentemente dependendo da origem. Uma maneira de classificar os “novos alunos” filhos de militares, alunos de colégio militares, dos “alunos novos” vindos do meio civil. Como observa-se no relato seguinte de Coronel Edevaldo:

³⁶ Significa vingança e ou desforra.

E o trote também eu acho que até é uma maneira de unir, e é a filosofia básica do trote, segundo os entendidos, é uma maneira de jogar o calouro, calouro no caso lá era bicho e pessoal antigo, Mas esses caras oriundos que a gente chamava de paisano - vinha do meio civil... Nós da preparatória, que vínhamos de colégio militar, preparatória, já tinha mais ou menos... era semi-militar. Já tinha noção de... não era assim tão... não pegava tanto trote. Mas o pessoal civil!! Meu!!! Eu acho até que o trote, não sendo aquele trote físico, existiu... mas eu acho que não levando... não podia o trote físico. Era mais a brincadeira... Era brincadeira de tudo quanto era jeito. O cara tinha que engraxar bota do pessoal antigo, nós bichos tínhamos que engraxar as botas, fazer serviços de ordenança como a gente chamava.

Segundo Coronel Edevaldo a criatividade era estimulada neste ritual de iniciação, inclusive esta originalidade era um atributo valorizado neste ritual:

Mas o que eu mais gostava nos trotes era a criatividade, tinha um cara da Infantaria que era uma besta humana, o que ele tinha de coisa, ele tinha de criatividade. Ele botou tudo que era japonês - japonês aqueles 'olhinhos rasgadinhos' aqui - tudo no armário da academia. O armário do cadete são duas portas grandes, acho que são do tamanho desta parede aqui. Pois o cara botou tudo que era japonês acororado aí de cinco em cinco minutos eles faziam: "Cuco. Cuco..." (risos). Acho que ele catou um dia 'inteirinho' os japoneses.

O trote, a princípio, é visto como uma “brincadeira”, uma forma “calorosa” de receber o novo aluno que está chegando e também, numa segunda leitura, uma maneira de civilizá-lo, de mostrar como as coisas “funcionam ali”. Se ele (o novo aluno) suportar os trotes, ele estará apto a continuar na academia, senão ele deve procurar outro caminho para seguir. O trote não está prescrito em nenhum manual, mas digamos que seja o prefácio não dito das NGA³⁷.

Os trotes são aplicados apenas aos alunos novos, recém-chegados da vida civil e ainda impregnados de significados, de valores do “mundo civil”. Desta maneira, ele é impuro, sendo merecedor daquilo que chamo aqui de “ritual de purificação”, pelo fato de ser representante do mundo desvalorizado por aqueles que, além de pertencerem ao universo militar, já foram submetidos a esse mesmo ritual. Sendo assim, eu diria que um dos objetivos do trote é o da purificação, que proporciona aos civis o status de cadetes, abandonando a roupagem que trouxeram “de fora”.

Outro objetivo desses rituais está relacionado com a masculinidade. Elizabeth Badinter, observa que: “Na maioria das sociedades ritualizadas, a

masculinidade é um desafio que eleva todos os meninos pela força dos rapazes mais velhos”. Na AMAN e na Escola Preparatória, os trotes são aplicados pelos alunos que já estão há bastante tempo na escola, que estão pelo menos no segundo ano.

Um processo análogo é verificado na entrada a essas escolas, pois, nesse momento, muitos dos novos alunos têm a sua primeira vivência fora do núcleo familiar, até então moravam na casa dos pais. Devem aprender a viver sozinhos, distantes do aconchego da família, conforme apontado por Badinter em relação às tribos africanas. A segunda semelhança refere-se à entrada em um mundo desconhecido. A rigidez da nova vida em um quartel é ainda um mistério para muitos alunos, mesmo para aqueles que são filhos de militares e que estudaram em colégios militares, rapazes que possuem uma “noção” do que irão encontrar, não a experiência.

Finalmente, à semelhança dos rituais analisados por Badinter, os trotes a que estes novos alunos são submetidos são provas públicas, exigindo do “calouro” o exercício de tarefas que incluem desde engraxar o coturno dos veteranos até arrumar seus quartos.

Mas os trotes, as provas, não são iguais, nem os mesmos para todos os alunos, quero dizer - a freqüência com que um trote é realizado pode ser diferente, como vemos no depoimento de Coronel Antônio. Nesse sentido, Castro,(1990), observa que o cadete que se recusar a aceitar um trote: “Terá contra si uma pressão enorme, uma ‘marcação’ por parte dos aspirantes, oficiais e até mesmo dos próprios colegas ‘bichos’”. O trote é uma prova seletiva em que o aluno deve provar que suporta humilhações, precisa provar que merece ser militar, que merece ocupar aquele lugar”, ou seja, quanto maior o sofrimento no ritual, maior é a prova de sua capacidade de se tornarem guerreiros, no caso das tribos estudadas por Badinter, os militares nas nossas tribos.

Mas é preciso acrescentar que a capacidade de suportar as humilhações do trote de maneira passiva proporciona ao novo aluno uma roupagem um tanto mais distinta. Após o período de trotes, àqueles que ultrapassaram essa fase é permitido vestir o uniforme, a farda. Daí em diante não existem mais trotes, afinal todos serão iguais, todos estão vestindo a mesma farda, as diferenças foram excluídas e purificadas.

³⁷ Normas Gerais de Ação, é um manual que regulamenta as atitudes do militar dentro e fora da academia. Cada Organização Militar, ou seja, cada quartel, seja ele operacional combatente ou administrativo, deve ter uma NGA de acordo com suas peculiaridades, complementando os manuais destinados a todo o Exército.

Finalizando, um outro objetivo desse ritual de purificação poderia ser o de mudar o estatuto de identidade, de meninos para homens, neste caso, para militares.

b. Os rituais militares

*Ordem unida é o exercício de marchar, **aprender a marchar**. Aprender a fazer movimentos de braço, aprender o movimento da arma, botar a arma no ombro, exercitar-se com a arma. Isto é ordem unida. Aquele que fica: Esquerdo! Direito! (Capitão Bastos)*

A socialização militar ocorre de forma autônoma em relação ao mundo exterior e o faz negando este mundo, também observado por Celso Castro (1990), segundo o que confirmaram os informantes desta pesquisa. Essa separação do mundo exterior é uma das características de toda iniciação ritual, tal como propõe o estudo clássico de Arnold Van Gennep (1978). Os trabalhos de Victor Turner (1974) também nos auxiliam na análise dos rituais de constituição da identidade do mundo militar. A liminaridade, que entendo de acordo com Turner se daria no afastamento, na separação do indivíduo ou de um grupo, quer na estrutura social ou ainda de um conjunto de condições sociais, que são vividos pelos alunos e recrutas nas primeiras semanas dentro de um quartel ou mesmo na Academia Militar, pois até serem considerados militares e serem inseridos neste sistema que lhes é estranho, eles passam por severas provações que levam nomes como *tirar o verniz*, que consiste em acampamentos de sobrevivência no meio do mato em condições muito severas.

A rotina de um Batalhão é construída a partir de normas e códigos personificados na hierarquia. Esta rotina diária está permeada de rituais. Desde sua entrada na instituição, o militar está sujeito às regras que se organizam em rituais e “solenidades”³⁸. DaMatta, (1997: 48), observa que “No Brasil, a palavra ritual geralmente está ligada a momentos marcados pelo comportamento solene, caracterizado pelo controle explícito da palavra, dos gestos e vestimentas, como ocorre nos funerais e alguns ofícios cívicos e religiosos.” Assim também deve ser o comportamento nos

³⁸ Para este universo, a palavra solenidade representa rituais extra-cotidianos, caracterizando-se como eventos especiais realizados no quartel. Considero este termo nativo, sendo que o colocarei entre aspas daqui por diante.

quartéis, em que os movimentos corporais são estudados e condicionados por estatutos e regras que estão ao alcance de todos, através dos “famosos manuais”³⁹ que devem ser ensinados pelos comandantes da tropa. São rituais “rotineiros”, que Capitão Bastos didaticamente relatou:

O início das atividades:

A gente chega no quartel de manhã, tem a parada diária⁴⁰. A segunda coisa que existe no quartel de manhã é a Formatura Geral, que serve para conferir o efetivo⁴¹. Tem alguns - os comandantes de companhia – que levam o mapa da força, que é um “mapazinho”, onde todo militar que não estiver lá, tem que estar num destino e tem que explicar o porquê que está. E aquele que falta.... E aí o Comandante do Batalhão já fica sabendo quem faltou. Pois o dia começa com a formatura geral, então canta-se a canção, muitas vezes o hino nacional. Mas a maior parte das vezes se canta o hino, e também a canção da tropa, da arma no caso da Infantaria. Tem banda, mas geralmente esta canção é cantada sem banda.

Juliana - E a banda acompanha esta formatura todos os dias?

É necessário a banda, porque há um desfile depois, e tem que ter a banda para acompanhar a marca. No batalhão lá, em 20 anos que eu servi, acho que escapou um dia a formatura, por causa do mal tempo.

Juliana - E depois da formatura o que acontece.

Cada um voltava para seu pavilhão de companhia. Aí o comandante da companhia, que geralmente é o Capitão, dava destino à companhia dele, os recrutas iam para a instrução, trabalhavam nas repartições.

Juliana - E quanto tempo leva uma formatura destas?

Capitão A formatura geral às 7 horas da manhã. Às 7 e meia estava todo mundo terminando.

Juliana - Depois cada um vai para sua companhia e aí vai trabalhar.

Com certeza, aí o recruta vai para a educação física. Ele chega na companhia e vai para a educação física. Faz a educação física, volta para a companhia - é uma hora mais ou menos de educação física - volta, tomou seu banho, fardou, vai para a ordem unida, aí é uma hora, duas horas...

Pergunto neste instante da entrevista o que é Ordem Unida, ao que Capitão

Bastos responde:

Ordem unida é o exercício de marchar, aprender a marchar. Aprender a fazer movimentos de braço, aprender o movimento da arma, botar a arma no ombro, se exercitar com a arma. Isto é ordem unida. Aquele que fica: esquerdo! direito! Chama-se voz de comando.

³⁹ Dentro do Exército existem manuais que devem ser lidos por todos os militares, principalmente por aqueles que ocupam funções de comando, são os manuais: Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG), Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito (RCont), Regulamento de Administração do Exército (RAE), entre outros.

⁴⁰ A parada diária é um ritual para assunção e posterior troca de funções, diz respeito aos militares que estão “de serviço”. O “estar de serviço” significa para os militares ocuparem a tarefa de “guardar” o quartel pelo período ininterrupto de 24 horas, cada qual em sua função. É neste ritual – parada diária – que assumem suas funções, seu serviço. Para isto, existe uma “escala de serviço” à qual os militares (normalmente soldados, cabos, sargentos e tenentes) concorrem, podendo ser escalados com intervalos de 48 ou até 24 horas, dependendo do número de pessoas submetidos ao rodízio para ocupar a função.

⁴¹ O efetivo faz referência ao número de militares que integram um Batalhão.

O almoço:

Às onze e meia o efetivo se dirige para o rancho.

Há um intervalo que é normalmente das 11:30 até 1e meia. No meu tempo não existia almoço para oficiais e sargentos no quartel, todo mundo ia almoçar em casa, voltava.

À tarde:

À uma e meia começava tudo de novo, a tarde normalmente o que chamávamos de instrução geral: a ordem unida, a educação física, que são as duas funções básicas de disciplina.

Juliana - e disciplina é ordem unida e educação física?

Sim porque a disciplina é a correção de tudo. O sujeito aprende, enquadra a posição de sentido, o descansar e o à vontade. Ai depois vinha a educação moral que é parte de instrução. Começa com o regulamento do Exército o RCont, o regulamento de continência, aí o regulamento disciplinar do Exército, que é RDE - o Regulamento Disciplinar do Exército. E para cada coisa tem um regulamento.

A saída:

Finalmente vinha o boletim, depois do boletim, é o toque de ordem, toque de ordem todo mundo vai embora...

Juliana - mas vai embora assim? Não tem uma ordem para ir embora?

Não... para ir embora é meio à la vontade mesmo... não é uma correria. Vai embora e depois tem o rancho que normalmente é às seis horas, cinco e meia... seis horas... É muito cedo.

Juliana - o rancho é para quem está de serviço..

Não. Rancho não... Rancho é para quem está arranchado.

Juliana - para quem mora lá...

Pode morar e pode não morar é arranchado. Existe lá no furriel da companhia, tem um documento que diz assim: vale refeição. Neste vale de refeição ele coloca todos os praças que estão arranchados e cada um. Este vale vai para o rancho, eles vão fazer comida de acordo com aquele vale de refeição. Todas as companhias, os ranchos tem um que chama-se grade de ração de etapa, é marcada cada um. Os efetivos que tem para fazer refeição dentro do quartel.

Às 6 horas é a última refeição, é às 6 horas, para quem está trabalhando, para quem não está trabalhando, para quem não está trabalhando ainda tinha um.

A REV REC (Revista do Recolher)

Existe uma revista às nove horas, que chama-se revista do recolher. Na minha época era muito difícil sujeito que entrasse no quartel depois da revista. Para entrar depois do silêncio era complicado. Entrar ou sair. Se saísse depois do silêncio não entrava mais ou se entrasse também não saía.

O silêncio era às dez horas. Aí, depois do toque de silêncio, ninguém mais pode entrar, aí é dormir, acabou. E só o toque da alvorada de manhã. O toque da alvorada é o despertar para todos se levantarem, aí cada companhia tem um sargento do dia, tem um cabo do dia que desperta o pessoal, banho e coisa... café e começa tudo de novo...

Estes “rituais rotineiros” como as Formaturas e a Ordem Unida, são realizados como observado no depoimento acima quase diariamente, fazendo parte da formação, da aprendizagem dos recrutas.

Existem, porém, outros rituais, inscritos permanentemente na rotina, que foram citados durante as entrevistas, demonstrando sua marcante importância na trajetória dos informantes, e que, por esse motivo, me instigaram a observá-los.

Os rituais diários existem para reforçar uma ordem e uma hierarquia interna, enquanto os rituais abertos ao público, além de modificar a rotina do quartel - como apontei - são demonstrativos dessa ordem e hierarquia. Eles são freqüentes e rotineiros na vida de um militar, no início da carreira e durante o percurso, marcando também o fim de sua trajetória. Assim, sigo orientação de DaMatta (1997:46), que escolheu definir o rito (juntamente com o cerimonial e a festa) “por meio do contraste com os atos do mundo diário, passando a ser as oposições básicas entre seqüências de ações dramáticas que todo ato cerimonial ou ritual deve necessariamente conter, construir e elaborar.”

Há outros rituais que são caracterizados por DaMatta,(1997:48) como “solenidades” formais” que “(...)são marcadas para designar reuniões em que se exige um mínimo de divisão interna e quando a estrutura hierarquizante aparece de modo manifesto. São bem centralizadas e baseiam-se em momentos bem marcados e, finalmente, têm um sujeito ou um centro e uma assistência.”

Alguns rituais de um Batalhão acontecem anualmente e são consoantes com o calendário oficial do país, como o Dia da Pátria, comemorado em 7 de setembro, o Dia da Bandeira, comemorado no dia 19 de novembro e o Dia do Soldado, em 25 de agosto. Outras datas comemorativas pertencem especificamente às Armas e Unidades, dependendo de sua característica, como o Dia da Infantaria, em 24 de maio (que se refere apenas aos Batalhões de Infantaria) e o próprio Aniversário do 63º Batalhão de Infantaria⁴².

Os rituais da comemoração do Dia da Pátria, do Dia do soldado, 7 de setembro, entre outros, são rituais abertos à comunidade militar, ou seja, todos os familiares e amigos dos militares estão convidados a adentrarem os muros dessa instituição para assistir.

⁴² Este Batalhão é situado na cidade de Florianópolis/SC, no Bairro Estreito. Foi neste quartel que realizei as observações dos rituais como já mencionei no início da dissertação.

Os símbolos que anunciam que o Batalhão, no caso o observado, realiza uma solenidade são pequenas bandeiras do Brasil ou nas cores nacionais, colocadas sobre os muros do quartel, indicativos de uma movimentação que se diferencia do cotidiano habitual de um quartel, ou, nas palavras de DaMatta, (1997: 47): “são movimentações que escapam da rotina da vida diária”.

Existem ainda outras “solenidades” que não seguem um calendário oficial, mas que são conduzidas por regras da instituição, como, por exemplo, a substituição do Comandante do Batalhão – A Passagem de Comando e a solenidade da Despedida. São “solenidades” que comportam características diferenciadas que apontarei em seguida.

Todos esses rituais configuram-se como ritos de passagem, mas se referem a calendários diversos e são diretamente organizados pela própria instituição, que inclui o envio de convites para os oficiais aposentados, políticos, personalidades em geral, e para a associação intitulada “Amigos do Batalhão”, que consiste em pessoas da comunidade que eventualmente colaboram em forma de doações de material ou ainda cedem espaços, como uma fazenda, para as atividades externas do quartel. O Batalhão mobiliza a maior parte de seu pessoal para a realização desses rituais, sendo todas as atenções voltadas para a “construção da solenidade”, ou seja, a rotina é redirecionada para a preparação desse evento.

Estes rituais possuem diferentes funções: os rituais cotidianos servem a aprendizagem dos recrutas e o lembrar dos oficiais; as solenidades confirmam um status adquirido, um posto assumido; e o trote serve a iniciação do neófito, daquele que não pertence ao quadro dos militares.

Mobilizada pelas revelações de um informante, fui a vários rituais, sendo que para esta pesquisa trabalhei com a Passagem de Comando, a Despedida e o Dia da Infantaria. Como estava inserida nesse universo pela pesquisa, não me foi difícil manter-me informada sobre as datas desses rituais.

1. O Dia da Infantaria é um ritual que acontece anualmente no dia 24 de maio e está incluso no calendário militar dos Batalhões de Infantaria, na data de nascimento do Brigadeiro Antônio de Sampaio, patrono da Arma de Infantaria. O Dia da Infantaria foi comemorado à noite, o quartel fortemente iluminado sugerindo um acontecimento

extra-oficial. Muitas famílias estavam presentes, como o pai e a mãe que cuidavam das crianças, segurando-lhes firmemente as mãos, enquanto procuravam por um rosto conhecido naquela multidão de uniformes; as crianças entusiasmadas ao lado das avós, que também tinham os rostos aflitos, procurando o rosto de um neto perdido. Senti um clima de ansiedade, todos em pé ao redor do pátio central do quartel e, também, ansiosos por encontrar um bom local para prestigiar a “solenidade”. A cerimônia começou pontualmente às 19 horas, com um toque de corneta, seguido da banda, que começou a tocar a canção do batalhão. Como em outras “solenidades”, as pessoas posicionavam-se no pátio, enquanto as autoridades estavam no palanque preparando-se para recebê-las. De fato, o ritual é construído para e com os familiares dos militares que estão presentes e atuantes no desfile.

2. A Passagem de Comando é realizada em média de dois em dois anos. Neste ritual, como já indica o próprio nome, são marcados o fim do período de chefia de um comandante e o início de outro. Por esse motivo há um maior envolvimento por parte de todos da tropa, em especial dos oficiais; já que é nessa cerimônia que os militares conhecem o novo Comandante do Batalhão e se despedem de seu antigo Comandante.

3. Um ritual mais restrito é o que encerra as atividades militares de um oficial. É a chamada “Despedida”, ritual de aposentadoria ou transferência, que se destaca por ser um ritual mais reservado e interno, dedicado a algumas pessoas convidadas e a seus familiares. Como em outros rituais, o quartel de maneira geral pode ser mobilizado, com os oficiais portando suas fardas de gala.

As “solenidades” que observei foram realizadas em horários distintos, bem como com públicos distintos. A Passagem de Comando aconteceu pela manhã, com um grande número de pessoas, que incluía autoridades civis e militares de âmbito estadual e municipal, representantes de diversos quartéis, famílias de oficiais e outros convidados. Ao primeiro toque da corneta às 6 horas da manhã que anuncia o início das atividades do quartel, em que já se percebe que aquele será um dia especial, pois a tropa conhecerá o novo Comandante.

A Despedida, por sua vez, teve lugar no final de uma tarde. Poderia pensar o quão simbólico é um ritual de despedida no entardecer de inverno. Metaforicamente falando, é a força da luz do sol que enfraquece aquele que um dia a possuiu, enquanto a escuridão da noite toma o seu lugar. Neste ritual as pessoas presentes eram familiares e algumas autoridades, devidamente posicionadas num palanque central. Para minha surpresa, fui a única presente, além dos militares que realizavam o ritual, que não estava no palanque, ou seja, não havia outras pessoas “civis” além de mim, indicando ser um ritual isolado e construído apenas para alguns indivíduos, os militares que estavam se retirando do serviço militar. A presença da esposa justamente ao lado do marido e o recebimento de um bouquet de flores no final da solenidade indica que ela também está sendo homenageada, afinal ela é colaboradora ativa na construção da carreira do marido. Como bem apontou Helena, esposa do General Tarley: *A esposa também deve ter a vocação militar*. Afinal, é uma carreira construída em casal.

Por fim, a solenidade que comemora o Dia da Infantaria, teve início às 19 horas. Com um público diverso, familiares e militares. Um ponto comum a estes rituais é que são realizados no pátio interno do Batalhão, onde as companhias ou pelotões são alinhados hierarquicamente, em que também os espaços são diferenciados; as pessoas que assistem ficam no pátio e as autoridades se posicionam no palanque. DaMatta, (1997:56), em sua análise do desfile do Dia da Pátria, observa: “as corporações são ordenadas segundo um eixo hierárquico, o ritual assume explicitamente tal princípio organizatório. Desse modo, há uma nítida separação entre as pessoas, as autoridades (que assistem ao desfile, mas para os quais o desfile é realizado) e os militares que desfilam”. Pude constatar estes dados nos rituais que observei. As pessoas sabem exatamente que lugar ocupar no pátio, no “dispositivo”.

O momento de maior importância destes rituais acontece quando as companhias e pelotões desfilam em frente ao palanque, em continência à maior autoridade presente. A atenção do público e dos militares é completamente centrada nesse momento do ritual, que considero o mais tenso e/ou emocionante de todo o evento. Neste aspecto, concordo com DaMatta (1997) quando observa que o ponto de maior atenção nos rituais é o momento da continência às autoridades que estão no palanque, denominada por ele como local sacralizado: “O ponto focal do desfile do Dia

da Pátria é a passagem pelo local sacralizado onde se presta continência às mais altas autoridades constituídas.”

Os rituais aqui expostos são elementos importantes na constituição da masculinidade dos homens ali presentes. No Exército, como culto à figura do herói, do bravo, do guerreiro destemido, pronto para defender a nação. O ideal da masculinidade está preso à imagem do guerreiro, do bravo destemido, que é sempre reconstituído nesses rituais através dos movimentos uniformizadamente bruscos e da controlada violência dos gestos.

Seguindo orientação de DaMatta, (1997:58), o que caracteriza tanto a parada militar quanto os rituais que observei, é a total uniformização de gestos e de vestes, tornando-os todos iguais, além das verbalizações, que devem ter um tom uníssono.

De acordo ainda com este autor, (1997: 82): “os ritos não parecem ser momentos substancialmente diferentes daqueles do mundo cotidiano, mas combinações desses momentos. (...) os rituais seriam modos de salientar aspectos do mundo diário”. É nesses rituais que as “coisas são ditas” com maior clareza e com maior coerência. As mensagens de patriotismo, do que é ser um verdadeiro soldado, estão ali presentes. Destacam-se valores masculinos como a honra, a coragem destemida, a bravura, enfocados em gestos e em palavras. O Batalhão transforma-se em um só corpo, em um só gesto, em um só uniforme. Deste modo que é personificado no grupo um só corpo e um só ideal de masculinidade. O ideal do que é ser homem para o militar.

Parte V – A escolha, o casamento e a vida nas vilas militares

a. A escolha pela vida militar

Coronel Romeu e Coronel Edevaldo são filhos de famílias com vasta tradição militar, ambos são netos de generais, e no caso de Romeu com tios generais e almirantes da Marinha. Coronel Edevaldo conta a respeito de sua decisão em seguir a carreira do pai:

Filho de militar, sempre a gente segue essa vida. Também meu pai pulou muito de galho em galho como eu, mas nós chegamos no Rio e... ficou algum tempo lá. Estabilizou mais ou menos... meu pai deve ter ficado... mais ou

menos uns dez anos seguidos. Para ele era mais fácil, era da Infantaria. E eu fui para o Colégio Militar e me entusiasmei...

Eu entrei na academia em 1941, meu irmão já estudava na Marinha. Haviam 2000 candidatos para 100 vagas. Eu fui aceito nestas 100 vagas. Nunca pensei muito sobre isso... (Romeu, 80 anos)

Nesse sentido é que a autoridade paterna, a figura masculina do pai foi eminentemente decisiva para a escolha da carreira militar desses oficiais. Significa que os oficiais filhos de militares seguiriam a mesma trajetória do pai e do avô, o que era visto como o único mundo possível para estes informantes, semelhante à pesquisa desenvolvida por Cornélia Eckert (1998) com os mineiros franceses.

Os outros três oficiais entrevistados são oriundos de famílias de classe média e foram estimulados a optar pela carreira militar pela estabilidade financeira que esta lhes proporcionaria. Exemplifica Coronel Vargas: *Meu pai começou a me encaminhar para o lado militar porque tinha facilidade de você ter casa, comida e estudos.* Este oficial, em razão de seu pai já ter trabalhado em várias partes do país, diz que já estava acostumado com as freqüentes mudanças que sofria, o que é quase condição preliminar para a vida militar. Seus cinco irmãos (quatro homens e uma mulher) haviam nascido em diferentes cidades.

Bastos é filho e neto de fazendeiros. Conta que, após um negócio mal sucedido do pai, foi obrigado a optar pela vida militar⁴³:

Foi o único emprego que eu achei, um meio de vida, eu fui por necessidade, não foi por vocação. Meu irmão mais novo, mais moço que eu, tem só um. Foi ser veterinário do Ministério da Agricultura. Aposentado também, já está com 70 anos, três anos mais moço que eu. Mas é veterinário do Ministério da Agricultura. Foi ser funcionário público também...

Antônio também é filho e neto de fazendeiros, até os 6 anos de idade cresceu na fazenda. Após o falecimento do pai, a família mudou-se para a cidade, para os filhos poderem estudar, o que era um desejo de seu pai. Conforme seu depoimento:

É, depois... passamos um tempo lá e resolvemos ir para Alegrete. Minha mãe, a minha avó e outros demais parentes aconselharam para os filhos estudarem. E aí eu estudei... fui matriculado... fui com seis anos, eu fui em junho - isso eu sei de cabeça porque até eu fiz aquilo ali - fui em junho de... meu pai morreu

⁴³ De acordo com Silva (1998), que investigou os policiais militares que trabalharam nas áreas contaminadas pelo Césio-137, semelhante ao Exército, a ascensão de um soldado da polícia militar: “A ascensão vai depender da realização de cursos paralelos à atividade profissional (conclusão do segundo grau, realização de um curso superior) e uma ficha “limpa”, isto é, sem nenhuma punição relativa a mau comportamento.” p. 126.

no dia 29 de junho de 39, com 41 anos, então bem moço... ele tinha... problema do coração. E eu me lembro até que depois de um tombo que ele levou de um cavalo, ele sempre gostou de cavalo bonito, tu vê que eu sou de cavalaria... Bom, o meu pai sempre dizia aos outros, porque eu não me lembro, dizia que meu pai queria um médico, um advogado, um militar e não me lembro o que mais. Eu sei que não saiu tudo como ele queria, mas saíram dois militares e um advogado. E os netos deles é que cumpriram, porque tem veterinário, tem advogado, tem de tudo...

A dimensão da influência militar na família dos entrevistados era muito forte, no sentido de que a Instituição Forças Armadas era percebida como propiciadora de uma vida estável e segura. Aparece também a questão do pertencimento a uma instituição de grande prestígio⁴⁴, o que propiciaria a possibilidade de ascender socialmente.

A maior parte de meus informantes ingressaram no Exército na década de 50, segundo Sérvulo Figueira (1987), década na qual as famílias das camadas médias da sociedade brasileira se caracterizavam como hierárquicas ou tradicionais. Nestas famílias os papéis masculino e feminino eram bem definidos, assim como o lugar dos filhos: “A relação dos pais com os filhos é também marcada pela idéia de ‘diferenças intrínsecas’. Adulto é diferente de criança, está na posição de quem sabe ‘mais e melhor’, pode – e mesmo deve – de quando em quando mostrar seu poder através do exercício legítimo da disciplina⁴⁵” (1986: 15).

A escolha da carreira militar também pode ser pensada sob o enfoque da trajetória de vida que fala Gilberto Velho (1999), em que uma escolha, além de ser um projeto de ascensão social, é antes a manutenção da identidade social e da identidade familiar como um todo. A manutenção da identidade de família militar, por exemplo, a identidade de filho de funcionário público federal e de fazendeiros, que, na impossibilidade de seguir a carreira do pai, escolheu uma carreira com bons rendimentos e com semelhante prestígio. Como os exemplos de Bastos e Antônio, que

⁴⁴ Prestígio, segundo Velho (1999:50/51): O prestígio está associado a uma situação mais tradicional, de certa estabilidade. As regras, valores e modelos estão relativamente claros e os indivíduos, agentes empíricos, são avaliados e situados dentro de um modelo hierarquizante, como categorias, em princípio, bem definidas. A ascensão, por sua vez, estaria associada a mudança, transformação, tanto em termos de trajetória individual como de contexto social.

⁴⁵ A autoridade paterna era também exercida através da escola; todos os informantes estudaram em escolas católicas ou militares, que enfatizavam o rigor, a disciplina e a hierarquia.

certamente seguiriam o caminho já trilhado pelo pai e irmãos na administração da fazenda familiar, caso não houvesse a “falência” da família e a morte do pai.

A história desses pais e filhos se entrecruza quando se fala na escolha da carreira. Os filhos destes militares entrevistados, assim como seus netos, não optaram pela carreira militar; não sendo esta escolha motivo de rugas na família.

Considerando o fato de que nenhum dos filhos⁴⁶, homens ou mulheres, dos oficiais entrevistados optou pela vida militar, ou seja, não deram continuidade à carreira paterna, poder-se-ia pensar que atualmente a carreira militar não é mais carregada de tanto prestígio como outrora, na época em que os informantes a escolheram para si. Por isso, penso na hipótese de estes oficiais estarem construindo novos modelos de família⁴⁷, como denomina Sérvulo Figueira, um modelo igualitário, em que os papéis feminino e masculino não são mais tão solidificados e, principalmente, no que refere a um respeito maior à individualidade do outro.

Nessa perspectiva, não mais predomina uma tradição familiar, que leva os pais a uma menor interferência na escolha da carreira dos filhos. Quanto a Coronel Edevaldo e Coronel Romeu, houve uma maior aceitabilidade da escolha profissional de seus filhos. Apesar de sempre estudarem em colégios militares, eles optaram pela engenharia⁴⁸, mesmo percebendo que uma longa tradição ali se findava e que assim fôra por seus pais escrita a última página da vida militar de suas famílias. Eles estariam agora rescrevendo a história da carreira familiar.

b. O casamento como uma condição fundamental para a carreira militar

O namoro e o noivado de alguns dos oficiais entrevistados aconteceu durante o curso da AMAN, culminando com o casamento em seguida à formatura na Academia, já que o ser solteiro é, até os dias atuais, requisito tanto para a admissão, como para a

⁴⁶ Curiosamente todos optaram pela área de engenharia.

⁴⁷ Ver Sérvulo Figueira, 1987.

⁴⁸ Com os informantes observei uma certa reincidência da “engenharia” como profissão escolhida pelos filhos desses militares. Poderia pensar a engenharia como uma profissão masculina que mantém o prestígio masculino da família, como quando Romeu me responde a pergunta sobre qual a profissão de sua filha: “Ela fez... acho que Sociologia, ou Letras... não sei.” Contrariamente a resposta sobre a profissão do filho: “Ele é engenheiro elétrico, fez pós-graduação nos Estados Unidos e seu filho, meu neto, também passou para engenharia”.

conclusão do curso. É interessante salientar que o militar está sujeito, no Estatuto dos Militares, também a normas para contrair o matrimônio. São elas: capítulo V - Do Casamento: Art. 144. O militar da ativa pode contrair matrimônio, desde que observada a legislação específica. §1º Os Guardas-Marinhas e os Aspirantes-a-Oficiais não podem contrair matrimônio, salvo em casos excepcionais, a critério do Ministro da respectiva Força. § 2º É vedado o casamento às praças especiais (cadetes, alunos e aspirantes) com qualquer idade, enquanto estiverem sujeitas aos regulamentos dos órgãos de formação de oficiais, de graduados e de praças, cujos requisitos para admissão exijam a condição de solteiro, salvo em casos excepcionais, a critério do Ministro da respectiva Força Armada. § 3º O casamento com mulher estrangeira somente poderá ser realizado após a autorização do Ministro da Força Armada a que pertence o militar. Art.145. As praças especiais que contraírem matrimônio em desacordo com os § 1º e 2º do artigo anterior serão excluídas do serviço militar, sem direito a qualquer remuneração ou indenização.

Todas as moças escolhidas para casar com esses jovens oficiais eram bonitas, religiosas, da mesma origem étnica ou da mesma cidade e, antes de tudo, de “boa família”, entenda-se de “boa índole”. Foram anos de “namoro firme”, de noivado, muitos deles a distância, namorando nas férias escolares, entre outros períodos. Casaram-se jovens e a formatura na AMAN indicava a estes aspirantes a maturidade para a constituição de uma família, instituição muito valorizada no Exército, sendo a escolha da futura esposa condição *sine qua non* para uma bem sucedida carreira. Todas as moças que se casavam com os cadetes recém-saídos da AMAN deviam possuir um capital simbólico de equivalência com seus futuros maridos, ou seja, o “bom” casamento fazia parte do projeto de vida desses rapazes.

Ariès (1981) observa que nas sociedades tradicionais do Ocidente em períodos compreendidos entre a Idade Média e o século XVIII, o casamento era um instrumento que engrandecia e até reforçava o papel que o homem ocupava na sua comunidade e que a mulher que este homem “escolhia” era fundamental para o ajudar a manter e ampliar este papel perante os seus.

Aproximando para nossa realidade observada, o casamento para os militares também cumpre esta função, a de ampliar e reforçar o seu papel de oficial, de homem perante a sua comunidade, o seu *ethos*.

Viveiros de Castro (1977), em seu artigo “Romeu e Julieta e a origem do Estado”, nos mostra que a noção de amor está ligada à noção de indivíduo, e que a escolha, a opção, fora ou contra os grupos, é fundamental. Sendo assim, a constituição de uma boa família é importantíssima para a consolidação de um ideal de identidade desse sujeito militar, afinal, são valores quase que essenciais para a construção desse sujeito empírico.

Coronel Vargas já namorava sua esposa quando ainda era aluno da AMAN: *Então vinha passar as férias, dava uma namorada e tal... aí casamos... E fomos pelo Brasil afora....*

Sua esposa era filha de civil, também funcionário público de Florianópolis. Assim que se formou Aspirante-a-Oficial em 1951, casaram-se em Florianópolis e foram para Blumenau/SC: *Sim, casei e fui embora com ela para lá. Porque aquilo era um princípio que a gente adotava, não ficar nem perto dos pais dela nem dos meus. Fomos cuidar da nossa vida, fomos viver nossa vida.*

O rompimento com as famílias de origem revela um desejo de individualização, daí a busca pelo afastamento⁴⁹. Coronel Vargas tinha 25 anos e ela, mais nova, tinha 22 anos.

Coronel Edevaldo namorou desde a época do Colégio Militar e noivou enquanto estava na AMAN, casou-se após a formatura, quando já havia sido transferido para a fronteira no Rio Grande do Sul. Sua esposa era fluminense de Niterói e não tinha parentes militares:

Não, nunca tinha... não tinha nenhum parente milico para ter uma noção, ela foi conhecer a carreira militar comigo, quando eu estava no Colégio Militar. Mas têm outras que são filhinhas de papai - Ah não quero sair do Rio, tal... Eu, numa época, não lembro que ano foi, numa palestra que eu tive, ou eu li, não me lembro o artigo onde é que eu li também. Uma das profissões que dá o maior índice de separações era a militar...

O casamento aconteceu quando Coronel Edevaldo já estava na fronteira como Aspirante-a-Oficial, enquanto sua noiva, em Niterói, preparava a documentação que estava sendo reunida para a cerimônia religiosa que realizou-se na cidade natal da noiva.

E eu precisava.... para me casar... a Sônia (a noiva) me enchendo pelo telefone: - Tem que mandar a certidão de batismo!!! E eu não tinha sido

⁴⁹ Sobre afastamento da família ver Velho, 1999.

batizado, porque meu pai estava na guerra na época que eu nasci, então não tinha sido batizado, tinha sido batizado só de nome assim... meus tios que eram meus padrinhos. Mas não tinha nada, não tinha certidão.

Então eu fui bater um papo com um padre, que era meu irmão⁵⁰ ... pois tinha que me batizar. Eu estava falando com ela pelo telefone, mas tava um frio, um frio desgraçado, eu coloquei aquela capa ideal que nós usamos em cavalaria que vai até... o poncho . Um frio, um frio, eu estava lá no corpo da guarda, naquele tempo não tinha telefone, era só um no corpo da guarda⁵¹ ...

Eu morava dentro do quartel. Aí o primeiro cara que passou: - O, Maia tu vai ser meu padrinho amanhã, não esquece!!!

Maia era o meu cabo armeiro⁵² (risos). Aí ele: - Como? O que é isso???, - Não, a outra tá me enchendo o saco aqui, tenho que batizar e tem que mandar papel pra lá tchê, como é que eu vou mandar, nem sei como é que é esse negócio.

Bom, conclusão, o padre queria que eu conversasse com ele, para me dar esse negócio de batismo, como se diz, frescura ! Então fomos lá, eu, a Neide - que era a mulher do cabo - e o cabo. Fomos lá, era para conversar uma meia hora, fiquei a tarde inteira também conversando. Ele gosta de conversar, de bater papo. Juntou a fome com a vontade de comer. Era um cara espetacular o padre Vincenzo, nunca me esqueço. Foi a missa campal mais gozada. Se tivesse um filme de comédia não seria tão engraçada. Eu fardado, de culote, botas... Eram três batizados, era eu que iria ser batizado, uma criança de colo e um garotinho pequenininho também...

Bastos casou-se com uma moça jovem, de “boa família” e católica, “filha de Maria”: *Me casei lá. Achei uma conterrânea de São Luís. Os meus dois filhos...o guri que faleceu e a Daniela são de lá também. E uma filha de criação que eu criei desde pequenininha... era minha afilhada.*

Coronel Antônio conheceu sua esposa muito jovem, quando ainda era estudante da Escola Preparatória em Porto Alegre.

Eu conheci essa senhora aí que tu estás vendo, quando ela tinha 13 anos e eu tinha 15... no dia do meu aniversário, em 12 de março, eu a conheci. Ela não tinha ainda completado 14, só em maio que ela completou 14. Então estamos aí, de vez em quando sai cada briga dona Liliane, hem??? Ela não está ouvindo. Então ali eu conheci e me casei. Casei em 55, depois que eu sai da AMAN.

Coronel Romeu conheceu sua esposa na primeira cidade em que foi servir, seu pai era o comandante do Batalhão. Foi num passeio a cavalo⁵³, estava conhecendo a

⁵⁰ Irmão no sentido de haver um relacionamento próximo, semelhante ao relacionamento entre irmãos consangüíneos.

⁵¹ Coronel Edevaldo morava no quartel antes de se casar, o corpo da guarda é a entrada do quartel, onde permanece a guarnição de serviço, e o único local onde havia- naquela época - um telefone à noite.

⁵² Cabo armeiro é subordinado do oficial da Arma de Cavalaria, é aquele responsável pela manutenção de seu cavalo. Observa-se nesta fala a relação hierárquica do oficial com o subordinado, em que o oficial determina que o subordinado deve ser seu padrinho de batismo.

⁵³ O cavalo que pertencia ao comandante do Batalhão, seu pai. Posso observar aqui que prevalecem as relações familiares sob as relações hierárquicas.

cidade quando apaixonou-se por uma linda moça de origem alemã, protestante e de boa família. Rita era a mais jovem das irmãs. Namoraram, noivaram e finalmente se casaram, seguindo juntos após a cerimônia para onde já servia o noivo, Foz do Iguaçu/PR, cidade em que moraram pela primeira vez em uma vila militar.

General Tarley casou-se aos 33 anos com uma moça do Rio de Janeiro, professora formada na escola normal. Disse que preferiu ter absoluta certeza de que ficaria com ela toda a sua vida. Mas, de acordo com Helena, sua esposa, a vida profissional da mulher fica prejudicada:

É, eu parei de trabalhar para poder acompanhá-lo. Acontece o seguinte, a vida profissional da mulher é muito prejudicada, por causa da rotatividade. Quando ela tem uma profissão, dependendo da profissão, por exemplo se ela é médica, é dentista, é engenheira, profissões liberais. Ela trabalha num lugar e dali a dois anos tem que ir embora. Quando ela já formou uma clientela, aquilo tudo acaba e ela tem que começar em outro lugar. Muitas sobrevivem, conseguem, muitas não, quero dizer, poucas, hoje é mais difícil.

Helena diz que já havia trabalhado, então de certa maneira optou por ser dona de casa, compensando sua atividade profissional com os artesanatos que produz:

Olha eu preenchi porque eu casei tarde, casei com 30 anos. Então eu curti muito, a minha casa, meus filhos, meu marido, família. E sempre tive muita atividade, também sou artesã. Então eu compenso por este lado. Vou fazendo um monte de coisas que eu gosto de fazer. E este lado profissional ficou um pouco parado.

Segundo vários informantes, a esposa de um militar deve gostar da profissão de seu marido, ela não poderá exercer estavelmente uma atividade remunerada, em razão das inúmeras transferências a que sua família estará sujeita ao longo da vida. Segundo Coronel Edevaldo, a esposa do militar deve gostar e ter vocação para a profissão, assim como o marido: *Ah!... também, e tem que aceitar, se redimir de muita coisa, engolir seco muita coisa, porque não é fácil. Ela não, apesar dela nunca ter saído do Rio antes de casar. Mas tem gente aí que não se adapta..*

General Tarley também acrescenta que: *É, ela (a esposa) tem que ter uma vocação militar também. Quando ela não se insere na vida militar eles se separam.* A esposa, que estava ao seu lado neste momento da entrevista, concordou.

O casamento constitui-se para o militar num dos critérios para se alcançar uma carreira bem sucedida. O Exército é uma instituição que impõe um modelo de

hegemonia masculina que incluem o casamento e os filhos. São modelos de casamento que se coadunam ao tradicional e monogâmico.

A carreira do marido é construída em parceria com a esposa, é uma carreira masculina construída a dois, em que a mulher exerce no privado/doméstico um poder com respaldo masculino.

c. A vida que acontece nas vilas militares...

Todos os oficiais entrevistados, exceto Capitão Bastos, moraram nas chamadas vilas militares. A vaga de uma casa nas vilas militares é normalmente prevista para os oficiais de carreira oriundos da AMAN. São vagas condicionadas ao oficial que possui dependentes e não é proprietário de imóvel na cidade, pois o oficial que for solteiro deve residir no quartel ou alugar um apartamento.

Coronel Edevaldo, que quase sempre teve a oportunidade de servir em cidades com vilas militares, nos conta uma experiência que foi marcante para ele:

Quando eu sai de Passo Fundo e fui para Amanbaí - sul do Mato Grosso - no 1º Regimento Hipomóvel que tinha lá, o 17º RC é hipomóvel porque é só de Cavalaria, de cavalo. E nós fomos para lá e lá não tinha luz elétrica, telefone, não tinha nada. Era só na base do rádio bi, bi, bi. Eu falava com a minha mãe pelo rádio e ela escutava pelo telefone porque tinha um rádio amador em Copacabana, tinha rádio amador que acoplava e dava para ouvir, então a gente se comunicava. Recebia O Globo, o Jornal do Brasil com uma semana de atraso (risos). Até hoje eu tenho um rádio, um rádio, aquele Transglobo tijolão deste tamanho, a caixa de abelha. A única coisa de informação que eu tinha do mundo... e haja pilha. Não tinha corrente elétrica, não tinha nada... Tinha uns geradores que o comandante deixava ligado até 7 horas da noite. Quando chegava 6 horas, porque lá em Amanbaí escurece tarde, era uma tal de correria, a mulherada que passava o dia todo ali na vila fazendo uma coisa e outra. Quando chegava às 6 horas começava a escurecer era um tal de correr porque os geradores começavam a funcionar, eram 8 geradores de 4 em 4 horas. E ele deixava ligado até às 10 da noite. Mas nesse horário, de início de energia dos geradores ligados. Durante o dia ficavam ligados só no quartel e durante a noite da vila. Mas naquele início era aquela tal de correria para desligar geladeira, para não queimar, porque o impacto do gerador é muito grande e não tinha estabilizador naquele tempo. Dois companheiros perderam geladeira, um inventou de levar um ar-condicionado porque era muito quente e queimou tudo. Então, mas no ano seguinte, eu sai de lá em... eu servi em 79, não 77, 79 fui para a EsAO. Quando eu sai de lá eu fui para o Colégio Militar em Curitiba, em 78. Quando eu sai de lá os cabos elétricos já estavam chegando na vila e a vila era afastada da cidade, se não me engano 8 km.. Mas era... foi um ambiente espetacular.

As vilas militares normalmente são distantes dos centros urbanos. Talvez este afastamento leve ao fortalecimento de laços afetivos, já que são consideradas pelos oficiais como uma “grande família”, pois os filhos brincam juntos, estudam na mesma escola, as esposas compartilham juntas a solidão e a distância de sua família de origem. Neste depoimento de Helena observa-se a relação de afeto e de cumplicidade que é estabelecida entre as esposas:

E a gente tem um grande apoio, que é o apoio da mulher do militar, da outra esposa. Por que você casa novinha, vai lá para São Gabriel da Cachoeira (Estado do Amazonas), aí ele sai destacado e você tem que ficar na vila (...). em geral a gente casa meio ingênua, você não sabe direito como é que essa vida. Então você é jogada lá em São Gabriel da Cachoeira, no meio da mata, teu marido lá destacado, e você lá na vila sozinha

Existe dessa maneira uma reciprocidade feminina muito forte entre as esposas dos oficiais. Um exemplo dessa reciprocidade que expressa cumplicidade pode ser visto no depoimento sobre a primeira gravidez da esposa de Coronel Edevaldo:

Dai fui para Santo Ângelo, Fábio nasceu lá e... um ambiente espetacular. Eram 19, 20 casas, a Sônia deve ter tido 19 mães, porque enjoou os 9 meses de gravidez. Primeiro comecei a... ela começou a enjoar com a comida de casa, da empregada lá - era muito boa a dona Josefina. Aí comecei a trazer a marmitta para ela do quartel. E...eu também, não demorou muito enjoou. Conclusão: no final da gravidez do Fábio, cada dia uma das senhoras da vila estavam escaladas para levar comida. Também só comia se estivesse na hora!! E passava o dia todo. Tanto é que no dia que o Fábio nasceu - o meu tempo de aula - eu era o último da manhã e eu não sabia. Quando me avisaram ela já estava ano hospital, já estava sendo preparada.

É estabelecido um universo feminino, em que o marido, o homem, tem dificuldades de acesso:

Quando eu cheguei no hospital ela já estava preparada, estava todo mundo, tem uma fotografia de todas as senhoras da vila em volta da cama dela e eu pombo ali - Onde que eu entro... (risos). A Sônia não teve um parente, uma irmã não pode ir lá, por causa disso. A distância, em Santo Ângelo lá na fronteira... a irmã dela chegou depois que o Fábio nasceu.

Essa troca feminina, a reciprocidade, é construída, tal como prevê Mauss (1974:45): “a troca é o denominador comum de um grande número de atividades sociais aparentemente heterogêneas entre si.” Nesse caso específico das vilas militares, os bens trocados não são materiais, mas possuem similar valor simbólico. O que é trocado são o afeto, a atenção, a amizade, as festas de aniversário, rituais, como batizados, nascimentos, primeira comunhão de filhos e outros eventos que unem as famílias.

Afinal, a vila é composta de famílias nucleares, e nesse sentido o mesmo autor explica que:

Ademais, o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se, antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente. (1974:45)

Helena, esposa de general Tarley, descreve a reciprocidade feminina presente nas vilas militares:

Se não fosse a mulher do militar apoiando as outras...Meu Deus, o que seria da gente... Então o que eu fiz lá, eu perguntei o quê que elas gostavam de fazer, qual era o hobby que elas tinham, o que elas gostariam de aprender. Isso eu fiz, um questionário com elas e elas responderam, sobre religião, qual a religião, etc. e tal.

O lugar ocupado pela esposa do comandante do Batalhão é similar ao ocupado pelo seu marido perante as esposas dos outros oficiais. Hierarquia manifesta em poder que o posto “de esposa” confere, e pela condição geracional, onde a esposa do comandante deve ser a líder do grupo das mulheres. Como bem descreve Helena em experiência numa vila militar no alto Amazonas:

A gente queria ajudar em todos os sentidos, e aí eu fui formando os grupos. Tinha curso de culinária, curso de etiqueta para aquelas que queriam aprender sobre etiqueta, tinha curso de congelados, tinha curso de crochet. Juliana - E era a senhora quem dava os cursos? Alguns sim. Etiqueta, congelados sim, porque eu também já tinha feito os cursos, então eu passei para elas. Então a gente se mantinha sempre ocupada. E eu conversei com ele (apontou para o marido, então comandante do batalhão) para a gente fazer um almoço aos domingos. Nós tínhamos um balneário e o pessoal de manhã ia tomar banho. E eu disse, aqui não tem nenhum restaurante e no domingo a mulher quer sair para comer fora, não quer ficar na cozinha, domingo também não tem empregada, se é o caso de ter empregada... porque nestes lugares as vezes é mais fácil de conseguir uma. Aí ele disse: "olha almoço pode ser no batalhão, a gente paga, todo mundo paga..." e todo mundo se distrai com isso, passava algumas horas agradáveis.

O lugar ocupado pela esposa do comandante lhe confere autoridade para interagir na vida privada das outras esposas, com o consentimento delas. O marido/comandante preocupa-se com o espaço público, enquanto sua esposa é incumbida de lidar com o privado, com a vida doméstica, a harmonização da vida familiar das suas ‘subordinadas’. Conforme depoimento de Helena:

E eu ficava bolando coisas para ajudá-las, e sempre aquela nova que chegava... com problemas de adaptação... então a gente procurava festejar, sempre várias festinhas, essas coisas todas para poder movimentar um pouco. Tinha alguma com filhos pequenos, outras sem filhos e eu era a mais velha com três filhos. Eram todas novas. Agora eu por exemplo, eu podia dizer que era sozinha, eu não podia desabafar nada com elas, você tá entendendo, eu tinha que estar muito bem para que elas viessem desabafar comigo e eu poder ajudar.

Então por exemplo, se eu tinha algum problema lá no quartel eu não podia desabafar com elas, porque estavam preocupadas com isso, com aquilo. Então foram dois anos que eu não vivi para mim, eu vivi para elas. Então a nossa vida foi difícil também porque é o seguinte, você tem que harmonizar o pai com os filhos. Porque na hora das mudanças para as crianças, eu acho que é a pior coisa. Os amigos, os namoradinhos, a adolescência, é muito difícil.

Coronel Edevaldo relata uma espécie de confraternização masculina vivida nas vilas militares como

Isso eu acho espetacular, se tem uma coisa positiva que tem da vida militar é essa união que existe, na fronteira a gente vê muito nítido isso daí, esses dois anos que nós ficamos lá em Amanbaí, sem luz elétrica, sem telefone, (risos), o que faltava de conforto, vamos dizer assim, a gente via na união do pessoal. De sábado para domingo - tudo era à base de gerador - de sábado para domingo, o comandante deixava o gerador ligado até meia-noite para a gente poder fazer alguma.... Chegava na segunda-feira, na reunião: “- Oh, sábado o Emílio tá de aniversário”. Escalava o cara de aniversário, mas para poder se reunir na casa dele.

As festas e o álcool compõe uma confraternização vivida entre homens, que reforça a identidade masculina, que será observado no próximo capítulo:

Então a gente ia para o Paraguai, na quarta-feira tinha meio expediente, ia para o Paraguai. Um cruzeiro valia dezesseis pesos na época, a gente enchia... naquele tempo nem existia latinha, lá já existia, aqui não existia. Lá existia latinha de cerveja brasileira no Paraguai e aqui não existia. Então a gente comprava a nossa cerveja no Paraguai e trazia para cá. Porque não existia ainda a latinha. E aí se você não tivesse - era um calor desgraçado, lá a média era 30, 32 graus, sul do Mato Grosso - se você não tivesse na garagem um estoque de latinhas de cerveja, lá se toma cerveja como se toma água. Então essas coisas que eu acho bacana...

Acredito que nos territórios fronteiriços as situações liminares como a encontrada neste depoimento fazem emergir uma identidade militar “acima de tudo”⁵⁴, em que a união desses “quase expatriados”, em situações de dificuldades – como, por exemplo, na falta de energia elétrica - se fazia relevante.

A distância territorial, quase um abandono, remete a uma união daquele próximo e semelhante. Esses militares não estavam distantes do país natal, mas isolados neste país, o que torna necessário um maior fortalecimento dos símbolos nacionais para uma efetiva identificação enquanto grupo.

Nem toda cidade possui uma grande vila militar, o que acaba sendo um obstáculo para o oficial e sua família no momento da transferência, pois o fato de ter que procurar uma casa para alugar os coloca numa posição frágil, como relatou Coronel Vargas: *Ficar submetido à lógica do mercado.*

O não possuir uma residência ou domicílio fixo é condição primeira na vida e carreira de um militar, ou seja, a transitoriedade é uma regra para o militar e sua família que se deslocam de cidade e no caso do militar avançam no posto, em média a cada três anos. É dessa forma que a imobilidade territorial apresenta-se como característica da aposentadoria do militar e a masculinidade antes conquistada na vida sem destino, semelhante aos peões gaúchos analisados por Ondina Leal (1992), torna-se fixa e sem maiores desafios. Por outro lado, é neste momento de sua vida que os laços com vizinhança, amigos, familiares são fortalecidos.

Assim como os peões gaúchos, estudados por Ondina Leal (1992), deixam a estância, seu laço e seu cavalo; os militares deixam o quartel e penduram a farda.

⁵⁴ Remeto aqui à identidade de cidadão, de esposo, pai, filho.

CAPÍTULO II - O HOMEM HEGEMÔNICO MILITAR

Neste capítulo tratarei teoricamente a questão da masculinidade que é construída cultural e socialmente. Em seguida discorrerei sobre a masculinidade que é elaborada no Exército. Deste modo, o presente capítulo será desdobrado em duas partes. Na primeira abordarei os estudos da mulher e o conceito de gênero e respectivamente o debate em torno da masculinidade hegemônica. Na parte II, desenvolverei a noção de exército enquanto instituidor da masculinidade hegemônica, como um espaço privilegiado de formação de virilidade, abordando o aspecto civilizatório do universo militar, os corpos que são “domesticados” e, finalmente, a Educação Física no Exército.

PARTE I – Gênero: Dos estudos sobre a mulher ao debate em torno da masculinidade hegemônica

a. Os estudos sobre a mulher e o conceito de gênero

O estudo das diferenças entre o masculino e o feminino, a definição de papéis sexuais e a constatação de que estas variam de cultura para cultura não são antigas na Antropologia, como ilustram os estudos pioneiros realizados por Margaret Mead na década de 30, entre três sociedades da Nova Guiné: os Arapesh; os Mundugumor; e os Tchambuli. Através da comparação dos comportamentos apropriados de homens e mulheres nessas três sociedades, Mead constata variações nos atributos femininos e masculinos entre elas. Na sociedade dos Arapesh, para citar apenas um exemplo, os homens assumiam traços que, na nossa sociedade, eram considerados “naturalmente” femininos. Diante destes fatos a própria Mead (1988:22).conclui que:

Cada uma dessas tribos dispunha, como toda sociedade humana, do ponto de diferença de sexo para empregar como tema na trama da vida social, que cada um desses três povos desenvolveu de forma diferente. Comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor que esses elementos são construções culturais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero sexo.

É no decorrer dos anos 70 que as questões de gênero são introduzidas nas universidades pelas militantes feministas. De acordo com várias autoras (Goldenberg, Grossi), as militantes feministas que estavam inseridas no universo acadêmico introduziram nas universidades questões e discussões relacionadas à mulher. Inicia-se uma grande produção acadêmica sobre a mulher; são os “estudos da mulher”. Naquela época, nesses espaços acadêmicos eram discutidos a psicologia feminina e os porquês das diferenças políticas entre homens e mulheres. Nesses debates são abordadas as diferenças sociais entre homens e mulheres, que teriam sua gênese nas características biológicas, com respaldo “científico” para compreender e até justificar essas desigualdades.

Autoras como Joan Scott (1995), num período mais recente, apontam que as diferenças biológicas não existem, que elas são construídas social e historicamente. É em função dessas discussões que os “estudos da mulher”, no final dos anos 80, passam a ser chamados “estudos de gênero”; pois a diferença sexual não poderia mais ser pensada apenas no plano do biológico.

Por esses fatores, baseadas na rejeição do determinismo biológico, as feministas anglo-saxãs passam a usar *gender* no lugar de *sex*. É nesta perspectiva que Joan Scott explica que:

Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo “mulheres” por ‘gênero’ (...) Enquanto o termo ‘história das mulheres’ proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo ‘gênero’ inclui as mulheres, sem as nomear, e parece, assim, não constituir ameaça. (1995:75)

No que diz respeito à desigualdade, Guacira Lopes Louro determina que as desigualdades não podem ser pensadas no plano do biológico, mas sobretudo no relacional, que é constituído no social:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constróem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedades, nas formas de representação. (1999:22)

A partir da década de 90, os estudos passaram a contemplar também os estudos sobre os homens (Louro, 1999: Buffon,1992: Nolasco,1995). Os homens e

mulheres são agora pensados no plural e as diferenças são percebidas como construídas no social. Por isso deixa-se de estudar as mulheres isoladamente, mas na sua relação com, visto como a construção social. E, como propõe Kimmel:

Kimmel (1998), Connel (2000), afirmam que a masculinidade hegemônica representa a estrutura de poder das relações sexuais, que busca excluir qualquer variação de comportamento masculino que não se adapta a seus preceitos. É dessa maneira que ela está centrada no patriarcalismo e no heterossexualismo, construindo tipos subordinados de masculinidade tais como o homossexual que lhe serve de contraponto e de anti-paradigma. Segundo Oliveira (1998), a manutenção da masculinidade hegemônica não pode ser pensada como a elaboração consciente de um grupo de homens nela interessados. Trata-se na verdade de uma trama de situações que a favorecem mais ou menos, dependendo das circunstâncias. “é essencial se busca examiná-los descentrando-os de sua situação inicial de território genericamente inexplorável (homens como seres humanos) para fazê-los regressar a sua condição de seres especificamente genéricos. (1992:131),”.

Corwall e Lindisfarne (1994), postulam que os contextos e critérios segundo os quais os homens se diferenciam entre si têm sido ignorados pela Antropologia. Neste sentido argumentam que os estudos de masculinidade só fazem sentido num quadro mais amplo da Antropologia e especificamente da teoria social feminista..

As masculinidades e as feminilidades não se sobrepõem a homens, a mulheres: de fato, são metáforas de poder e de capacidade de ação, sendo acessíveis a homens e mulheres (Vale de Almeida,1995). De outra forma não teríamos as várias masculinidades, tampouco as transformações nas relações de gênero.

Kimmel (1998), sugere que a masculinidade é construída simultaneamente em dois campos relacionados ao poder: relações de homens com mulheres (numa desigualdade de gênero) e relação de homens com outros homens (numa desigualdade baseada em etnia, idade, sexualidade, classe social); ou seja, a homofobia e o sexismo são elementos constitutivos da masculinidade.

É nesse sentido que diversos autores (Kimmel,1988; Connel,1995; Welzer-Lang, 1998) apontam que a masculinidade é uma construção que está imersa em relações de poder. Ela é invisível para aqueles homens que ocupam o lugar privilegiado

nessa hierarquia, mas visível para aqueles que ocupam as posições desprestigiadas. Como observa Kimmel: "o poder é invisível para quem o exerce, mas visível para quem o recebe" (1998:116). A masculinidade só pode estar em competição com aquele que - na concepção masculina - pode estar fragilizando a sua masculinidade, ou seja, aquele que tenha pertença ao mesmo contexto social. É assim que os significados da masculinidade se desenvolvem socialmente e se estabelecem em relação e em oposição aos outros.

O ideal de masculinidade é culturalmente imposto, as diferentes masculinidades não são edificadas de igual maneira, mas cada homem – a partir do lugar que ele ocupa na escala social - tem uma visão, uma definição particular do que é ser homem, visão sustentada por um modelo a partir do qual todos os homens se referenciam.

Deste modo, Connel (1995), sustenta que a masculinidade representa uma configuração das práticas em torno da posição que os homens ocupam na estrutura das relações de gênero. Estrutura que é histórica, pois o indivíduo não está sujeito ao mesmo modelo de “ser masculino” a que os avôs, estiveram sujeitos, bem como ao mesmo modelo masculino a que seu pai ou seu irmão foram submetidos. Isso nos remete ao fato de que a educação familiar dos “pequenos homens” – no sentido de Ariès (1981) - no Brasil, revela uma tradição mediterrânea de masculinidades oriundas de um modelo familiar tradicional, no qual todos tendem a ser definidos a partir de sua posição, sexo e idade, no tocante principalmente aos papéis estanques do feminino e do masculino (Sérvulo Figueira, 1987). Neste sentido, Goldenberg (s/d:4) aponta que o contato estreito com os familiares não era até recentemente cobrado ao homem. Ela afirma que esta nova cobrança obriga “aos pais” a reverem seu lugar na família, e por sua vez, seu papel. É uma necessidade que estes pais hoje se impõe.

A socialização dos meninos investigados por Cruz (1998), estabelece que os modelos de masculino e feminino apresentados às crianças são marcados por concepções ocidentais já “culturalmente cristalizadas.” Segundo esta autora, as seguintes frases “educativas” são dirigidas aos meninos: *menino não brinca de boneca; ele é bicha; seja homem, não chore; ele gosta muito de dançar, vai ser gay; menino não gosta de cor-de-rosa, a cor de menino é azul; não sei não, por que ele se veste de*

mulher na brincadeira com a caixa de fantasias? De acordo ainda com a autora, são exercidas verdadeiras “exigências” aos meninos para que se adaptem a “seu” gênero. O menino deve gostar de azul (ou de qualquer outra cor, desde que não seja a cor rosa); não deve chorar ou dançar; não deve olhar para nenhuma boneca e apenas escolher fantasias de soldado, marinheiro ou do super-herói Batman. Nolasco (2001), observa que na socialização dos meninos a violência é estimulada de diferentes formas: “tornando-se um elemento-chave à construção de um determinado tipo de subjetividade masculina” (2001:62). Isto porque a violência, segundo este autor, é uma possibilidade de resposta à demanda de seu papel social.

Assim, é imposto ao menino, desde muito cedo, um comportamento “viril” e, caso ele fuja às regras, será rapidamente reconduzido ao seu caminho por força das coações sociais que lhe são impostas. Se o menino optar por algumas das “coisas proibidas”, sua masculinidade será colocada em xeque. Nesta perspectiva, um importante aprendizado corporal da masculinidade pelos garotos está também relacionado a sua socialização na escola, em seus grupos de pares, assim como nas relações adulto/criança (Connell, 2000).

Roberto DaMatta (1997), conta que durante sua infância, no interior de Minas Gerais, era comum a brincadeira com a seguinte pergunta: “Tem pente aí?” Essa brincadeira consistia em um menino “apalpar o traseiro” do outro – parte do corpo considerada feminina e, portanto, perigosa de ser tocada - para procurar um pente. Se aquele que fôra “tocado” permanecesse imóvel significava que ele gostara de ser tocado, revelando tendências homossexuais. O que devia ser feito, então, era dar um salto para frente, esquivando-se a todo custo do toque do amigo, toque controlador de sua masculinidade. A brincadeira, segundo DaMatta, tinha muitas funções: uma delas era chamar a atenção para os aspectos valorizados da masculinidade, outra era de explicar como esse masculino devia ser construído e, finalmente, pôr à prova a masculinidade do amigo, colocando-a em dúvida através da exploração de sua atuação durante a tentativa do “apalpar”.

O autor conclui que o homem, primeiramente, deveria sentir-se ameaçado pelo fato de poder virar mulher: “pois assim fazendo, o sistema construía uma sexualidade ambígua”(1997).

Em algumas tribos africanas, conforme explica a filósofa Elisabeth Badinter (1999), os rapazes são expostos a duros testes e provas com o objetivo de fazer a sua masculinidade despertar, pois sem esses testes, segundo eles, o menino correria o risco de ser frágil ou mesmo nunca vir a tornar-se homem. O objetivo comum desses ritos é mudar o estatuto de identidade do menino, marcado pela simbiose com a mãe, para que ele renasça homem. Normalmente esses rituais são realizados pelos rapazes e homens mais velhos e comportam três etapas: a primeira prevê a separação da mãe e do mundo feminino, pois uma das finalidades da iniciação masculina é justamente cortar, de modo brutal e radical, o relacionamento com a mãe; a segunda comporta a transferência para um mundo desconhecido; e, finalmente, a terceira consiste na passagem por provas dramáticas. Assim, o jovem passa por inúmeras e quase intransponíveis provas, em que o corpo estaria marcado por cicatrizes que são testemunhos da mudança de Estado operada de uma vez por todas, sabida e vista pelos homens da tribo. Para essas tribos, a masculinidade só é alcançada por um processo de iniciação longo e doloroso. Os ritos, então, são a condição necessária para o nascimento de um novo homem, um homem de verdade, livre de toda contaminação feminina.

Em nossas sociedades ocidentais contemporâneas não temos os ritos de passagem para os rapazes, que são comuns nas tribos africanas, mas acredito que temos alguns similares: os colégios internos na Europa, famosos por sua rigidez; os quartéis, que ensinam os rapazes a serem verdadeiros homens, nos quais “*entram como pedra bruta e saem lapidados*”; e o esporte, que pode, de certa forma, ser considerado uma fonte de poderosa influência na educação dos meninos, funcionando atualmente como sinônimo de virilidade e sucesso, como é o caso do tenista Gustavo Kuerten, que é visto sempre acompanhado de belas mulheres, desfilando em carros importados ou surfando em praias paradisíacas. Neste prisma, as características prescritas no social de acordo com Nolasco (1995) remetem a uma construção em que o homem para ser considerado ‘homem de verdade’, deve ser viril, competitivo sexualmente e conquistador.

O antropólogo português Vale de Almeida (1995) realizou uma pesquisa sobre a masculinidade construída nos cafés⁵⁵ de Pardais, uma aldeia⁵⁶ ao Sul em

⁵⁵ Ariès (1981), no artigo: “A família e a cidade” discute a sociabilidade da cidade no fim do século XVIII, onde o café foi o veículo desta nova sociabilidade promovida no espaço público, em que: “as pessoas se encontram, conversam, enquanto bebem ou comem, o lugar do discurso.” (1981:18) numa mesma perspectiva para Vale de

Portugal⁵⁷ - lugares de frequência estritamente masculina. Nesse estudo, além de outras constatações, ele observou que o homem deveria seguir algumas regras quanto à ingestão de bebida alcoólica: que a bebedeira deveria ser ocasional, festiva e partilhada. O homem deve saber controlar-se na bebida, pois ficar bêbado representa um grande descontrole. Assim, um bêbado nunca é bem visto, pois a mulher poderia ir buscá-lo, o que afetaria sua imagem perante os outros.

O “saber beber” é sugerido como uma habilidade masculina. Isto ocorre em diferentes situações, questão que vai desde o ato de pagar ou de ter a bebida paga, criando dessa maneira a superioridade e a inferioridade, ser provedor e não ser o provedor, até as regras e certas formalidades como a obrigação de ficar sempre perto daquele que pagou a sua bebida, devendo registrar esta dívida na memória. Outra das observações que este pesquisador nos apresenta é relacionada ao comportamento corporal que é orquestrado de acordo com os ideais de masculinidade hegemônica, ou seja, nos gestos de tocar nos testículos, na postura corporal que mostra que há um certo potencial de violência, de não ter as pernas cruzadas pois isto, de certa maneira o feminiliza, de dar fortes palmadas nas costas do outro, bem como na maneira brusca de pegar as pedras do dominó.

Este dado também foi observado por Denise Jardim (1992) em pesquisa realizada nos bares freqüentados por homens de grupos populares na cidade de Porto Alegre/RS. Jardim investigou a corporalidade como objeto de construção da masculinidade e verificou que, entre os homens, era esperado que soubessem beber, que controlassem a ingestão de bebidas alcoólicas e, principalmente, que “não caíssem bêbados ou fossem carregados pelos outros” (1992:191). A pesquisadora observa ainda que estas *performances* masculinas são estabelecidas como rotineiras e que esses bares, além de constituírem um espaço de interação social após o trabalho, são local de estruturação de uma experiência que “estabelece o nexo entre o físico e o social.” (Jardim, 1992:192). Como ela descreve:

Almeida (1995:176): “O café é similar à “casa dos homens”, no sentido de que a solidão e a domesticidade são mal vistas, como sinônimo de anti-sociabilidade e virilidade diminuída.”

⁵⁶ Uma aldeia com 600 habitantes, em que a maioria dos homens trabalha na extração do mármore.

⁵⁷ Nas culturas mediterrâneas a maioria dos homens estão comprometidos com uma imagem de masculinidade. (Nolasco, 2001)

Estas *performances* esperadas eram melhor percebidas em situações tais como: o domínio sobre a ingestão de bebidas alcóolicas, a capacidade de controlar o espaço físico do bar e seus interlocutores e produzir sua própria imagem pública ou de seu ofício, colocando-se recorrentemente como *trabalhador* ou *provedor* de uma família em contraposição ao *malandro* e ao *vagabundo*. (Jardim,1992:192)

É nesta contraposição, nesta diferença, que são construídas as masculinidades.

Durante o trabalho de campo ouvi a seguinte piada: *homem quando bebe demais fica que nem mulher: dirige mal e só fala besteira*. Esta piada informa ao outro que, se ele beber, vai falar besteira, vai dirigir mal e, pior ainda, vai ser comparado com uma mulher. Ser mulher é ser considerado (também) um subalterno, de acordo com os pressupostos da masculinidade hegemônica.

Essas piadas e brincadeiras entre os homens são, efetivamente, uma maneira de lembrá-los de que sua masculinidade é frágil e que precisa estar sendo constantemente construída e reconstruída. Os homens devem estar atentos ao controle de seu corpo, no qual o fantasma da feminilidade é colocado em forma de brincadeira, sempre transformando a vítima em mulher simbólica. É a partir de piadinhas inocentes, quase corriqueiras em nosso dia-a-dia, que, acredito, cria-se no mundo masculino uma rede de vigilância em que os homens têm poder sobre outros, mas não sobre si próprios. Desse modo, a piada se constitui como um importante elemento de construção da masculinidade. A jocosidade aqui exposta nos coloca frente à uma relação assimétrica masculina, onde um homem ensaia “desnudar” (Fonseca) a sexualidade do outro. Neste momento, observo como uma estratégia de sobrevivência na relação homem/homem que é estabelecida na esfera pública.

b. O debate em torno da masculinidade hegemônica

Connell (2000) se propõe estudar as práticas que constituem as relações de gênero e que constroem os principais padrões de masculinidade que imperam atualmente no Ocidente. Ele define essas práticas em torno dos conceitos de hegemonia, de subordinação, de cumplicidade e, por último, de marginalização.

Connell, inicialmente, foi o pesquisador que deu visibilidade ao conceito de “masculinidade hegemônica” nos estudos de gênero, mostrando de que maneira o gênero masculino se constrói sempre em relação ao feminino e a outros modelos de masculinidade. Do mesmo modo, as identidades femininas e masculinas são construídas nas relações que homens e mulheres estabelecem mutuamente, e as identidades masculinas também se constroem na relação que homens diferentes estabelecem entre si. É nessa perspectiva que Connell propõe seu estudo, buscando analisar as masculinidades da seguinte forma: “no lugar de definir masculinidade como um objeto (de caráter natural, conduta mediana ou norma), necessitamos nos centrar nos processos e relações por meio dos quais os homens e mulheres têm as suas vidas inseridas na dimensão de gênero.” (Connell, 2000:35). Ele verifica três dimensões na constituição das masculinidades hegemônicas e subalternas: 1. As relações de poder, cujo eixo primordial é a subordinação geral das mulheres e a dominação geral dos homens; 2. As relações de produção no mundo do trabalho; 3. As relações emocionais, principalmente pelo desejo sexual e pelas práticas sexuais que as atualizam.

Nem todos os autores que estudam a temática da masculinidade concordam com Connell no que se refere ao conceito de hegemonia. Alguns discordam de sua posição, que vê no conceito de hegemonia um elemento chave para a constituição de diferentes masculinidades. Estes autores reafirmam que há, antes de tudo, uma dominação masculina que coloca sempre os homens (sejam eles de qualquer classe social ou etnia) no papel hegemônico. É nesse sentido que Marlise Matos de Almeida (2001) questiona Connell, argumentando que a hegemonia masculina no Ocidente, em função do patriarcado, é uma certeza, havendo já inúmeros estudos e pesquisas que a comprovam: “Por isso lhe é difícil postular subordinação ou marginalização para as masculinidades, pois as mesmas continuam sendo claramente dominantes”. Em contrapartida, Vale de Almeida (1995) argumenta que: “Patriarcado é a definição de uma ordem de gênero específica na qual a masculinidade hegemônica define a inferioridade do feminino e das masculinidades subalternas” (1995:164) e é o questionamento e a contestação deste patriarcado que levaram ao que confere Vale de Almeida (1995) a transformação da hegemonia, onde conflitos que sempre existiram se tornaram mais evidentes e ruidosos.

Para Welzer-Lang (2001), as relações sociais são sempre hierárquicas, portanto as de gênero o são também. Os homens não escapam dessas relações hierárquicas não apenas quando em relação às mulheres, mas também quando em relação a outros homens. De acordo com Vale de Almeida (1995), a própria masculinidade é constituída de assimetrias (heterossexual e homossexual) e, segundo ele, com hierarquias internas que vão do mais masculino ao menos masculino, sendo que nestas ‘escalas’ é que são detectados os modelos hegemônicos e os subalternos.

Connell (2001), sugere que há, em todos os grupos sociais, uma “forma hegemônica” de masculinidade que é mais desejável e que rende maior prestígio num determinado contexto. Neste sentido discorre Vale de Almeida (1995), masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal, que na prática, não sendo atingível de forma consistente, por efetivamente nenhum homem, termina por exercer “sobre todos os homens e mulheres um efeito controlador.” (1995:163)

Na cultura ocidental capitalista, esta forma hegemônica pode estar representada no cargo mais alto ocupado pelo chefe, naquele que possui o melhor carro, na esposa ou a namorada mais bela. Porém, é preciso salientar que, segundo Connell, a forma hegemônica de masculinidade é o modelo que rende maior prestígio, e é a mais perseguida. É ele quem observa⁵⁸: “Numerosos homens vivem numa tensão relativa com a masculinidade hegemônica ou bem distante dela, outros (como os esportistas), são vistos como exemplos da masculinidade hegemônica e são chamados a lhe ser fiéis no seu modo de vida.” (Connell, 2000, apud 1990:197).

Connell (2000) explica que a ordem social mundial estabeleceu uma hierarquia de masculinidades, segundo a hierarquia estabelecida entre etnias e classes, em que alguns povos, segundo ele, são mais “viris” que outros. A virilidade mediterrânea, bem explorada por Pitt-Rivers (1979), é um bom exemplo. Connell apresenta a maneira como foi elaborada uma hierarquia que se impõe à metrópole, e, conseqüentemente, a suas classes dominantes, uma nova ordem de gênero masculino, agora baseados em riquezas e no poder financeiro, antes sustentadas pela violência e sobretudo pela dominação.

⁵⁸ Todas as citações em francês serão por mim traduzidas, sendo que a citação original permanecerá em nota. “Des nombreux hommes vivent dans une tension relative avec la masculinité hégémonique ou bien à distance d’elle; d’autres (comme les héros sportifs) sont pris comme exemples de masculinité hégémoniques et sont appelés à lui être étroitement fidèles dans leur vie” (Connell, 2000, apud 1990:197).”

O autor observa que⁵⁹:

Nós podemos dizer que a forma hegemônica de masculinidade na atual ordem de gênero mundial é a masculinidade associada a aqueles que controlam as instituições dominantes: os homens de negócios que operam nos mercados mundiais e os dirigentes políticos que estão em interação (e que neste contexto não são que um só) entre eles. Eu os chamarei de: masculinidade transnacional de negócios. (2000;201)

Connell propõe, ainda, que essa “masculinidade transnacional de negócios” difere da burguesa por suas atitudes mais libertárias e com uma maior abertura às relações extraconjugais com mulheres, com uma estabelecida noção de mercantilização (garotas de programa nos hotéis). Poderia também propor a masculinidade transnacional militar, afinal, as instituições militares correspondem – como há pouco escrevi - na semelhança de seus uniformes e de suas investidas e nos princípios estabelecidos de ordem, disciplina e hierarquia. Nesse sentido, concordo com Connell quando afirma que várias masculinidades hegemônicas coexistem e se relacionam globalmente. Nesse caso⁶⁰: “A masculinidade não é uma forma única e congelada” (Connell, 2000:218). Não concordo plenamente com o autor quando aponta o fato de que a hegemonia masculina pode a qualquer momento ser colocada em questão. Ao contrário, penso que, embora ela seja sempre posta em questão, é também ressignificada constantemente. Os testes físicos periódicos a que são submetidos os militares são um bom exemplo deste argumento.

Nessa hierarquia masculina alguns homens ocupam o topo, qualificados por Welzer-Lang (2000) como “grandes homens”, que possuem privilégios exercidos tanto às custas das mulheres, como de outros homens. Esse autor acrescenta que⁶¹: “sabemos que para um homem, o fato de ser visto com belas mulheres classifica este homem entre os grandes homens, do mesmo modo que aquele que além dinheiro ou poder manifesta sobre os homens e as mulheres”(2000:122) Os chamados “códigos de virilidade” são o passaporte para ascensão na hierarquia masculina, além de ser uma questão de

⁵⁹ Nous pouvons alors avancer que la forme hégémonique de masculinité dans l'actuel ordre de genre mondial est la masculinité associée à ceux qui contrôlent les institutions dominantes: les hommes d'affaires qui opèrent sur les marchés mondiaux et les dirigeants politiques qui sont en interaction (et qui dans bien des contextes ne font qu'un avec eux. J'appellerai cette forme “masculinité transnationale des affaires”. (Connell, 2001; 201)

⁶⁰ “La masculinité n'est pas une forme unique e figée”. (2000:218)

⁶¹ “On sait que pour un homme, le fait d'être vu avec des “belles” femmes fait classer cet homme dans les ‘grands hommes’; au même titre que celui qui a de l'argent et ou du pouvoir manifeste sur les hommes et les femmes” (2000:122).

entendimento e também de aceitação desses códigos (Welzer-Lang, 2000). Afinal, é a partir dessa aceitação que ele poderá vir a ter poder sobre os homens e/ou mulheres, mas isto não impede que um homem venha a ter mais poder que o outro, ou sobre o outro. É nessa gangorra de poder que são estruturadas as hierarquias masculinas.

Portanto, é possível encontrar diversas masculinidades no seio das instituições militares, pois esta instituição elabora e constrói diversos modelos de masculinidades que se relacionam e se identificam hierarquicamente⁶². Nesse sentido, Connell vai além e observa que esses modelos e práticas sociais são cultivados e promulgados tanto pelos próprios indivíduos, como pelos grupos pertencentes a essas instituições. Assim, várias masculinidades são produzidas num mesmo contexto social, mas há sempre uma masculinidade hegemônica que é sustentada por outras masculinidades em torno dela.

Connell (2000) faz essa observação em virtude da alta circulação de identidades gays no âmbito político. Afinal, são masculinidades reconhecidas por ele como sendo não hegemônicas, que ganham visibilidade sob a forma de outros paradigmas que não o da força, da virilidade ou do poder econômico, mas em torno dos direitos do homem e da prevenção da AIDS.

O homossexual é classificado por Connell (2000:215) como um subalterno na hierarquia masculina, mas vem, pouco a pouco, conquistando legitimidade no espaço público, mesmo na periferia do gênero masculino. Nesse sentido, Kimmel (2001:248) observa que alguns homens podem ser desprovidos de poder, em razão de sua classe social, de sua etnia, de sua constituição física, de sua idade ou ainda de sua sexualidade, mas todos são privilegiados em poder frente às mulheres. Nesse ponto, é apoiado por Marlise Almeida (2001), que, apesar de contestar o conceito de hegemonia proposto por Connell, pensa que os homens sempre estão em relação assimétrica com as mulheres. Mas, nem todos os homens possuem os mesmos direitos e privilégios na hierarquia das masculinidades (Welzer-Lang, 2000).

Carrigan, Connel e Lee (1998), explicitam que, apesar de ser própria a apenas um pequeno grupo concreto, a masculinidade hegemônica é sustentada e mantida por um segmento da população masculina pela gratificação fantasiosa de fazer

⁶² Como as chamadas patentes, os postos e graduações, do Exército, que se reconhecem pelas insígnias e pelos uniformes.

parte do poder que ela proporciona. Por esse motivo a masculinidade é tratada como um frágil e precioso bem, que deve ser constantemente cuidada, conservada e reciclada. É nesse sentido que a masculinidade hegemônica pressupõe uma existência relacional, entre os hegemônicos e os subalternos. Para Oliveira (1998), a masculinidade hegemônica só existe na medida em que ela nega e despreza atitudes que a colocam em cheque.

Assim, o forte só existe e possui visibilidade porque existe o fraco, e a masculinidade hegemônica só existe porque as subalternas apresentam-se como contrapartida e oposição.

Vale de Almeida (1995) conclui que hegemonia masculina é: “um consenso vivido” (p.162), e que as masculinidade subordinadas não são excluídas, mas em suas palavras: “são efeitos perversos desta”, pois estão contidas na hegemonia, na medida em que representam: “o perigo do homossexual que a homosociabilidade traz consigo”, assim como: “o feminino que está presente na sua forçada ausência dos universos masculinos” (1995:162).

Parte II - O Exército enquanto instituidor da masculinidade hegemônica, como um espaço privilegiado de formação de virilidade, o aspecto civilizatório do universo militar, os corpos que são “domesticados” e a Educação Física no Exército.

a. O Exército como instituidor da masculinidade hegemônica

De acordo com Norbert Elias (1997) e Oliveira (2001⁶³), o Exército é a instituição responsável pela formação dos “homens” de nossa sociedade. É nessa instituição que os rapazes sofrem alguns dos rituais que os iniciam à masculinidade, afinal, para um soldado, a figura do guerreiro está colada ao ideal hegemônico de masculinidade, no qual a honra e a coragem são atributos indispensáveis.

⁶³ Palestra com Pedro Paulo Oliveira, 27.10.2001, em Curitiba/PR, no II Encontro de Estudos de Gênero.

Observa-se nessas falas que o Exército é representado através de seus indivíduos, mesmo que eles não estejam mais na “ativa”. Eles falam pela e através da instituição e se consideram os guardiães do modelo normativo de masculinidade.

Quando perguntado sobre o que significava o Exército, assim foi a resposta de Vargas, Coronel de Estado-Maior, 76 anos:

Hoje podemos dizer que é uma escola para homens e mulheres. Porque só procura incutir na pessoa que nela ingressa preceitos bons sobre todos os aspectos, tais como comportamento moral adequado, cuidados higiênicos com seu corpo, elevado espírito de camaradagem, disciplina consciente, dedicação aos estudos e aos trabalhos, respeito ao ser humano e à natureza. Qualquer fato fora desses postulados afirmo que podem existir, mas são raros e exceção à regra. (Vargas, 76 anos)

No mesmo sentido, Capitão Bastos, 74 anos, informa:

E isto é bom, a disciplina tem que haver. O Exército foi criado, a base do Exército é a disciplina hierárquica. A base, o alicerce do Exército é essa. A hierarquia que vai desde o Soldado até o General de Exército, esta escala hierárquica, muita disciplina, respeito, honra (...) Em qualquer lugar. A continência⁶⁴, por exemplo, a continência é

a saudação militar, ela é impessoal, ela visa a autoridade e não a pessoa. E isto a pessoa pode estar de calção, jogando bola lá no campo de futebol e ele continua sendo Tenente, a mesma coisa. Não interessa, é a autoridade, se tu conheces e sabes quem é, o respeito é o mesmo.

O termo hegemônico, a meu ver, é sobremaneira generificado, pois se contrapõe à “passividade”. Um homem hegemônico é um homem “ativo”, principalmente no sentido sexual. Seu contraponto, a inatividade, é um termo usado de acordo com o Estatuto dos Militares.

O Exército é uma instituição sexuada: “de maneira precisa e identificável” (CONNEL, 2000).

Welzer-Lang (2000), também revela que o heterossexismo é promovido pelas instituições e também por indivíduos com a subordinação simultânea da homossexualidade, como forma de reivindicação da sexualidade que se distingue da heterossexualidade e é desvalorizada enquanto tal.

⁶⁴ No que diz respeito à continência, DaMatta, (1997, p. 56) observa que:

“Seria uma forma contida de cumprimento onde as pessoas marcam, no encontro das diferenças pela contenção ou continência dos gestos de expressão de alegria, o que parece importante numa sociedade em que os homens se falam pela linguagem do abraço. Assim, a continência, o braço direito e a mão, em vez de buscarem o outro como normalmente ocorre, se voltam para o próprio ego; ou, para ser mais preciso, para a frente direita do ego. É como se o inferior procurasse, nessa forma de saudação, cobrir seus olhos diante do superior, forma tradicional de revelar respeito e marcar as distâncias sociais.”

A hierarquia que permeia o universo militar é estritamente masculina. Existem aqueles que se consideram mais militares que os outros, os “militares de fato”(Leiner, 1997)⁶⁵, aqueles que se aproximam mais do ideal hegemônico imposto pelo próprio meio. São os militares de carreira, aqueles que cursaram a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). Portanto, “legítimo” é aquele que tem como única trajetória o pertencimento a um comando-obediência, pela qual o indivíduo tem o direito de estabelecer uma escalada hierárquica (Leiner, 1996) em que todos partem de um mesmo lugar – a AMAN - e têm condições de avançar até o topo da carreira, o generalato. Nesse sentido há uma disputa entre os oficiais, pelo fato de estarem mais bem situados - em posição - em relação aos outros. Presenciei, em meu trabalho de campo, comentários dos informantes que sugeriam uma certa “disputa” em relação às três Forças Armadas: o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, no sentido de questionarem qual delas é a mais “viril”, a mais “almofadinha” ou a considerada mais “elitizada”.

Em contrapartida, segundo Leiner (1997:164):

A hierarquia, além de classificar indivíduos em patentes, funções burocráticas, locais de serviço, também os divide, um a um, numa cadeia de comando-obediência, na qual cada um tem seu lugar, e portanto os elos institucionais respondem a esse princípio coletivo de individualização de status e responsabilidade num papel social próprio a cada um, mas que só existe como parte complementar do todo.

Dessa maneira, cada militar - oficial ou não, de carreira ou não - quando se encontra “fora dos batalhões”, é simbolicamente – através de seus uniformes – associado como pertencente a uma instituição, não identificado enquanto indivíduo. Desse modo, primeiramente vê-se a instituição para depois perceber-se o indivíduo. Muitas vezes os códigos corporais e as insígnias inscritas nas fardas são apenas compreendidos pela instituição, não sendo tão rapidamente evidentes para o universo civil, culminando por representarem para o “mundo civil” um objeto de estranhamento. Em relação às instituições, Bourdieu (1998) observa que: “A ordem masculina está, portanto, inscrita tanto nas instituições quanto nos agentes, tanto nas posições quanto nas disposições, nas coisas (e palavras), por um lado, e nos corpos, por outro lado”.

⁶⁵ Há, entre os oficiais de carreira, aqueles que se definem por estarem numa Arma (Infantaria, Cavalaria, Artilharia) “mais militar” em oposição a uma “menos militar” ou mais técnica (CASTRO, 1990, p. 102).

Para melhor compreendermos as regras que estruturam as identidades masculinas no Exército, penso que a definição de Erving Goffman (1974:11) de "instituição total" pode ser de grande utilidade analítica: "Um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada".

Na seqüência de seu argumento, o autor mostra como as instituições totais são lugares muito particulares e marcadas pelo individualismo⁶⁶ no seio das sociedades complexas.

Diz o autor:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central destas instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três atividades da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta por cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (Goffman, 1974:18).

Acrescentaria que esta afirmação é muito pertinente ao universo militar - quando direcionada, especificamente, à socialização do militar de carreira que ocorre nas academias, do recruta que muitas vezes deve morar no próprio quartel e, também, em situações de conflito quando os militares necessitam permanecer por longos períodos nos seus quartéis. Essas situações foram vivenciadas por todos os interlocutores desta pesquisa.

“Estufas para modificar as pessoas”, é assim que Goffman considera as instituições totais formalizadas e aceitas em nossa sociedade civil. Elas são as responsáveis pela conduta de um grande número de pessoas, inclusive agindo sobre suas roupas, maneiras, comportamentos, sendo possível, a todo momento, ser este grupo

⁶⁶ O individualismo de acordo com Louis Dumont, (1985) é o valor fundamental e característico das sociedades modernas, quando o indivíduo constitui o valor supremo.

repreendido por suas atitudes. Nesses moldes é que são procedidos e supervisionados os comportamentos dos militares.

Os militares são socializados num universo em que o que predomina são as regras, pois o Exército é uma instituição baseada em princípios de hierarquia e disciplina. Dentro de um quartel existem as Normas Gerais de Ação (NGA), uma forma de estatuto que rege o comportamento dos soldados dentro e fora do batalhão e que ensina como um militar deve portar-se, inclusive num baile. Seus movimentos devem ser bem controlados, devendo evitar o exibicionismo ou movimentos que sejam “incompatíveis” com a seriedade do uniforme e dignidade do militar; desde a sua entrada no rancho (refeitório), ao portar-se à mesa, a maneira de dançar, os cabelos que devem ser cortados semanalmente, além da proibição de barba ou bigode (Castro, 1990:45,46). O controle do corpo e a uniformização dos gestos são premissas na construção do modelo do homem hegemônico estabelecido pelo Exército.

b. Exército – espaço de formação da virilidade no corpo do militar

(...) fiel ao seu fuzil, não medindo esforços pela cultuada nação brasileira. Infante. Jamais se deixa abater pelo sol, frio, chuva, lama e até derramando sangue...

(Parte do discurso proferido pelo Comandante do 63º BI, no Dia da Infantaria, 24.05.2001)

No Exército, a eterna preparação para a guerra, a indelével premissa de *conquistar* e de *arrasar com o inimigo* (que é sempre no masculino, pois se refere a outro homem) e, finalmente, de proteger as fronteiras, pois *estamos sempre perto, mesmo que você não perceba*⁶⁷ denota um princípio de masculinidade que foi construído ainda nas fileiras de convocação no período colonial, nas invasões desmedidas, acredito, chegando mesmo às deflorações das índias virgens nas matas

⁶⁷ Frase escrita nas paredes dos prédios das Companhias no pátio interno do 63º Batalhão de Infantaria, em Florianópolis/SC.

brasileiras. Como aponta Connell⁶⁸: “O imperialismo foi no início um processo sexuado. Sua primeira fase, de conquista e a colonização foi guiada por forças selecionadas em primeiro lugar sob o critério do sexo, e levou a perturbação profunda da ordem de gênero indígenas.” (2001:202)

Esses são, portanto, modelos de masculinidade orientados em direção à dominação e à violência. Todas as instituições militares, brasileiras ou estrangeiras, possuem padrões de masculinidades que foram orientados nesse sentido. Os uniformes do Exército americano, francês ou brasileiro são semelhantes, assim como as insígnias, que podem ser diferentes na forma (estrelas, barras), mas se assemelham na revelação de distinção de poder e autoridade. Penso, seguindo orientação de Connell, que esses modelos são representantes globalizados de masculinidade, são padrões ocidentais. Esse autor utiliza, como indicativo do padrão masculino, o “uniforme” do homem de negócios ocidental, o terno e a gravata, adotado por quase todos os líderes políticos do mundo, exceto - retificação minha - os militares, que apenas portam as vestes do “homem de negócios ocidental” quando se aposentam.

c. O aspecto civilizatório do universo militar

A disciplina é a correção de tudo. O sujeito aprende, se enquadra na posição de sentido, de descansar, à vontade. Depois vem a educação moral, que é a parte de instrução. Que inicia com o regulamento do Exército, o RCont, o Regulamento de Continência, depois o Regulamento Disciplinar do Exército, que é o RDE. (Capitão Bastos, 74 anos)

O Exército possui nas suas bases a premissa de “ensinar” a coragem, o respeito e a hierarquia. Ele objetiva o aperfeiçoamento daqueles que adentram sua instituição. Na rotina de um quartel, os militares são inseridos num processo civilizador no sentido de Norbert Elias (1994). Eles aprendem a “ser homem” e a ter controle sobre o próprio corpo como instrumento e expressão de dominação. É dessa forma que o militar aprende a ver o mundo e a viver num sistema a partir de regras e de uma

⁶⁸ L'impérialisme fut dès le départ un processus sexué. Sa première phase, de conquête et de colonisation, fut menée par des forces sélectionnées en premier lieu sur le critère du sexe, et aboutit à la perturbation profonde des ordres de genre indigènes”.

noção de coletividade. A vida militar é construída em grupo, e num grupo organizado em que “todos” os movimentos são ditados por regras, onde a posição é mais importante que o indivíduo e no qual, mesmo após a aposentadoria, ele ainda está sujeito ao estatuto militar e às regras de disciplina.

Um dos informantes, Capitão Bastos, conta que passou boa parte de sua vida militar ensinando soldados, inclusive, o “próprio nome”.

Passei os 20 anos dando instrução, ensinando soldado. Ensinando soldado desde a montagem do mosquetão, até a bater continência. Tudo, tudo... por incrível que pareça, peguei no Exército soldado que não sabia o nome dele, cidadão brasileiro, não soldado, porque ele foi ser soldado. Mas cidadão brasileiro que não sabia o nome dele. Isso não é há muitos anos atrás, lá pelos anos de 1950. (Capitão Bastos, 74 anos)

Esse capitão relata que muitos *não sabiam nada*, não sabiam sequer *usar o banheiro*.

O processo de civilizar inclui o padrão de limpeza e de higiene do Exército imposto ao recruta, que ‘vem de fora’, do ‘mundo civil’, do mundo que estaria poluído⁶⁹. Capitão Bastos acrescenta ainda:

Eu ensinava tudo, até escovar os dentes. Até... tudo, tudo, até ir ao banheiro... todos estes troços, como é que tinha que ir. Tudo tem que ensinar, eles não sabem nada. Como tem que usar o banheiro da companhia, que tem que manter limpo.

Capitão Bastos conclui: *O Exército é uma das maiores escolas para o... para um homem.*

Mesmo após a aposentadoria, os militares têm a obrigação de seguir o estatuto e estão sujeitos a punição disciplinar caso cometam alguma transgressão ali determinada. Quando pergunto ao Coronel Vargas se ele se incomoda de ainda estar submetido a este estatuto, ele responde:

Quando ingressamos no Exército tomamos conhecimento das regras do jogo e, assim, ninguém tem nada a reclamar. Eu continuo a ser um Coronel de Infantaria e de Estado-Maior e tenho que me comportar como tal, respondendo pelos atos menos dignos que porventura vier a cometer. Quem não deve, não teme.

Capitão Bastos relata que aprendeu a viver de acordo com as regras impostas pela instituição:

*Eu acho certo, eu acho certo. Porque afinal de contas eu **aprendi** a viver desse jeito, passei 35 anos lá dentro, por que é que eu vou sair. Eu acho que eu, pessoalmente para mim não precisava haver polícia, pra mim não*

⁶⁹ De acordo com Mary Douglas.

precisava haver polícia. Polícia pra quê? Eu nunca fiz nada, nunca fiz mal a ninguém, nunca fiz desordem em lugar nenhum, sempre cumpri ordens, sempre tive respeito, nunca briguei com ninguém. (grifo meu)

Os novos alunos das academias ou escolas militares passam pelo processo civilizatório, em que são submetidos a intensas aprendizagens. Segundo os informantes, os alunos e recrutas não aprendem apenas a marchar, a atirar, mas, muito além disto, é-lhes ensinada uma visão de mundo peculiar ao Exército Brasileiro, como a disciplina e a pontualidade: *A primeira coisa que se ensina no Exército, e isso é importantíssimo, é a disciplina... horário!!! Horário é disciplina, ele tem que chegar na hora, tem que chegar mesmo. Porque, às vezes tem que chegar, mas chega dez minutos depois.* (Capitão Bastos)

Eu mesmo, em 35 anos de serviço, nunca cheguei dez minutos atrasado, nunca cheguei, sempre cheguei antes da hora. Ninguém esperou por mim até hoje, sempre no horário. (Capitão Bastos)

Observa-se nesta fala a internalização das regras.

Após meses de ensinamentos militares, é estabelecido um distanciamento do universo civil, dos “paisanos”, e dessa maneira é construída uma “sociedade secreta”, com códigos específicos, como bem descreveu Coronel Edevaldo, 57 anos: *É... o cara passa... só quem passou, quem viveu, quem conheceu, quem estava ali é que pode aquilatar, avaliar o que é a vida. Porque o cara aqui de fora não tem a mínima noção do que a gente passa lá dentro.*

O informante, nesta fala, remete *ao cara aqui de fora*, pois ele ainda possui relações com os antigos colegas, participa do Círculo Militar e freqüentemente confessa não conseguir se adaptar ao “mundo civil”. Ele ainda relata a mudança de comportamento dos rapazes que são aceitos no NPOR:

Cansei de pegar esses garotos do NPOR: Pô, o quê que vocês fazem aqui dentro? É só atirar, é só marchar... Aquelas brincadeiras que a gente fazia com soldado, com recruta. Saía dali dez meses depois, formado, enquadrado, ficava na posição de sentido, não sei o quê. Depois, deu dez meses, ele foi declarado Aspirante... “Tu vê seu Carlito, quem te viu, quem te vê...” (risos)

De acordo com esse relato, posso sugerir que o Exército é uma instituição com a proposta de ser, como propôs Goffman, uma “estufa para modificar as pessoas”. Segundo Coronel Edevaldo: *É uma pedra bruta que é lapidada ali em dez meses, onze*

meses. Você deixa ela ali um cristal, aperfeiçoado. Neste aspecto, a “mudança” é vista como uma melhora no aspecto físico e moral. Parafraseando Simone de Beauvoir, ele não nasce um homem, ele “torna-se um homem” pelas mãos do Exército.

d. Os corpos masculinos “domesticados”

Connell (2001) observa que os corpos dos homens, embora não sejam determinantes dos modelos de masculinidade, são efetivamente de grande importância na constituição da masculinidade. Ele afirma que os corpos dos homens não determinam os modelos de masculinidade, mas que eles são de suma importância na constituição da masculinidade. Segundo o próprio autor: “É em conformidade com a ordem do gênero da sociedade que os corpos dos homens são abordados, definidos e disciplinados (como no esporte) que eles têm liberdade e prazer“(2001:199)⁷⁰.

Mauss (1935), em “As técnicas corporais”, pioneiramente abriu um novo território de pesquisa quando analisou de que maneira uma sociedade impõe ao indivíduo um uso rigorosamente determinado de seu corpo, e afirma que é através da educação das necessidades e das atividades corporais que a estrutura social imprime sua marca nos indivíduos.

Inúmeras pesquisadoras da temática gênero (como Joan Scott e Judith Butler) têm mostrado que os corpos masculinos (e também os femininos) não são livres, eles são domesticados de acordo com o momento histórico e social, desde a mais tenra infância. Nos exemplos dados por Jardim (1995) e Vale de Almeida, sobre a performance corporal dos homens frequentadores de bares, vê-se que esses homens orquestravam seus corpos com a preeminência de rígidos movimentos que exalavam uma violência descontrolada própria do masculino, como pegar as pedras no dominó ou tocar nos testículos.

Os corpos disciplinados dos oficiais militares, que obrigatória e periodicamente devem realizar testes físicos, são exemplos desse modelo corporal de masculinidade hegemônica, pois são indicadores de sua forma física, em que são

⁷⁰ C’est en conformité avec l’ordre de genre de la société que les corps des hommes sont abordés, définis et disciplinés, (comme dans le sport, Theberge, 1991), qu’ils ont exutoires et des plaisirs.”

testadas a força muscular, a rapidez e a agilidade. Assim, por exemplo, para um oficial candidatar-se ao posto de General, além de outros requisitos que devem ser cumpridos, ele deve apresentar duas fotos em que, irrepreensivelmente, deve estar vestido com camiseta sem mangas e calção e deve mostrar frente e perfil, pois não devem apresentar-se com abdome saliente, que indica excesso de peso. Os candidatos às vagas de General devem ser homens “autênticos” no sentido de Bourdieu (1998), devendo corresponder aos preceitos físicos, morais e viris que a vaga demanda. Esses pré-requisitos nos fazem pensar na definição que Bourdieu faz do “verdadeiro homem”: “A virilidade, mesmo em sua dimensão ética, ou seja, como a quiddidade do *vir*, *virtus*, princípio de conservação e de crescimento em honra (*nif*), é tacitamente inseparável da virilidade física, em particular mediante provas tangíveis de potência sexual (como uma enorme progeneração), esperadas de um homem que seja realmente um homem”. (1999:20)

Seguindo essa perspectiva, Connell (2000; 1999) escreve que: “Os corpos dos homens não são maleáveis a sua vontade”⁷¹ (2001:199). Ao contrário, os corpos masculinos são modelados segundo um padrão vigente que é determinado social e historicamente⁷².

e. A Educação Física no Exército

De acordo com Castro (1999:3), na primeira metade do século XX, a vinculação entre a educação física e a defesa nacional era muito estreita: “A educação física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar”. A idéia inicial era de que a ginástica poderia afetar o Estado-Nação⁷³ no sentido de que o povo estaria mais preparado em caso de alguma

⁷¹ “Les corps des hommes ne sont pas malléables à volonté.”

⁷² Posso brevemente constatar esta afirmação ao observar os bonecos infantis. Na década de 80 os bonecos que faziam parceria com bonecas, como *Susi* ou *Barbie*, representavam homens com músculos apenas definidos. Atualmente, os mesmos bonecos são difundidos entre a garotada, mas agora são representados com bíceps avantajados, músculos excessivamente desenvolvidos, a exemplo do personagem *Rambo* e de desenhos animados como o *He-man*. Esses bonecos infantis são distribuídos em escala mundial, ou seja, influenciam largamente as representações masculinas.

⁷³ Segundo Louis Dumont (1977) o Estado-Nação representado ideologicamente um “todo social”.

intervenção militar, o que sucedeu com o militar francês que, na segunda metade do século XIX, passou a ser um exemplo seguido e imitado no plano físico, nas escolas que adotavam a educação física. A França estimulou este aprendizado em função da derrota na guerra de 1870 contra a Prússia, estimulando o aprendizado da educação física com o intuito de preparar os cidadãos para a guerra. Castro (2000) lembra que, “Várias leis exigindo a ginástica no currículo escolar foram adotadas e graduados no Instituto de Ginástica Joinville-le-Pont ingressaram nas escolas civis como professores de ginástica”.

Esta proposta de educação física francesa influenciou largamente o Brasil a partir da década de 20. De acordo com Castro⁷⁴: “No início de 1929, o ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo Passos, publicou um anteprojeto de lei, elaborado por uma Comissão de Educação Física sob sua presidência, que tornava a educação física obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos, para ambos os sexos.” Salvo algumas modificações, essa proposta está ativa até os dias atuais. Castro entende que ela pode ser considerada como o ponto de partida para a intervenção dos militares na realidade educacional do país, estendendo sua influência sobre toda a nação.

A proposta inicial era que o soldado pressupõe o homem e o homem não se forma apenas em poucos anos, mas desde o início com uma educação viril⁷⁵. Essa foi a forma, legitimada pela sociedade civil, com que foi aprovada a medida imposta pelo Exército da implantação de educação física nas escolas brasileiras, mesmo que tenha sido adotado um método importado da França, que não respeitava a idiosincrasia brasileira. Em meados da década de 40, um método nacional começou a ser elaborado. O objetivo final era fazer do corpo de cada cidadão um corpo de soldado, pronto para agir, e com isso forjar o *corpo da nação*⁷⁶.

Capitão Bastos, em entrevista, relata que num dia rotineiro nos quartéis do Exército, a educação física evidentemente faz parte das atividades diárias obrigatórias a todos os militares

Tem um termo que a gente usa, é quase um palavrão. A educação física no Exército, nós aprendemos com o instrutor que tem a sigla

⁷⁴ Texto mimeografado, sem data.

⁷⁵ Ver História dos Jovens, vol. 2, A Experiência Militar. Companhia das Letras, 1996.

⁷⁶ Castro, p. 23.

*CAGAD que significa: **continua, alternada, graduada, atraente e disciplinada**. Se não tiver estas coisas a educação física não é boa. Então, isto explica: contínua, começou a educação física, ela não pode parar, só pode parar quando terminar. Ela tem que ser contínua. Graduada quer dizer movimentos. Graduada é a intensidade, não pode ser muito pesada. É contínua e alternada, ela deve ser alternada em movimentos, em movimentos de braços e depois de pernas. É alternada, não faz apenas um movimento. Depois vem graduada, que é a intensidade dos movimentos, para não cansar num movimento só, gradua, faz um, faz outro, faz um, faz outro... depois volta para o movimento, isto é graduado. Atraente, um meio para ficar atraente, você faz uma brincadeira, do tipo pular, o cara fica acocorado, enquanto o outro pula por cima, para ficar atraente e levantar o ânimo do pessoal. E disciplinada, porque não pode virar bagunça, se virar bagunça acaba a educação física. Então essas coisas são importantes para a educação física (grifo meu).*

A educação física é um ritual corporal diário no Exército e, como retratado nesta fala, ela é padronizada e possui alguns dos ensinamentos fundamentais dessa instituição. A aprendizagem deve ser contínua, ou seja, relembra diariamente.

É neste sentido que os militares socializados num espaço altamente ritualizado, quando se aposentam, necessitam do aprendizado num espaço que para eles é “desritualizado.”

CAPÍTULO 3 - "O PIJAMA": A TERCEIRA IDADE PARA O MILITAR

Neste capítulo abordarei a velhice com algumas questões teóricas, sinalizando a aposentadoria para o militar; bem como o ritual de aposentadoria que o leva ao universo civil e as estratégias de sobrevivência para manter a identidade de militar, finalizando com uma história de coronel.

3.1 Velhice - questões teóricas

Não é fácil definir a velhice, pois esta noção evoca inúmeros termos como: idoso, velho, terceira idade, quarta idade, entre outros. Também os limites que estabelecem o início da velhice, ainda não são claros. A classificação estabelecida pela Organização Mundial da Saúde de que ela inicia aos 60 anos é recusada pela maioria das pessoas desta idade (Caradec, 2001:7)

É na segunda metade do século XIX, na França, que a velhice passou a ser objeto de investigação. Foram construídas instituições específicas para o tratamento da população com idade mais avançada (Debert, 1994:31). No Brasil, fatos recentes como o aumento na expectativa de vida da população, além do crescimento demográfico da população idosa, também levaram a uma discussão sobre a velhice.

Para Rifiotis (1995), foi justamente a transformação da pirâmide etária da população mundial que tornou o envelhecimento uma questão substancial de debate entre empregados, família e empregadores.

De acordo com Ariès (1978:47) a velhice começava cedo na sociedade antiga: “A velhice começa com a queda dos cabelos e o uso da barba, e um belo ancião aparece às vezes como um homem calvo”. Para este autor, as idades da vida correspondiam às funções sociais e não às etapas biológicas. Ele observa que a cada época corresponde uma idade privilegiada, além de uma “periodização particular da vida humana”, cita a juventude que foi privilegiada no século XVII, segue com a infância que teve seu espaço no século XIX e finalmente a adolescência no século XX (1978:48). De fato, cada cultura constrói sua interpretação das ‘idades da vida’ e as inscreve em comportamentos e instituições que lhes são determinados (Rifiotis,1995).

Alda Brito da Motta (1998) completa sugerindo que na modernidade capitalista, definições e ou manipulações impostas às idades (termos da autora) são determinadas: “Para a entrada ou a saída do mercado do trabalho, para votar e também ser votado, para casar, para dirigir”, e a autora termina, inclusive idade para morrer “socialmente”. (1998:226)

Na idade antiga, de acordo com Ariès (1978), “o estudo era ocupação dos mais velhos”. A velhice sofreu mudanças no decorrer do século XX, inicialmente em razão da criação dos serviços de assistência social e em seguida pelo surgimento da aposentadoria enquanto uma remuneração pelo tempo de serviço trabalhado. Já em 1962 foi publicado, pioneiramente na França, o relatório Laroque, que tinha como fim a inserção de pessoas idosas na sociedade. Este relatório estabelecia o desenvolvimento de um conjunto de serviços que facilitariam a vida destas pessoas em seu domicílio, com a criação de serviços de ajuda no próprio lar e também a criação de centros de lazer com o fim de lutar contra o isolamento e a inatividade (Caradec,2001). Este relatório colaborou no sentido de construir uma nova concepção do envelhecimento.

Por estes motivos o envelhecimento deve ser pensado enquanto um processo individual, em que se considera a trajetória de vida de cada sujeito.

3.1.1. A Terceira idade

O termo terceira idade surgiu na França dos anos 60, para classificar a faixa intermediária entre a idade madura, o término das atividades profissionais, ao estágio de envelhecimento. Guita Debert (1997) demonstrou como surge uma nova conotação para o processo de envelhecer e como a terceira idade tende cada vez mais a ser associada a uma meia idade prolongada ativa, que tem mais a ver com juventude do que com envelhecimento. O envelhecimento pode ser transformado numa ameaça à perpetuação da vida social ou ainda uma responsabilidade atribuída ao indivíduo, pois não souberam se conservar jovens, consumindo as tecnologias para retardar o envelhecimento (Debert,1997:175).

Velhice e terceira idade são termos usados diferenciadamente, dependendo dos autores considerados. A categoria terceira idade, aparece em face de uma nova divisão etária que se estabelece pela expectativa crescente da longevidade. O termo

“terceira idade”, na perspectiva de Caradec (2001), teve uma grande difusão ao longo dos anos 70. É neste período que são desenvolvidos os clubes, as universidades, e ainda, as viagens destinadas aos grupos da terceira idade. Esta denominação surgiu, de fato, no sentido de se contrapor à velhice propriamente dita⁷⁷: “A terceira idade é uma nova juventude” (Caradec, 2001:20).

Debert (1994) propõe que a construção do termo “terceira idade” significa a negação do envelhecimento muito mais do que uma etapa entre a vida madura e a velhice. Segundo a autora, (1994:38): “Criaram-se novas categorias em oposição às antigas: ‘terceira idade’ e velhice; aposentadoria ativa e aposentadoria passiva; centro residencial e asilo; gerontologia e ajuda social”. Assim, as considerações acerca do envelhecimento foram invertidas. Ao mesmo tempo, o termo “terceira idade” deixa de lado uma parte das pessoas mais idosas da população, constituindo-se, a meu ver, num termo “excluidor”.

Para Caradec (2001), as representações contemporâneas da velhice estão organizadas em dois pólos. O primeiro é ocupado pelo aposentado ativo, que apresenta-se útil à sociedade e a seus próximos. O segundo é ocupado por aqueles que são considerados dependentes e que⁷⁸: “sentado em sua poltrona, sofrendo de solidão e não esperando nada mais que a morte” (Caradec, 2001:30).

Estes dois pólos classificam a velhice em duas fases “terceira idade” e “quarta idade”. A primeira fase é a negação da velhice, entendida como um prolongamento da vida adulta, representada por aquelas pessoas engajadas na sociedade. Em contrapartida, a segunda, a “quarta idade”, é entendida como a “verdadeira velhice”, são aquelas pessoas que não estão mais integradas na sociedade, pois já se encontram doentes e dependentes da sociedade. É somente nos anos 80 que a “quarta idade” se estabelece como categoria que compreende aquelas pessoas idosas que se caracterizam como dependentes, e já não tão ativas quanto as pessoas da “terceira idade” (Caradec, 2001).

A sociedade civil Ocidental não contempla o grupo da terceira idade em seus rituais, como observa Zonabend (1989), sua atuação simula a não existência desta parte da população, pois de fato, não lhes são mais ofertados nenhum reconhecimento

⁷⁷ “La troisième âge est une nouvelle jeunesse” (Ibidem, 2001:20).

⁷⁸ “Rivée à son fauteuil, souffrant de solitude et n’attendant plus que la mort” (Caradec, 2001:30)

cerimonial. Muito diferente é a situação vivida entre os Suyá estudados por Seeger (1980), onde o status do velho, além de ser mais elaborado, é formado para os velhos uma classe de idade separada com definições distintas, elencando de acordo com o autor: “Suas próprias cerimônias de iniciação, acessórios, termos de parentesco e concomitantes mudanças no comportamento.”(1980:62). Os homens e mulheres da tribo Suyá, quando atingem a classe de idade determinada: “atingem um status novo e importante quando ingressam na ‘classe de idade dos velhos’”(Idem,1980:62).

3.2 A aposentadoria

A aposentadoria, de acordo com Lenoir (apud Debert,1994) surgiu na França do século XVIII, onde já havia caixas de aposentadoria para funcionários civis e militares. Porém, estas caixas de aposentadoria apenas ganharam visibilidade quando a primeira geração de operários envelheceu, levando a uma discriminação em relação aos trabalhadores mais velhos pois questionava-se qual seria seu papel após o desvinculamento das fábricas. Observa-se aqui uma noção de aposentadoria que estava vinculada às margens da produção industrial, em que o homem possui sua representação associada ao trabalho. Kholi (apud Caradec, 2001:13), mostra que a aposentadoria é um fundamento da *economia moral* das sociedades modernas, que organizaram uma forma de “recompensa do trabalho”. Neste sentido o autor afirma que⁷⁹: “Instituindo uma solidariedade pública entre as gerações ao nível nacional, transformando os indivíduos modernos em “cidadãos sociais”, eles lançaram as bases de novas formas de reciprocidade, constituindo-se na peça mestre da nova ordem social”(2001:13). Deste modo são instituídas normas de reciprocidade, nas quais o indivíduo que trabalhou passa a ser reconhecido socialmente como “aposentado” e, assim constituído enquanto sujeito cidadão portador de direitos. Somente no fim do século XIX é que a concepção de aposentadoria, como recompensa pelos serviços destinados a uma sociedade através de uma vida de trabalho, passa a considerar também a proteção contra a invalidez.

Atualmente, no Brasil existem algumas empresas que adotam programas de preparo para aposentadoria aos seus funcionários como a apontada por Rita Machado,

⁷⁹ “En instituant une solidarité publique entre les générations au niveau national, en transformant les individus modernes en ‘citoyens sociaux’, ils ont jeté les bases de normes nouvelles de réciprocité, constituant ainsi une pièce maîtresse du nouvel ordre social”

(2001) em sua pesquisa sobre a aposentadoria masculina precoce. Nesta empresa havia o que é chamado de: Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA). Faltando dois anos para a aposentadoria o funcionário era procurado pelas assistentes sociais, e segundo a autora, “A partir deste contato, é como se o rótulo fosse colocado na pessoas, onde estivesse, escrito ‘não se investe mais nesse empregado’. Ele não recebe mais promoções, não faz cursos, não faz viagens, as responsabilidades vão saindo de suas mãos.” (2001:12) Neste caso observa-se uma perda de papéis do indivíduo, que embora em idade produtiva (na pesquisa em questão eles possuem em média 45 anos) são colocados de lado em relação ao processo produtivo da empresa.

Neste mesmo sentido Caradec (2001) aponta que a aposentadoria se constitui numa exclusão do mercado de trabalho imposta aos trabalhadores pelas exigências do sistema. A aposentadoria encontra-se dissociada do trabalho, proibindo a retomada de qualquer atividade legal, tornando ilegítimo o trabalho realizado pelo aposentado. Isto entretanto não acontece em todas as profissões. Entre os oficiais entrevistados, o ser oficial militar aposentado é um “facilitador” para a conquista de vagas em atividades profissionais. É interessante salientar ainda que o militar não se considera aposentado, mas ele estaria apenas “fora da ativa”. Ele não deixa de ser militar, pois continua o sendo o mesmo, não mais na ativa. Debert (1994) esclarece que, num primeiro momento, a aposentadoria era associada à velhice: “um dos sinais visíveis da entrada na última etapa da vida”(1994:43). Num segundo momento, a aposentadoria foi desvinculada do final da vida, o que levou ao termo “terceira idade”. Um período caracterizado pelo lazer e pelas descobertas e destinado à realização de antigos sonhos, também um momento que se distancia das responsabilidades diárias inerentes à vida adulta.

Observo que a necessidade de produção de nossa sociedade capitalista impõe uma idéia da aposentadoria aproximada do envelhecimento. Apesar da aposentadoria estar relacionada à perda dos papéis, esta exclusão do processo de produção leva a um sentimento de morte social, ou seja, a aposentadoria relaciona-se mais com a perda de papéis do que com a própria aposentadoria.

3.2.1 Aposentadoria no Exército

O sujeito que está aposentado, além de não estar mais atuando profissionalmente, deve voltar (no sentido de permanência) para casa e passar a um estreito convívio familiar, do qual normalmente permaneceu afastado durante seu período ativo de trabalho. A vida daqueles que não mais trabalham ou que não trabalham é absorvida pelo pólo familiar (Ariès, 1981).

O retorno ao lar não é um processo vivido sem conflitos pelos aposentados, principalmente em profissões que exigem um distanciamento do lar, como é o caso do Exército. O conflito toma maiores proporções quando a aposentadoria não é almejada, como foi o caso de Coronel Antônio que, na urgência de realizar uma cirurgia para transplante da córnea, antecipou sua aposentadoria. O mesmo aconteceu com Coronel Edevaldo, que na ausência de vagas para ocupar na Brigada em que estava atuando, também antecipou sua aposentadoria. Estas medidas de urgência, digamos assim, e de antecipação de um processo que, a princípio, estava a longo prazo, se colocam ao indivíduo como um processo de exclusão e de desvalorização social.

Goffman (1961), que define o Exército como uma instituição total, conforme já explicitarei no capítulo segundo, sugere que estas instituições são incompatíveis com o que ele chama de “elemento decisivo de nossa sociedade, a família”. Para este autor, a vida familiar entra em choque com a vida solitária que o militar deve levar no quartel distante de sua família, mas muito próximo de seus companheiros de trabalho⁸⁰, dificultando a manutenção de uma vida doméstica significativa. De fato, o companheirismo entre os colegas de farda é estimulado, formando uma espécie de família com patentes e sob rígida hierarquia. Desta forma é estabelecida uma tensão permanente entre o mundo doméstico e o mundo institucional, que é utilizada estrategicamente como uma força controladora dos homens (Goffman, 1974).

Os relatos das esposas confirmam esta ausência do lar, em função das inúmeras tarefas exigidas pela profissão do marido, obrigando-as a administrarem o lar e a educação dos filhos solitariamente. Antes da aposentadoria suas vidas familiares eram distantes, tornado-se muito estreitas com o advento da aposentadoria.

⁸⁰ Nolasco (2001), em discussão sobre a subjetividade masculina propõe que ela se sustenta através do conceito de virilidade, do mundo do trabalho e também da violência.

Ao longo das conversas com algumas esposas dos informantes, fui espectadora de relatos de solidão por parte destas mulheres, das noites passadas sozinha ao lado dos filhos e também de períodos de gravidez atormentados pela indecisão política do país, no período da ditadura militar. São famílias que se instituem solitariamente⁸¹. Parece-me que a esposa transforma-se numa espécie de intermediária entre os dois mundos – ela pertence aos dois universos - a sociedade civil (“os paisanos”) e a instituição militar. Ela pertence a dois universos distintos e lida nesta corda bamba que é a intermediação que seu lugar parece exigir. É a esposa a responsável também pela adaptação do marido, no período de aposentadoria, na sua volta ao convívio com o “mundo civil”, quando acontece o despir da farda e o “vestir o pijama”. A saída do quartel precisa ser bem marcada e o ritual da Despedida cumpre este papel.

3.2.2 A Despedida do militar

Não existe no Exército Brasileiro um preparo específico para a aposentadoria, o que já acontece na Marinha do Brasil, por exemplo. Após a saída do quartel, após "vestir o pijama", muitos não conseguem se acostumar com a aposentadoria e voltam a trabalhar⁸² em funções tão exigentes - na sua concepção - quanto o Exército.

Durante a carreira militar o oficial participa intensamente de rituais. São as transferências de cidades que acompanham as mudanças de posto, as despedidas dos quartéis, as passagens de comando, e propriamente o “ritual da Despedida”, que finaliza a sua carreira. Todos os militares, de carreira ou não, vivem este momento da Despedida. A ‘solenidade’ que marca o fim da carreira de um militar é um ritual isolado. A dimensão desta cerimônia relaciona-se diretamente com o posto ocupado

⁸¹ Falo o solitariamente na medida em que o pai, de acordo com os relatos dos informantes, está sempre muito ausente do convívio familiar.

⁸² Nolasco (2001:66) observa que o distanciamento do universo, ou o estar desempregado, é algo que: “Pode ser interpretado como falta de potência e força viril, da mesma maneira que perder posses e honra é compreendido como um ataque à condição masculina.”

pelo homenageado, bem como com a quantidade de militares envolvidos na sua organização.

Os homenageados já ‘fora da ativa’ normalmente não participam fardados, vestem-se como civis, de terno e gravata e não atuam durante a cerimônia. Estes homens, já estão aposentados “oficialmente” mas ainda não efetuaram a despedida da “farda”, sua “segunda pele” por muito anos. Por isto, talvez, que em nenhum momento durante a solenidade eu tenha ouvido a palavra ‘aposentadoria’, mas sim “oficial fora da ativa”. O controle dos movimentos por tantos anos aprendidos e executados não se torna mais flexível neste ritual, ao contrário, ele é reforçado, mas agora em trajes civis. Nesta pequena descrição de um ritual observado durante minha pesquisa de campo no 63º Batalhão de Infantaria, Unidade sediada em Florianópolis, em julho de 2001, pode-se constatar que a partir de meu diário de campo:

“Em dado momento os dois homenageados se encaminham para a frente do palanque, onde dois soldados vestidos com um uniforme que lembra o uniforme no período da coroa portuguesa, ficam segurando duas caixas nas quais se encontram as homenagens que serão entregues aos oficiais. Eles estão em posição de sentido (mãos paralelas ao quadris), um ao lado do outro, em frente ao palanque em que estão seus familiares e alguns militares da cidade, como o General Comandante da Brigada, o comandante de outro Batalhão, entre outros (que foram devidamente anunciados e apresentados no início da cerimônia). Terminada a leitura sobre a trajetória de vida dos oficiais, o Comandante do Batalhão vai até os dois e os parabeniza, mas, para minha surpresa, eles apenas estendem a mão, permanecendo quase imóveis, ainda em posição de sentido. Nem mesmo as caixas que contém as placas onde estão escritas o primeiro e o último lugar que comandaram e os méritos conquistados eles recebem, permanecendo estas em mãos dos soldados, até lhes serem entregues no final da cerimônia.”

Em outro momento, o oficial que comanda a cerimônia de Despedida faz um resumo da vida do militar, no qual consta o local de nascimento, o nome dos pais, o ano em que fez a Academia Militar, os lugares em que serviram, as medalhas recebidas, a data de casamento, o nome da esposa, o número de filhos, suas devidas profissões e número de netos.

Neste ritual um dos oficiais homenageados caminhava apoiado por uma muleta. Enquanto estava no palanque permaneceu sentado, com a esposa logo atrás com as mãos em seus ombros. Mas, durante o recebimento das homenagens (placas), ele permaneceu em pé, sem o auxílio da muleta que o acompanhou até que ali chegasse. Logo fiquei sabendo que era um homem forte, grande e ágil, que estava assumindo o Comando Militar do Sul (RS, PR e SC), quando foi acometido de grave doença, optando em seguida por se afastar da vida militar.

É por meio deste ritual que estes militares são re-inseridos no ‘mundo civil’, passando a fazer parte do ‘mundo de fora’.

3.2.3 A saída do universo militar: “engatinhando no mundo civil”

Através de familiares do grupo de militares entrevistados soube que normalmente estes militares impõem à própria família um regime militar, como excesso de disciplina e controle, sendo redobrada esta rigurosidade após a aposentadoria. Isto devido a que, de fato, existe um choque na entrada para este ‘mundo civil’, este mundo de fora, chegando a haver, de acordo com declarações dos sujeitos entrevistados, uma “decepção” em relação à nova situação.

Apresento um episódio que é ilustrativo desta situação: Coronel Edevaldo, que é sub-síndico do prédio onde moro, confidenciou-me um dia que não conseguia compreender como as pessoas podiam transgredir as normas que constavam no estatuto do condomínio. Ele me dizia: *Pôxa, se está lá que não pode fazer tal coisa, é porque não pode, e a pessoa faz!!! Como é que pode, está lá escrito, é uma regra, uma norma.*

O universo civil se apresenta para estes militares como um universo sem regras e sem rituais. Talvez por isso a maioria dentre os entrevistados continuem vinculados ao universo militar, participando de encontros, almoços, solenidades festivas, pois de alguma forma eles se sentem ainda sujeitos pertencentes ao universo que os socializou.

Com os militares entrevistados observei, contrariamente à literatura analisada, que aponta a feminilização masculina e a masculinização feminina, que os militares entrevistados esforçam-se para manter seu papel de provedor. A manutenção de um trabalho externo à casa constitui-se para eles como impedimento desta feminilização característica da etapa avançada da vida. O grupo de militares investigados ressignifica a velhice dentro do campo semântico das masculinidades e não das feminilidades como a literatura parece apresentar. Talvez como as velhinhas de Motta, que não se masculinizam. Neste sentido que a força física e a capacidade de inserir-se no mundo público por intermédio do trabalho, compõe as expectativas masculinas tradicionais. (Nolasco,2001).

Uma constante nas narrativas dos militares entrevistados era a preocupação com a estabilidade financeira dos filhos, fato também constatado por Peixoto (1994:149) em sua pesquisa comparativa com os idosos do Rio de Janeiro e Paris/França: “Sobre a família, o interesse volta-se para os filhos: sua educação e inserção no mercado de trabalho, ‘se progrediram na vida’”. Nesse sentido também que Bertaux-Wiame (1985) situa a memória masculina, num plano cronológico da vida profissional que é compatibilizado com a vida familiar sem precisão das datas. Contrariamente à memória feminina que é precisa nas datas e nos acontecimentos da vida familiar. O que verifiquei em meu campo é que a memória familiar vivida pelos informantes na infância ficou bem marcada para eles. Aspecto também confirmado por Bertaux-Wiame (1985:52) que conclui: “Se eles evocam a família, foi aquela vivida na infância, na casa dos pais (ou na casa dos avós, se foram eles que o educaram)”.

3.3 Gênero e Velhice

Nenhum dos informantes, tampouco suas esposas, participam de grupos de terceira idade como os estudados por Flávia Motta (1998). A socialização destes militares é recriada em outros âmbitos, mas de fato eles não se dessocializam, mas continuam a pertencer ao Círculo Militar e são freqüentemente convidados a participar

de “solenidades” no Quartel. David Unruch (*apud* Caradec,2001), aponta que o avanço da idade não é impeditivo de uma integração social num duplo movimento de “engagement et desengagements”. Apenas Coronel Romeu não freqüentava mais as atividades desenvolvidas pelo Batalhão. Preferia jogar dominó em casa⁸³ ou nas proximidades com um grupo de vizinhos, o qual chamava de *UTI*, explicando em seguida, que assim chamava por que *de vez em quando morre um...* Penso que não mais estava inserido no meio militar, porque já não se sentia mais pertença ao grupo, apesar de ser conhecido pela vizinhança de Coronel Romeu.

A partir disso penso que a hegemonia masculina do militar é ressignificada no plano do mundo civil, pois é para o universo militar que ele está “fora da ativa”, tornando-se um anônimo e assim perdendo sua hegemonia masculina. Mas, por outro lado, o militar continua “sendo coronel” no universo civil. Deste modo, acredito que a velhice masculina seja vivida diferentemente dependendo do local estratégico que o homem ocupe na hierarquia masculina, pois, a velhice do militar masculina incorpora poder no universo civil, perdendo-o, proporcionalmente, no militar.

Neste sentido as identidades hegemônicas sempre se mantêm hegemônicas em algum lugar. No caso dos militares, a hegemonia toma forma no trabalho, na atividade profissional, uma solução para um problema que não é o financeiro, afinal este é um dos problemas que normalmente acometem aqueles que se aposentam, que precisam adaptar seu modo de vida às novas condições econômicas. Este, no entanto, não é um problema vivido pelo oficial militar pois sua renda não é alterada, deste modo ele não sofre perdas financeiras, tampouco é modificado seu modo de vida. No caso de meus informantes, a aposentadoria traz um maior conforto financeiro pois eles têm mais uma fonte de renda.

A volta ao trabalho possui o significado da não perda da hegemonia construída nos pátios de um batalhão.

Um fato ocorrido durante meu trabalho de campo pode ilustrar esta afirmação da perda da hegemonia no universo militar e a incorporação da hegemonia no

⁸³ A aposentadoria, concomitantemente ao avanço da idade, se traduz numa aproximação do espaço doméstico. As dificuldades físicas, aliadas ao declínio das atividades realizadas fora de sua casa, fazem com que o indivíduo valorize mais sua casa e restrinja seus movimentos exteriores à esta. Neste sentido a televisão, o rádio e os jornais, cumprem um importante papel, fazendo com que o indivíduo não se sinta a parte do mundo (Caradec, 2001:78).

universo civil. Em setembro de 2000, Coronel Romeu, na ocasião com 80 anos, teve sua casa invadida por alguns detentos em fuga de uma delegacia próxima a sua casa. Quando ele percebeu a movimentação de policiais, e as viaturas em sua rua, imediatamente foi ao jardim da casa, procurou um pedaço de madeira e saiu à procura dos foragidos. Naquele instante, um policial que entrava em seu jardim, diz ao Coronel: *Vovô, acho melhor o senhor entrar!* Ao que Coronel Romeu responde: *Vovô não, eu sou um Coronel de Infantaria.* O policial então conclui: *Mas o senhor já está aposentado. Deixe que a gente cuida disso Coronel.* O fato é que Coronel Romeu neste período já estava visivelmente doente, seus passos não eram tão firmes que caminhava com cautela. Mas, neste fato, atento ao modo do policial inicialmente chama-lo de “vovô”, pois para o Coronel Romeu o importante era ressignificar sua identidade de coronel, afinal *velho é o vovozinho, eu sou Coronel da Infantaria.* A velhice dele era trabalhada no plano das identidades de gênero, na medida em que ser vovô colocava em risco sua identidade de militar. O policial na segunda vez que o interpelou o chamou de coronel. Ele não deixou de ser coronel, mas ele não possui mais o capital simbólico que um coronel que está na ativa possui.

Estes fatos me foram relatados por Kelly⁸⁴, empregada doméstica do Coronel Romeu e que também tornou-se minha informante. Mas quando perguntei a ele o que havia acontecido em sua casa, visto que fora um acontecimento transmitido pela mídia, inclusive com entrevista de Kelly contando o ocorrido, ele respondeu que, sabendo do bandido em seu jardim, saiu atrás dele com um pedaço de madeira, mas que quando a polícia chegou o bandido já havia “escapulido”. Para a polícia, o Coronel Romeu era apenas um aposentado, independente de seu passado militar e, portanto, sem força física para agir na captura de um foragido. Mas para ele, sua identidade militar e seu posto eram suficientes para “caçar” aquele bandido.

Outro exemplo que também ilustra a constatação de que a hegemonia masculina no universo militar decresce quando o oficial se aposenta também é protagonizada por Coronel Romeu. Em uma das minhas visitas, Coronel Romeu conta

⁸⁴ Observo neste dado que a empregada conquista hegemonia ao relatar o caso. Havia sido ela também entrevistada pela imprensa. Era uma relação de hegemonia que se fortalecia quando ela falava baixo (o coronel era um pouco surdo) para me contar “coisas” estando em frente ao coronel, desse modo que ela estabelecia uma relação de empoderamento com ele. Agradeço os comentários de Flávia Motta.

que um certo amigo não volta mais ao quartel pois: *tem que bater continência para soldado que nem sabe quem ele é*. Relatou que este militar reformado, ao querer entrar no batalhão, foi solicitado pelo soldado que deixasse a carteira de identidade na guarita. Ele se recusou a fazê-lo, até que o deixaram entrar sem a necessidade de deixar sua carteira. Neste momento, fiquei me perguntando se não seria ele o personagem desta história. Por diversas vezes o convidei para a ir comigo visitar o Batalhão, o 63º Batalhão de Infantaria, no bairro Estreito, porção continental de Florianópolis, próximo de sua residência e onde havia servido, ocasiões em que ele respondia que não, que não saía mais de casa, e em seguida mudava de assunto.

Um acontecimento semelhante ocorreu na pesquisa de Rita Machado (2001) com um dos aposentados na empresa em que fazia a sua investigação. Em certo dia os recém aposentados se revoltaram pelo fato de terem que utilizar um crachá de visitante para ingressarem no prédio da empresa em que trabalhavam até recentemente. Seguindo uma sugestão da autora, este fato é revelador de um dos impactos do rompimento com o trabalho, e pode-se acrescentar que para os militares isto é revelador de um desvinculamento. No caso dos ex-funcionários e recém aposentados desta empresa, eles conseguiram a extinção do crachá, no quartel ainda é exigido a carteira de identidade de pessoas “desconhecidas”.

A partir destes fatos tendo a concordar com Caradec (2001), que caracteriza o envelhecimento pela perda de papéis sociais, papel profissional com a aposentadoria e também papel familiar com a partida dos filhos. A questão que propõe Caradec é saber como as pessoas que envelhecem reagem a esta perda de papéis. Neste caso especificamente a perda da força física e do prestígio.

Clarice Peixoto (1994:156) propõe que a experiência da velhice é muito mais um fenômeno feminino que masculino: “não somente a intensidade e a frequência dos problemas ligados à idade são mais importantes nas mulheres do que nos homens mas, sobretudo, porque alguns deles estão intrinsecamente ligados ao sexo feminino”. Para os homens a “lucidez” garante a distinção entre eles e os que são os “velhos” e a velhice é representada para o masculino como perda de seus domínios físicos e do que ocorre ao seu redor. Segundo Debert (1994:40): “A lucidez é o que garante que os homens de

mais idade não são velhos e que apesar da idade têm conhecimento profundo da realidade social e política em que vivem” .

Observei alguns destes aspectos nesta pesquisa. Penso que as representações de velhice são diferentes para os homens e para as mulheres, assim como penso ser evidente que os processos físicos são diferentes para a mulher e para o homem. Mas, acredito ser possível dizer que existem “velhices” e “velhices” tanto para mulher quanto para homem.

3.4. O fim de uma história

Coronel Romeu termina sua história disparando um tiro de pistola contra a própria cabeça. “Morreu como um coronel” diz um dos informantes que o conhecia, afirmando que ele não teve outra escolha. Coronel Romeu, na ocasião (Abril de 2001), estava recuperando-se de um sério problema de saúde e reclamava dos inúmeros remédios que era obrigado a tomar e de sua memória que não cansava de falhar.

A história de Romeu me faz pensar na pesquisa de Ondina Leal (1992) sobre o suicídio dos peões nos pampas gaúchos. No caso, a autora chama de “suicídio campeiro gaúcho”, em que homens solteiros, sem vínculos familiares e que estavam ficando velhos e cansados para o trabalho que exerciam, optavam pelo enforcamento. A morte era para eles uma opção positiva, “uma possibilidade de desempenhar um último ato heróico, encarando a morte em vez de esperar como uma mulher velha”(p.12).

Tanto o suicídio⁸⁵ de Romeu quanto o dos peões podem ser analisados sob este ângulo, em ambas situações estavam sozinhos⁸⁶, ambos estavam fracos, dependentes e temiam perderem o domínio de suas vidas. Como descreve Leal sobre os peões: “Quando ele perde sua força, e não é mais capaz de domar a natureza ao seu redor, ele perdeu a sua masculinidade e a sua identidade como gaúcho” (1992:15).

⁸⁵ Não encontrei estatísticas sobre suicídios de militares fora da ativa.

⁸⁶ Romeu era viúvo, e seus filhos (exceto uma filha que o visitava regularmente) não eram muito presentes, segundo relatos de Kelly, a empregada que morava em sua casa.

Contemplando as idiossincrasias pertinentes a cada caso, o coronel e o peão gaúcho, em que as semelhanças se apresentam como inevitáveis, tomando como exemplo a maneira escolhida para morrer. Ambos utilizam suas “ferramentas de trabalho”, o peão usa a corda, o coronel a pistola. Ambos enfrentam o fantasma da solidão, da perda da força e da masculinidade que é traduzida como independência, no sentido de ser proprietário de sua vida de seus desejos, e mais, de sua história. Por isso o comentário de outro coronel: *ele morreu como um coronel*. Ou seja, foi corajoso enfrentando a própria decadência física e muito mais que isso, fechando o círculo da história de sua família, pois sua esposa também havia praticado o suicídio.

O suicídio do coronel assinala de forma dramática o que a velhice pode atingir quando acumula perdas de papéis, quando a morte social parece coroar este momento. Na aposentadoria busca-se os antídotos, neste caso o trabalho, mas quando este papel também se vai, ele vira *um vovozinho*, o que para ele representaria o seu limite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, minha proposta foi de investigar como a masculinidade, que é detalhadamente construída ao longo da formação da carreira do militar, determina um processo peculiar de envelhecimento, que é ritualmente marcado pela aposentadoria e como estes militares que se aposentaram vivem a masculinidade no momento em que estão distantes do universo que os consolidou enquanto sujeitos.

Para os entrevistados, a escolha pela vida militar e a devida entrada neste universo ocorreu entre os 18 e 24 anos de idade, período em que, segundo a literatura, estão na transição entre adolescência e fase adulta e onde as influências que o indivíduo recebe exercem grande impacto na formação de sua identidade.

A literatura analisada observa que o universo militar elabora um modelo ideal de masculinidade. Tanto o senso comum quanto os informantes acreditam que o Exército é “uma escola formadora de homens”. Ou seja, existe um consenso na relação direta entre o ser militar e o ser masculino.

Em contrapartida, a literatura analisada também observa que as masculinidades são culturalmente, historicamente e socialmente elaboradas. Neste sentido, o Exército Brasileiro elabora um modelo de masculinidade “hegemônico”, baseado na hierarquia e nas rígidas normas de como estabelecer contato com o “outro”, além de negar outras formas de masculinidades que não são condizentes com o seu modelo.

É no Exército que os rapazes sofrem alguns dos rituais que os iniciam à masculinidade, um ideal que está colado na figura do guerreiro, em que a partir de uma socialização formalmente fechada, mecanismos de controle são ativados para conformarem as atitudes masculinas como, por exemplo, o estabelecimento de controle sobre o próprio corpo como um instrumento que expressa a dominação. Nesse sentido os trotes que os iniciam – que “tiram o verniz”-, os rituais cotidianos do quartel, até as solenidades, confirmam a estes jovens que não podem esquecer que sua masculinidade é ritualizada, elaborada e construída quotidianamente naquele espaço, no qual devem estar sempre atentos ao controle de seus gestos, de seus corpos, principalmente enquanto estiverem fardados.

A escolha da vida militar pelos entrevistado percorreu muitos caminhos, desde a origem militar, do desejo dos pais de ter um filho militar, da facilidade de ter casa, comida e estudos. Após esta escolha, um longo caminho foi trilhado, depois da AMAN, o casamento com aquela que seria sua companheira de toda a vida, o nascimento dos filhos, os cursos, as promoções, as inúmeras transferências e viagens e finalmente a aposentadoria.

O lamento de não mais pertencer às fileiras do Exército faz com que muitos ainda retornem àquela instituição para desfilar nas solenidades e para trabalhar em lugares que são vinculados às Forças Armadas, como é o caso de Coronel Vargas, que de todos os informantes é o único que trabalha em uma instituição ligada ao Exército, é o único que participa assiduamente das solenidades militares, desfilando juntamente com o efetivo e prestando continência às autoridades. Este informante foi o único dos entrevistados a comandar uma tropa em Suez nos meados dos anos 70, assim como seria o único dentre os informantes a ter condições de ascender ao generalato, o topo da hierarquia militar, posição que abdicou para trabalhar em empresa estatal. Mas porque abriu mão da posição almejada por todos os militares que se dizem legítimos, que são os militares de carreira? Talvez para demonstrar sua força, pois Vargas construiu uma história de conflitos com seus oficiais superiores ao longo da carreira militar.

O retorno ao trabalho representa para estes militares muito mais do que manter a masculinidade, mas manter o status social adquirido ao longo de sua carreira militar. A trajetória de vida de um homem que inclui uma profissão hegemônica, como no Exército, o coloca no momento de sua aposentadoria num espaço de reconhecimento no público. É uma identidade hegemônica que é incorporada durante a sua fase produtiva. O que acontece com o militar é que este poder simbólico é reforçado no público, enquanto concomitantemente assume um anonimato no universo militar, ou seja, ele se subalterniza no universo militar enquanto se hegemonia no universo civil.

Os filhos dos militares entrevistados não optaram pela vida militar, inclusive Coronel Romeu, em certa ocasião quando seu neto foi escolhido para cursar o NPOR, me telefonou perguntando se eu não poderia conversar com meu companheiro para tirá-lo da obrigatoriedade do serviço militar. Este fato muito me confundiu, afinal mais do

que todos os informantes, era ele quem possuía maior ascendência militar. A partir deste fato, penso que as famílias que estes militares construíram passaram por mudanças significativas, no que diz respeito à escolha das profissões dos filhos. Estes militares pertencem a um período em que o Estado dominava o Exército. Com a abertura política os valores também mudaram. A maior parte de meus informantes ingressaram no Exército na década de 50, segundo Sérvalo Figueira (1987), década na qual as famílias das camadas médias da sociedade brasileira se caracterizavam como hierárquicas ou tradicionais. Nestas famílias os papéis masculino e feminino eram bem definidos, assim como o lugar dos filhos, em que: “A relação dos pais com os filhos é também marcada pela idéia de ‘diferenças intrínsecas’, onde o adulto é diferente de criança, está na posição de quem sabe ‘mais e melhor’, pode – e mesmo deve – de quando em quando mostrar seu poder através do exercício legítimo da disciplina⁸⁷” (1986: 15). Por isso penso na hipótese de estes oficiais estarem construindo novos modelos de família⁸⁸, como denomina Sérvalo Figueira, um modelo igualitário, em que os papéis feminino e masculino não são mais tão solidificados e, principalmente, no que refere a um respeito maior à individualidade do outro. Nessa perspectiva, não mais predomina uma tradição familiar, que leva os pais a uma menor interferência na escolha da carreira dos filhos.

Quanto a Coronel Edevaldo e Coronel Romeu, houve uma maior aceitabilidade da escolha profissional de seus filhos. Apesar de sempre terem estudado em colégios militares, eles optaram pela engenharia.

Ao finalizar esta etapa da investigação, eu me coloco inúmeras questões, em razão do silêncio por parte dos informantes, por questões que agora após a escritura se apresentam. São algumas:

Penso na entrada da mulher no Exército, que aconteceu em meados de 1992. A mulher no Exército ocupa postos de assistência, como dentistas, médicas, enfermeiras e não de comando de tropas. Será que ela se masculiniza, afinal a rigidez é um dos traços que constituem o viril, ou será que a mulher incorpora sensibilidade a instituição?

Em minha investigação houve também um silêncio no que se refere à homossexualidade, muito diferente quando comparado ao Exército dos Estados Unidos,

⁸⁷ A autoridade paterna era também exercida através da escola; todos os informantes estudaram em escolas católicas e ou militares que enfatizavam o rigor, a disciplina e a hierarquia.

⁸⁸ Ver Sérvalo Figueira, 1987.

que já discute a questão. Em nenhum momento foi mencionado este tema. Ele é negado, como se ele não existisse.

Penso também sobre a constituição das famílias militares, quem serão as mulheres / esposas que seguirão a vida militar com seus maridos, uma vida que é dedicada a carreira do marido. Será que com a entrada das mulheres na instituição, poderão ocorrer casamentos endogâmicos? Ou será que haverá a possibilidade de negociação de vagas e empregos para o cônjuge? E o marido da mulher militar, que espaço ele ocupará nestas incontáveis transferências?

A saída do Exército é um assunto permeado de histórias, lacunas, silêncios e de olhos marejados de lágrimas. Sem dúvida foram as partes mais difíceis para os entrevistados. Alguns relatos foram emocionados como quando Capitão Bastos conta que ao se aposentar, acordava de manhã e procurava a farda para vestir, mas se dava conta que já havia doado as procuradas fardas.

Posso pensar, após o relato deste informante, que a lealdade e a força do pertencimento ao mundo militar se traduz como força emocional, que está concentrada na farda que se torna uma segunda pele, e que sem ela eles parecem sentir-se nus.

Dos militares entrevistados somente Vargas teria possibilidade de atingir o generalato, mas não o quis. Os motivos por ele relatados foram o cansaço das mudanças e a possibilidade de estabelecer uma moradia fixa com a família. Quanto aos outros entrevistados, Coronel Edevaldo e Coronel Romeu são filhos e netos de generais. Eles não foram além do posto de Coronel e dessa maneira posso alocá-los, de acordo com a literatura da subalternidade e da hegemonia, na subalternidade masculina em relação a seus pais generais.

Capitão Bastos é subalterno hierarquicamente em relação aos outros entrevistados, mas é hegemônico em relação aos seus colegas sargentos que não alcançaram o estatuto de oficial. Posição que ele conseguiu *graças a muito esforço e estudo*.

Coronel Romeu reconquistou sua hegemonia perdida, no momento de seu suicídio, momento em que tomou a “corajosa” decisão de não viver dependente de filhos e da sociedade.

Ou seja, estes militares são subalternos em relação a seus companheiros na ativa, e em contrapartida, eles são os hegemônicos no universo civil.

No retorno ao meio civil, estes militares contam com o apoio de suas esposas que os acompanharam ao longo de sua carreira e que se situam como contraponto entre o meio civil e o militar. Deste modo, penso que a carreira militar é uma carreira masculina construída em casal. Sendo a mulher absolutamente necessária para a construção do modelo ideal do homem militar, ela é parte intrínseca deste papel. Ela veste a farda com o marido no início de sua carreira, e ela a despe na aposentadoria, mas ela *não veste o pijama*. Muito ao contrário, ela o *ensina a andar no meio civil*.

Ao serem perguntados se voltariam a escolher esta profissão, se assim pudessem, a unanimidade dos “sim” não me impressionou, os “porquês” é que foram diversos. Primeiramente, a carreira era vista como um desafio à *impetuosidade da juventude*, como relatou Coronel Vargas, e também é valorizado o companheirismo da instituição, um companheirismo entre pares, e relacionados hierarquicamente. Uma espécie de irmandade masculina. Para outros, a aquisição de bens materiais e a estabilidade financeira são atributos singulares para um possível retorno à profissão. Mas, o que fica de mais evidente nestas respostas é o capital simbólico do militar, um “status” adquirido de autoridade sendo ainda reconhecidos como coronéis no universo por eles considerado “paisano”. Afinal, serão sempre coronéis, como diz o conhecido provérbio: “quem foi rei nunca perde a majestade”.

As experiências da saída do quartel são idênticas em um certo sentido, no tocante a que todos os entrevistados demonstraram sentir-se em lugar estranho e de certa maneira recusando-se a aceitar o inevitável, que é a aposentadoria. O trabalho é apontado como importante constituidor da masculinidade, talvez por esse motivo que todos informantes, exceto Bastos, voltaram a trabalhar, às vezes em atividades que não implicam remuneração. É preciso salientar, que não por motivos econômicos, os militares entrevistados continuaram a exercer alguma função pública, mesmo após a aposentadoria. O trabalho é para eles uma referência na constituição da identidade.

Tendo em vista que todos os informantes usaram a expressão “vestir o pijama”, penso que a origem desta expressão teria uma associação com a perda da farda, que seria uma segunda pele, pois eles tiram a farda e vestem o pijama. Na sociedade

ocidental moderna/contemporânea o pijama é uma roupa que usamos para dormir, colocamos à noite e o tiramos pela manhã. Estes oficiais, ao tirarem a farda, vestem simbolicamente o “pijama”. Penso aqui numa relação com o dormir, o dormir com a morte. É possível que a perda da farda e a vestimenta do pijama sejam simbolicamente uma morte, morte da pertença a um universo que os construiu enquanto homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marlise Míriam de Matos. Masculinidades: uma discussão conceitual preliminar. In: PUPPIN, Andréa Brandão & MURARO, Rose Marie (orgs). Mulher, Gênero e Sociedade. Rio de Janeiro / Relume Dumará: FAPERJ, 2001.
- ARIÈS, P. A história social da criança e da família. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.
- ARIÈS, P. A família e a cidade. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.). Família, Psicologia e Sociedade. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1981.
- AUBRÉE, Marion & LAPLANTINE, François. La table, le livre et les esprits: Naissance, évolution et actualité du mouvement social spirite entre France et Brésil. Éditions Jean-Claude Lattès, Paris, 1990.
- BADINTER, Elizabeth. XY - Sobre a Identidade Masculina. Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira.
- BEAUVOIR, de Simone. A Velhice. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.
- BERTAUX-WIAME, Isabelle. Memóire et Récits de Vie. In: Pénélope: Pour l'histoire de femmes. Paris, número 12, printemps, 1985.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160 p.
- BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffman: A dominação masculina revisitada. In: Daniel Lins (org.). A dominação masculina revisitada. Campinas, SP; Papyrus, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Usos e abusos da história oral. (Orgs.) Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira. FGV, Rio de Janeiro, 1ª edição, 1996.
- BRITO DA MOTTA, Alda. “Chegando para idade”. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BUFFON, Rozeli. Encontrando uma tribo masculina de camadas médias. In: Trabalho de Campo & Subjetividade. UFSC, PPGAS, Florianópolis, 1992.
- BRUNER, Jerome. Two Modes of Thought. In: Actual Minds, Possible Words. Cambridge, Harvard University Press, 1986.

- CARADEC, Vincent. Sociologie de la vieillesse et du vieillissement. Éditions Nathan/HER, Paris, 2001.
- CASTRO, Celso. O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- CASTRO, Celso. Os militares e a introdução da educação física no Brasil. Artigo mimeografado. Rio de Janeiro. CPDOC.
- CONNEL, Robert W. Masculinités et mondialisation. In: WELZER-LANG, Daniel (org.). Nouvelles approches des hommes et du masculin. Collection Féminin & Masculin. Presses Universitaires du Mirail, 2000.
- CONNEL, Robert W. Políticas da Masculinidade. In: Educação e Realidade. 20(2): 185 – 206, julho/dezembro, 1995.
- CRAPANZANO, Vincent. Diálogo. In: Anuário Antropológico/1988, Editora Universidade de Brasília, 1991.
- CRUZ, Elizabete F. “Quem leva o nenê e a bolsa?”: O masculino na creche. In: ARRILHA, M.; RIDENTI, S. & MEDRADO, B. (Orgs.) Homens e Masculinidades: outras palavras. São Paulo, ECOS / Editora 34, 1998, p. 235 a 255.
- DAMATTA, Roberto. A Casa e a Rua. 5ª edição, Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª edição, Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAMATTA, Roberto. Homens. SP., SENAC, 1997.
- DAMATTA, Roberto. Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DEBERT, Guita Grin. A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.
- DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. Editora Perspectiva, São Paulo, 1966.

- ECKERT, Cornélia. A vida em outro ritmo. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ECKERT, Cornélia & ROCHA, A. L. C. Premissas para estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a óptica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. In: *Revista Imagem, PUC/SP*, 1999.
- DEVREAUX, Anne-Marie. La mémoire n'a pas de sexe. In: *Pénélope: Pour l'histoire de femmes*. Paris, número 12, printemps, 1985.
- DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rocco, Rio de Janeiro, 1985.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994, v. 1.
- ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FIGUEIRA, Sérvulo A. (org.). Uma nova família? A moderna e ao arcaico na família de classe média brasileira. Jorge Zahar Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1986.
- FONSECA, Cláudia. "Cavalo amarrado também pasta". Considerações sobre a honra, a reciprocidade e a percepção do tempo na relação conjugal de um grupo popular na região sul. UFRGS. Mimeo.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Rio de Janeiro, RJ, 1989.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo, Ed. Perspectiva, Coleção Debates, 6ª edição, 1999.
- GOLDENBERG, Miriam. A crise do masculino: um tema em debate dentro e fora da academia. In: Lugar Primeiro/PPGSA-IFCS-UFRJ.
- GROSSI, Míriam. Identidade de Gênero e Sexualidade. In: Primeira Mão. PPGAS/UFSC.

- _____. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. In: Trabalho de Campo & Subjetividade. UFSC, PPGAS, Florianópolis, 1992.
- _____. Jeito de Freira: Estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. In: Cadernos de Pesquisa de São Paulo (73): 48-58, Maio de 1990.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- JARDIM, Denise Fagundes. Performances, reprodução e produção de corpos masculinos. In: LEAL, Ondina Fachel (org.) Corpo e significado: ensaios de Antropologia Social. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1995.
- KIMMEL, Michael S. Qui a peur des hommes quei font du féminisme? In: WELZER-LANG, Daniel (org.). Nouvelles approches des hommes et du masculin. Collection Féminin & Masculin. Presses Universitaires du Mirail, 2000.
- KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: Horizontes antropológicos. Porto Alegre, ano 4, outubro de 1998.
- KUPERS, Terry A. Le mouvement des hommes aux États-Unis. In: WELZER-LANG, Daniel (org.). Nouvelles approches des hommes et du masculin. Collection Féminin & Masculin. Presses Universitaires du Mirail, 2000.
- LAGROU, Elsje Maria. Uma experiência visceral. In: Trabalho de Campo & Subjetividade. UFSC, PPGAS, Florianópolis, 1992.
- LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo, Brasiliense, 2000.
- LEAL, Ondina Fachel. Suicídio, Honra e Masculinidade na Cultura Gaúcha. In: Antropologia do Corpo e da Saúde II. LEAL, Ondina Fachel (org.), Cadernos de Antropologia, número 6 – 1992.
- LEIRNER, Piero de Camargo. A pesquisa de campo com militares: algumas questões. RBCS, vol. 12, n.º 34, junho / 1997.
- LEIRNER, Piero de Camargo. Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LINS DE BARROS, Myriam Moraes. A cidade dos velhos. In: VELHO, Gilberto (org.). Antropologia Urbana: Cultura, Sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

- LINS DE BARROS, Myriam Moraes. *Avós, filhos e netos na família brasileira*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1987.
- LINS DE BARROS, Myriam Moraes. *Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice*. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: LEVI, Giovani & SCHMITT, Jean-Claude,(orgs.) *A História dos Jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MACHADO, Rita Maria Xavier. “Homem em casa vira Maria”- Aposentadoria e Relações Conjugais: um estudo de caso em Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Psicologia. UFSC, 2001.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia, com uma introdução à obra de Marcel Mauss. V. 2, São Paulo, EPU, 1974.
- MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento. Editora Perspectiva, 3ª edição, 1988, São Paulo.
- MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: ARRILHA, M.; RIDENTI, S. & MEDRADO, B. (Orgs.) *Homens e Masculinidades: outras palavras*. São Paulo, ECOS / Editora 34, 1998, p. 145/162.
- MOTTA, Flávia de Mattos. *Velha é a vóvozinha: identidade feminina na velhice*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.
- NOLASCO, Sócrates. *A desconstrução do masculino: uma contribuição à análise de gênero*. In: *A desconstrução do masculino*. Rocco, Rio de Janeiro, 1995.
- _____. De Tarzan a Homer Simpson: Banalização e Violência Masculina em Sociedades Contemporâneas Ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. In: *Revistas de Estudos Feministas*, número 1, 1998, pp. 91/113.
- PEIRANO, Mariza. *O Antropólogo como cidadão*. In: *Uma Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas*. UNB, 1992.

- PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- PITT-RIVERS, Julian. A Doença da Honra. In: CZECHOWSKI, Nicole. A honra, imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco. Porto Alegre : L&PM, 1992
- POLLACK, Michael. Endrement er Silence: le travail de la mémoire. In: Pénélope: Pour l'histoire de femmes. Paris, número 12, printemps, 1985.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Relatos Orais: do 'Divisível ao Indivisível'. In: Experimentos de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.
- RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Os brutos também choram: dores e refletores. In: LEITE DA SILVA, A; LAGO, M. & RAMOS, T., Falas do Gênero, Florianópolis, ed. Mulheres, 1999., p.319 – 328.
- RICOUER, Paul. Os Jogos com o Tempo. In: Tempo e Narrativa. Campinas, SP, Papyrus, 1995.
- ROLNIK, Suely. Machos & Fêmeas. In: Daniel Lins (org.). A dominação masculina revisitada. Campinas, SP; Papyrus, 1998.
- ROLNIK, Suely. Tristes Gêneros. In: Daniel Lins (org.). A dominação masculina revisitada. Campinas, SP; Papyrus, 1998.
- SARTORI, Ari. Homens e as políticas de “empoderamento” das mulheres – a emergência do “gênero” entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. Dissertação de mestrado, UFSC / PPGAS, setembro de 1999.
- SCHWADE. Elizete. Poder do “sujeito”, poder do “objeto”. In: Trabalho de Campo & Subjetividade. UFSC, PPGAS, Florianópolis, 1992.
- SENNETT, Richard. Fracasso. In: A corrosão do caráter. Editora Record, Rio de Janeiro, 1999.
- SIMÕES, Júlio Assis. “A maior categoria do país’: o aposentado como ator político”. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

- SILVA, Telma Camargo da. “Soldado é superior ao tempo”: da ordem militar à experiência do corpo como locus de resistência. In: Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 119- 143, outubro de 1998.
- TURNER, Victor. Liminaridade e “Communitas”. In: O processo Ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VALE DO ALMEIDA, Miguel. “Flores do Colonialismo”: Masculinidade numa perspectiva antropológica. In: Cadernos Pagu, 11, 1998. Núcleo de gênero / UNICAMP, Campinas, São Paulo.
- VALE DO ALMEIDA, Miguel. Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa, Fim do século, 1995.
- VALE DO ALMEIDA, Miguel. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal. In: Anuário Antropológico/95, Rio de Janeiro, 1996.
- VAN GENNEP, Arnold. Os Ritos de Passagem. Editora Vozes, Petrópolis, 1978
- VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- VELHO, Gilberto. Os Mundos de Copacabana. In: VELHO, Gilberto (org.). Antropologia Urbana: Cultura, Sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____ Individualismo e Cultura: notas para um antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 5ª edição; 1999.
- WACQUANT, Loïc. Os três corpos do lutador profissional In: Daniel Lins (org.). A dominação masculina revisitada. Campinas, SP; Papius, 1998.
- WELZER-LANG, Daniel. Pour une approche profémiste non homophobe des hommes et du masculin. In: WELZER-LANG, Daniel (org.). Nouvelles approches des hommes et du masculin. Collection Féminin & Masculin. Presses Universitaires du Mirail, 2000.